

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP
Campus Baixada Santista
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS
SOCIAIS – PPGSSPS

JOÃO DOMINGOS DA SILVA COELHO

**LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O ACESSO E
PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA NARRATIVA DE SUJEITXS QUE EXPERIENCIARAM
O EDUCAFRO VALONGO (SANTOS/SP).**

SANTOS
2020

JOÃO DOMINGOS DA SILVA COELHO

LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O ACESSO E
PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA NARRATIVA DE SUJEITXS QUE EXPERIENCIARAM
O EDUCAFRO VALONGO (SANTOS/SP).

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas
Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como parte
das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino
Assumpção.

SANTOS
2020

Coelho, João Domingos da Silva

CS586e

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXX/ João Domingos da Silva Coelho; Orientadora: Profa.
Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção – Santos, 2020.

Dissertação de Mestrado Acadêmico – Universidade Federal
de São Paulo – UNIFESP, Serviço Social, 2020.

- a) Ensino Superior. 2. Violência de Estado. 3. Resistência. 4.
Educafro. I. Assumpção, Raiane Patrícia Severino,
Orientadora. II. Título

CDD 361.3

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais -
PPGSSPS

Dissertação de Mestrado intitulada Lutas, Conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitos que experienciaram o Educafro Valongo (Santos/SP) de autoria do mestrando João Domingos da Silva Coelho, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores.

Orientadora: Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos – PPGSSPS/Unifesp

Profa. Dra. Adriana Santiago Rosa Dantas – Unicamp/SP

Profa. Dra. Mary Francisca Do Careno – Unesp/SP

Suplente:

Prof. Dr. Sandro Barbosa de Oliveira – Unicamp/SP

*Dedico este trabalho:
Aos meus pais Manoel Rodrigues Coelho e Benedicta da
Silva Coelho;
aos alunos e alunas, coordenadores, professores e
professoras do Educafro Valongo;
às fundadoras do Educafro Valongo – Sra. Valdenir Barreto
Alves e Sra. Vera Oscar;
aos amigos e amigas da Unifesp Baixada Santista e
demais grandes companheiros(as) de jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colaboradores entrevistados: André Mendes, Débora Camilo e Virgílio Marques que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço, especialmente, à Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção pela paciência e observações pertinentes e também à brilhante e querida amiga, Valéria Aparecida de Oliveira pelo excepcional apoio e incentivo que me proporcionou durante a pesquisa.

“Quem tem dinheiro jamais vai saber o que é passar fome, que é uma das coisas mais cruéis que pode acontecer com um ser humano é passar fome, né, e morar numa rua... São coisas extremamente cruéis e de uma agressão... Sem palavras, né. Então, acredito que o Educafro sim, ele te dá um arcabouço, ele não te prepara... Mas ele te dá um arcabouço significativo pra que você faça esse enfrentamento quando você entra numa universidade pública. Seria muito pior se não houvesse, se a gente fosse um cursinho regular, de fato, né, e é exatamente essa a parte das nossas aulas de Cidadania, que eu acho fundamental, pra que as pessoas se apropriem desses conhecimentos, dessas pessoas que lá estão fazendo suas narrativas, contando suas histórias, se apropriem disso, e entendam o tamanho do desafio que é, entrar numa universidade pública... E a gente sempre deixa muito claro isso. A gente deixa sempre isso muito claro, porque os desafios são enormes... Você tá competindo com pessoas que praticamente tiveram a vida delas sendo preparadas pra entrar numa universidade pública. Elas sempre tiveram tudo...”

(André Mendes liderança do movimento negro da Baixada Santista é aluno de graduação da Unifesp Campos Baixada Santista no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e tecnologia do Mar. Foi aluno do Educafro Valongo durante os anos de 2012 - 2016)

RESUMO

A pesquisa analisa a experiência do núcleo Educafro Valongo, localizado na Baixada Santista – especificamente na cidade de Santos/SP -, a partir de narrativas de estudantes egressos do curso pré-vestibular. O objetivo é buscar compreender a partir das dimensões educacional, política, social e estética do núcleo, qual a contribuição do mesmo para os seus egressos no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior, a promoção da autonomia e do envolvimento em ações coletivas contestatórias aos mecanismos de violação de direitos e a ordem excludente, promovidos pelo Estado brasileiro. O desenvolvimento da pesquisa exigiu um levantamento bibliográfico para o aprofundamento teórico de conceitos sociológicos, como desigualdade social, luta de classe, racismo estrutural e violência de Estado. Conjuntamente, foi necessário um trabalho de campo para a obtenção dos dados empíricos. Optou-se pela construção e análise da narrativa de três egressos. Os resultados alcançados permitem problematizar o direito à educação das populações negra e pobres, de modo especial os mecanismos de acesso e permanência ao ensino superior, como também revela os espaços de organização social como referências para a reafirmação da identidade da população negra e pobre do Brasil, visando a uma sociedade mais justa e antirracista.

Palavras-chave: Ensino superior, Violência de Estado, Resistência, Educafro.

ABSTRACT

This research analyses the experience of Educafro Valongo nucleus, located in Baixada Santista – specifically in the city of Santos/SP –, based on the narratives of students who graduated from this college preparatory course. It aims to understand from the educational, political, social and aesthetic dimension of the nucleus, what is its contribution to students regarding the access and permanence in higher education, the promotion of autonomy and involvement in collective actions in order to contest the mechanisms of rights violation and the exclusionary order promoted by the Brazilian State. The development of the research required a bibliographic survey for a theoretical study of some sociological concepts, such as social inequality, class struggle, structural racism and the State violence. Moreover, it was also required a fieldwork to obtain the empiric data. We decided for the construction and the analysis of three students' narratives. The results achieved allow us to question the right to education of black and poor people, in particular, the mechanisms of access and permanence in higher education. It also reveals spaces of social organizations as a reference for the reaffirmation of identity of black and poor people in Brazil, aiming at a more just and anti-racist society.

Keywords: Higher education; State violence; Resistance; Educafro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – Racismo no Brasil: história, determinações e contradições. As resistências e lutas dos movimentos negros contra o racismo e a marginalização da população negra.....	18
CAPÍTULO 2 – Lutas e resistências dos movimentos negros pelo acesso à cidadania, em especial ao ensino superior.....	47
CAPÍTULO 3 - Núcleo Educafro Valongo – Santos/SP e a experiência narrada pelos estudantes egressos.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Desafios atuais a uma educação de qualidade para a população negra e pobre frente à Violência do Estado: a importância de espaços educacionais como o Educafro Valongo.....	104
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

A Educação se constitui como um dos direitos sociais fundamentais da sociedade contemporânea. No Brasil, no geral encontramos referências a este direito em três das principais legislações: na Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, com os artigos que vão do 205 ao 214; na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 1996) e no PNE - Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de 2014). Todas estas legislações buscam garantir este direito a todos os cidadãos brasileiros.

Segundo consta na Constituição Cidadã de 1988, o direito à Educação é fundamental para a formação de cidadãos participativos, críticos, ativos, questionadores e autônomos, conforme descrito no artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.168)

Já no artigo 206 traz que o ensino será ministrado pelos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.168)

No entanto, a realidade da educação brasileira está muito longe de concretizar e realizar os itens dispostos nos referidos artigos. Existem crises na educação brasileira históricas, que atingem todos os níveis do ensino público, desde o pré-escolar até o universitário. Há uma precarização, um descaso e uma falta de compromisso, históricas, por parte do Estado brasileiro de promover de forma efetiva uma educação de qualidade para as camadas da população mais discriminadas e desassistidas; historicamente, as populações pobre e negra. No caso do nível universitário, o nível escolar abordado nesta pesquisa, existem muitos desafios que devem ser enfrentados e conquistas que devem ser mantidas sempre de forma consciente e com uma visão histórica das grandes

desigualdades existentes e produzidas por determinações históricas, econômicas, políticas, culturais, sociais e ideológicas.

Ainda refletindo sobre as legislações brasileiras, uma conquista significativa para a população negra, fruto da luta dos movimentos negros brasileiros organizados, ocorreu em 2003 com a lei 10.639/03, que acrescentava dois artigos à Lei de Diretrizes de Base (Lei 9.394/96) : os artigos 26 A e 79 B. O primeiro determina a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, com conteúdo programático que inclua temas como: estudos da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a importância do negro na formação da sociedade nacional. O objetivo era o resgate da contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira e para a humanidade, visando ao combate ao racismo. Estes conteúdos (História e Cultura Afro-brasileira) deveriam ser ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. O outro artigo (79-B) estabelece que no calendário escolar será incluído “ o dia 20 de novembro” Dia Nacional da Consciência Negra , data da morte do grande líder negro dos Quilombos, Zumbi dos Palmares, em contraposição ao dia 13 de maio, dia da Libertação dos Escravos no Brasil, ocorrida em 1888. Esta mudança acontecia, pois, a data de 13 de maio era altamente questionada por estudiosos, militantes e instituições sociais ligadas ao movimento negro brasileiro organizado e pela comunidade negra brasileira, que viam a data como um motivo de cobranças históricas frente ao racismo da sociedade brasileira e não como uma data de comemorações.

Ao estudarmos a história da educação no Brasil, encontramos um certo esquecimento, abandono e discriminação das populações negras e pobres; no entanto, há também momentos de resistências, organizações e lutas. Um destes momentos foi analisado por Petrônio Domingues (2007), historiador e pesquisador do Movimento Negro Brasileiro(MNB), com destaque para a trajetória do Movimento Negro Organizado (MNO) político e de mobilização racial (negra) durante a República (1889-2000). Com uma análise aguda da trajetória deste movimento, durante a República (1889-2000) o historiador mostra que o MNO passou por mudanças significativas com fases, atores e propostas de

resistências e lutas importantes para a inclusão da população negra no cenário nacional de forma relevante.

Segundo Domingues (2007, p.122), o próprio desenvolvimento MNO refletia as várias conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas pelas quais passou o país. O autor organizou a trajetória do **MNO na República** em fases, sendo elas: **Primeira fase (1889-1937)**, *ocorreu da Primeira República ao Estado Novo*, **Segunda fase (1945-1964)**, *ocorreu da Segunda República à ditadura militar* e a **Terceira fase (1978-2000)** *ocorreu do início do processo de redemocratização à República Nova*. O autor deixa, no final do texto, uma possível quarta fase (**2000 -?**), como **uma hipótese interpretativa**, em que aponta, para o início do terceiro milênio, uma nova fase do MNO: um movimento cultural inovador, que cresceria em uma dimensão nacional; de natureza popular, que fala a linguagem das periferias, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais - o movimento hip-hop seria o destaque.

Para o interesse desta pesquisa, focamos a terceira fase do **MNO na República (1978-2000)** em que há destaque para as justas reivindicações e lutas do MNO pelo acesso das pessoas negras às universidades. Domingues (2009) aponta que no final da década de 80, precisamente em 1987, surgiu um olhar mais apurado sobre a realidade educacional voltada para essa população neste nível escolar:

[...] o movimento negro assumiu de modo crescente a política de focalizar o acesso à universidade. Em razão disso, o dilema passou a ser como aumentar o índice de estudantes negros na universidade. Uma das alternativas experimentadas foi a de montar cursos pré-vestibulares para negros e carentes. (DOMINGUES, 2009, p. 987.)

Na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, forma-se uma rede de cursinhos comunitários pré-vestibular na tentativa de suprir essa necessidade. É precisamente nesta fase que a ONG Educafro (Educação e Cidadania de afrodescendentes e carentes)¹ surge como uma das mais importantes representantes da luta do MNO pelas ações afirmativas. Busca a

¹Criada em 1987, a ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) foi pioneira na defesa das cotas raciais e a levar o debate adiante, liderando a luta pelo acesso à educação superior de qualidade para oprimidos dos morros e periferias.

institucionalização do sistema de cotas nas universidades, forma centenas de núcleos espalhados pelo Brasil, se configura como uma das organizações negras com caráter eminentemente educacional.

Além disso, a Educafro busca cobrar do Estado brasileiro um posicionamento e tratamento digno para com as populações negra e pobre. Busca pressionar o Estado brasileiro para que houvesse o surgimento das leis de Cotas na educação de forma efetiva.

A Lei das Cotas, efetiva somente em 2012 (Lei 12.711 de 2012), é um tema polêmico dentro de uma sociedade racista como a brasileira. Faz parte das políticas públicas e sociais de ações afirmativas na educação, voltadas para a inclusão e a igualdade das populações negra, pobre e com deficiências. A Educafro lutava e ainda luta, para que a Lei das Cotas não fique somente no papel, buscando, através de mobilizações, manifestos e lutas, a sua efetividade ampla, promovendo através dela a diversidade étnica nas universidades públicas e particulares.

A Educafro, além de lutar para que o Estado brasileiro cumpra com suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação voltadas para negros e pobres, visa que este Estado promova também a diversidade étnica no mercado de trabalho, a defesa dos direitos humanos, o combate ao racismo estrutural e a todas as formas de discriminações. Resumindo, a Educafro luta para que o Estado brasileiro desenvolva políticas públicas com qualidades, visando à diminuição das desigualdades sociais e raciais existentes no Brasil.

Uma observação importante sobre a Educafro diz respeito ao valor dado à Cidadania. É enfatizada, estudada na disciplina Cultura e Cidadania e valorizada em todos os núcleos das Educafros existentes no Brasil, por meio dos conteúdos e de uma abordagem transversal, com Temas Anuais². Com isso,

² Temas da disciplina Cultura e Cidadania planejados pelos Núcleos Educafros para 2020:
Tema 1 – A crise econômica mundial e os dilemas da militância e dos movimentos sociais. Afinal, quem vai pagar a conta?
Tema 2 – Os afro-brasileiros sua inclusão nas universidades e mobilidade social
Tema 3 – Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos
Tema 4 – Juventude Negra e Segurança Pública
Tema 5 – Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas Universidades

em todos seus os núcleos busca-se fomentar em seus alunos e alunas o surgimento de novas lideranças, de cidadãos (ãs) conscientes e participativos (as) e promotores de uma Práxis Social nas comunidades em que vivem, nas universidades que irão estudar e nas ações coletivas contestatórias aos mecanismos e a uma ordem excludente, promovida, historicamente, pelo Estado brasileiro violador.

Por último, os núcleos Educafros têm como objetivo reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres, em geral, nas universidades públicas ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e a mobilidade social a estas populações.

O núcleo Educafro Valongo, localizado no bairro do Valongo, na cidade de Santos na Baixada Santista/SP ao longo de sua existência – hoje com 20 anos – faz parte da Ong Educafro. Em 2014, fui aceito como professor para ministrar aulas de Filosofia. Durante a passagem pelo núcleo, várias questões chamaram atenção, dentre elas, a dedicação e ao engajamento das pessoas que estavam à frente do projeto, no sentido de proporcionar uma educação de qualidade.

Os (as) alunos (as) são filhos(as) da classe trabalhadora, pessoas negras em sua maioria, pobres em geral, herdeiros(as) de uma educação escolar que não responde de forma efetiva ao direito social fundamental que é a Educação. Ao conviver no cotidiano do Educafro Valongo e verificar as dificuldades elencadas por estes alunos (as) despertou-me a necessidade de compreender quais os objetivos e os impactos de acessar um ensino de qualidade, de modo que pudessem oportunizar a construção de um desejo e a continuidade dos ciclos escolares.

Conforme o contato com esses alunos (as) se tornava mais intenso, mais crescia a minha vontade de pesquisar essa experiência e algumas perguntas

Tema 6 – Os desafios da militância negra em defesa das mulheres e pela superação da violência de gênero

Tema 7 – Os sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil

Tema 8 – Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir?

Tema 9 – Universidades Públicas e ações afirmativas

Tema 10 – A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial

Fonte: <https://www.educafro.org.br/site/temas-de-cidadania/>

passaram a orientar esta proposta: O núcleo Educafro Valongo conseguiu tornar-se um espaço crítico de valorização e de autonomia de seus alunos e alunas? Podemos pensar que a experiência do núcleo possibilita a formação de uma consciência de cidadania e de identidade de pessoas negras e pobres? Essa experiência fez com que os alunos e alunas criassem expectativas com alternativas futuras e de valorização própria?

Neste sentido, a pesquisa realizada desenvolveu um estudo sobre o acesso de estudantes negros e pobres ao ensino superior, precisamente a partir da análise da experiência do núcleo Educafro Valongo, localizado na cidade de Santos na Baixada Santista (SP). Por meio da elaboração e da análise de narrativas de sujeitos que vivenciaram esse cursinho pré-vestibular foi possível identificar o significado da experiência do núcleo Educafro Valongo nas trajetórias de vida daqueles que conseguiram ter acesso, permaneceram e terminaram seus estudos nas universidades e/ou faculdades.

Esta pesquisa também buscou verificar se a experiência vivida pelas populações negras e pobres no sistema educacional revelou violências do Estado brasileiro.

Para tanto, buscou-se respostas para as seguintes perguntas: Quais as dificuldades estes alunos e alunas do Educafro Valongo encontraram quando entraram nas universidades/ faculdades? Como foram suas permanências? Qual a importância da convivência e do aprendizado no Educafro Valongo para as suas vidas no ensino superior? Como veem o Estado brasileiro e a educação?

A escolha pelo uso das narrativas decorreu da possibilidade de junção de histórias de vida como o contexto sócio-históricas que as produziram, tornando possível a compreensão dos sentidos, motivos, as justificações e ações sobre os acontecimentos que produziram mudanças nas crenças e nos valores pré-existentes dos informantes. As narrativas mostram-se valiosas em estudos de abordagem qualitativa, sendo uma forma artesanal de comunicação que visa ao vínculo de conteúdo a partir das experiências subjetivas dos informantes que podem ser transmitidas. Foi elaborado um roteiro com o objetivo de elencar informações essenciais para responder as questões motivadoras da pesquisa, contendo dados sobre a trajetória de vida dos entrevistados, o sentimento e consequências decorrentes da vivência como estudantes do Educafro Valongo.

Foram entrevistados três egressos do Educafro Valongo que acessaram o ensino superior.

A definição da abordagem, de natureza qualitativa e em perspectiva histórica, requereu a realização de uma pesquisa bibliográfica, cujos resultados são apresentados nos dois primeiros capítulos, sobre as lutas e as resistências dos movimentos negros, em especial pelo acesso à educação. Buscou-se autores críticos e questionadores da realidade brasileira, do racismo estrutural no Brasil, das ideologias raciais que surgiram ao longo da história do país, como o da “Democracia Racial” e o da “Política de Branqueamento”.

Autores³ que trazem, no horizonte de suas pesquisas, questões fundamentais sobre o racismo, a luta de classe, a questão das discriminações raciais, do racismo estrutural e dos mecanismos de barragens, produzidos pelas elites nacionais, estrangeiras e pelo Estado brasileiro, aos direitos fundamentais das populações negras e pobres. Foram também utilizadas contribuições de outras pesquisas realizadas sobre os núcleos Educafros no Brasil, como fonte para ampliar a compreensão das estratégias de lutas e resistências coletivas dos Educafros, de seus alunos e de seus representantes.

Um dos objetivos desta pesquisa sobre o núcleo Educafro Valongo é contribuir com o debate sobre a discriminação racial no Brasil e o racismo estrutural, evidenciando as determinações que o produziram e ainda o produz, na perspectiva de construir estratégias para combatê-lo. Determinações significa aqui as características pertinentes aos elementos constitutivos de uma realidade, no caso a realidade brasileira: sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Para tanto, foi utilizado um aporte teórico marxista, que aborda as determinações raciais (como a escravidão) e a violência de Estado no Brasil.

A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa e em perspectiva histórica, requereu a realização de um levantamento bibliográfico, apresentado nos dois primeiros capítulos. O capítulo terceiro contém os dados e análise a

³ Autores que trouxeram e apresentaram novas sociologias, como Florestan Fernandes e Clóvis Moura, ambos marxistas, socialistas e militantes das causas das populações negras e pobres. Junto a eles Abdias Nascimento, também militante e criador do importante Teatro Experimental do Negro, um teatro com propostas de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, com a ambição de apresentar um novo estilo dramaturgico, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países. Por último, Petrônio Domingues que contribui com importantes reflexões e conteúdo histórico sobre o movimento negro brasileiro organizado moderno.

partir da pesquisa de campo: as entrevistas narrativas de André Araújo, Débora Camilo e Virgílio Marques, respectivamente alunos e aluna que passaram pelo Educafro Valongo e conseguiram chegar à universidade.

As entrevistas que geram as narrativas são ferramentas não estruturadas, que buscam a profundidade de aspectos específicos dos quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado quanto do entrecruzando com o contexto situacional e histórico. Elas são realizadas visando encorajar e estimular os informantes a contarem e narrarem algo sobre algum acontecimento importante de suas vidas, buscando a reconstrução desses acontecimentos sociais a partir do ponto de vista dos informantes, de suas vidas e dos contextos sociais que viveram. No quarto capítulo é abordado a relação existente entre Estado brasileiro e as populações negras e pobres a partir do recorte da educação.

A partir das narrativas dos sujeitos é problematizada a importância da existência de espaços educacionais como o Educafro Valongo como alternativa e enfrentamento ao racismo à Violência do Estado.

CAPÍTULO 1. O Racismo no Brasil: história, determinações e contradições. As resistências e lutas dos movimentos negros contra o racismo e a marginalização da população negra.

Para buscar compreender o racismo no Brasil, autores como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Petrônio Domingues e Abdias Nascimento são fundamentais, pois analisaram e refletiram sobre o tema mostrando as determinações e contradições existentes historicamente, com todas as suas implicações. Com referência à escravidão, ao conflito entre senhores e escravos nas relações sociais e nas relações de produção, é importante ressaltar as resistências do povo negro e pobre através das lutas dos Quilombos e depois do movimento Absolutista contra a opressão da escravidão. Com o novo ciclo do modo de produção capitalista no Brasil, dependente e exportador, somando-se às antigas determinações as novas contradições, como a contradição de classe, e também novas resistências do povo negro e pobre como o MNO surgido nas épocas da Abolição (1888) e da formação da Primeira República (1889) existindo até hoje.

Clóvis Moura (1978), cuja obra influenciou os debates dentro e fora da academia na segunda metade do século XX no Brasil, é um divisor de águas para a compreensão dos dilemas raciais brasileiros. O autor faz críticas acirradas à sociologia oficial e acadêmica por ser, segundo ele, pouco efetiva e interessada em buscar as transformações que a sociedade brasileira precisava para acabar com as enormes desigualdades sociais, econômicas e raciais.

Este autor aborda as contradições históricas produtoras do racismo no Brasil e pautado na concepção de luta de classe e das questões classes visando uma totalidade. Clóvis Moura⁴ (1978) também trabalha com o conceito de *práxis*, ou seja, uma Sociologia da Práxis. Uma sociologia transformadora e questionadora do *status quo*. Faz uma crítica precisa sobre vários intelectuais e acadêmicos, como Karl Mannheim, Lévy-Bruhl, Celso Furtado e Gilberto Freire, que debruçaram seus estudos e fizeram análises de forma não efetiva sobre o colonialismo, o racismo e a discriminação da população negra, pois suas

⁴ Autor com uma perspectiva crítica contundente sobre vários estudiosos e intelectuais acadêmicos como Gilberto Freire, Nina Rodrigues, Sílvio Romero, que firmaram uma ideia de “Democracia Racial” no Brasil.

análises apresentam ideologias preconceituosas, conservadoras e puramente acadêmicas.

Segundo o autor, trata-se de sociólogos de uma Sociologia institucionalizada e fossilizada, que defende uma ideologia com mecanismos reguladores e controladores a favor da classe burguesa. Uma Sociologia sem uma práxis transformadora, ligada às necessidades do povo brasileiro, da classe pobre, da população negra eternas esquecidas e marginalizadas, uma Sociologia acadêmica sem uma prática dinâmico radical (Práxis).

Em seu livro a “Sociologia posta em questão” Moura (1978) usa uma ideia importante de Marx para questionar a sociologia acadêmica: a ideia de que as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, ou seja, a classe que tem a força material dominante da sociedade, dos meios de produções é ao mesmo tempo, a que tem a força espiritual dominante⁵, em todos os lugares inclusive na academia. A academia seria livre e conseguiria fazer ciência e escapar a esta determinação? Clóvis Moura questiona:

Já se afirmou que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”. Aplicar-se-á este conceito ao conjunto da Sociologia acadêmica que se ensina e é aplicada em nossos dias, isto é, ela também é um precipitado ideológico das classes que estão no cume da pirâmide social e detêm o poder político? Ou conseguiu transformar-se em uma ciência impermeável, acima das classes? É o que tentaremos analisar em seguida? Em outras palavras, será que as ciências sociais e especialmente a Sociologia, destacam-se e projetam-se como uma corrente de opinião ou constelação conceptual não subordinada nos seus balizamentos teóricos e nas suas implicações empíricas à estrutura social ou elas também fazem parte da estrutura social, são por ela condicionadas e os seus postulados, suas conclusões e seus serviços aproveitados pelo status quo? (MOURA, 1978, p. 37-38)

⁵ Veja o trecho no livro “A Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels. “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX, 2007, p. 47)

A resposta de Clóvis Moura (1978) aponta que não. A Sociologia acadêmica serve ao status quo, seus intelectuais estão a serviço das classes dominantes, do sistema capitalista, do controle. Falta a estes profissionais empatias com o povo, com as populações mais pobres e desassistidas. A Sociologia acadêmica é conservadora, inclusive até pensadores de esquerda e marxistas se encontrariam encastelados dentro das universidades. Para autor não passariam de “Neomarxista de Cátedra “que perderam como referência de luta a ideia de Revolução, coração do Marxismo. Estes intelectuais acadêmicos quando muito, produzem um “Marxismo Desdentado”. Para Sociologia acadêmica serve à classe dominante, é institucionalizada e conservadora, quando muito o máximo que alcança ser é uma ideóloga crítica de uma classe dominante, ela é reformista, jamais revolucionária. Serve ao sistema capitalista.

[...] a sociologia acadêmica pode, no máximo, em determinados momentos, ser uma ideologia crítica de alguns segmentos, das classes dominantes, porém nunca uma ciência que esteja em consonância com o ritmo do dinamismo emergente da sociedade. É sempre um elemento estruturalmente limitado porque não acompanha as contradições que se manifestam em consequência do próprio desenvolvimento do seu objeto de estudo. Em outras palavras: a sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária. (MOURA, 1978, p. 11-12)

O contrário desta Sociologia acadêmica é a Sociologia da Práxis, usada por Clóvis Moura, pensador claramente preocupado com as transformações sociais, norteando sua postura intelectual por uma práxis social libertadora e questionadora da sociedade capitalista e nacional.

A Sociologia da Práxis, é uma sociologia que tem no seu horizonte de reflexão outros valores, outras preocupações, outro público, outro método diverso da sociologia acadêmica. Esta Sociologia tem como base de estudo a “Formação econômico-social “, ou seja, o conceito fundamental da ciência marxista-leninista da sociedade. Uma formação econômico-social é um modo de produção historicamente definido que representa a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção em conjunto com as concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas e as instituições da sociedade que correspondem a essas relações.

O conceito de formação econômico-social é encontrado nas relações sociais de produção — isto é: as relações econômicas entre os homens — como toda a vida espiritual da sociedade. As ideias, como já foi apontado por Marx e Engels, estariam relacionadas com a história, com o processo histórico e com as condições econômicas e sociais das classes sociais e em particular com a luta de classes. A Sociologia da Práxis de Clóvis Moura possui esta perspectiva, daí ser uma práxis com uma perspectiva materialista, histórico-dialética e dinâmica.

Enquanto a sociologia acadêmica, nacional e europeia, ficava presa aos fenômenos, ao aparente, a um relativismo agnóstico que dizia ser impossível analisar os ritmos de transformações e de repetições dos fenômenos e das leis, sendo assim impossível traçar normas práticas, quer para os detalhes, quer para a totalidade da realidade social. A Sociologia da Práxis apontava que sim, era possível compreender os ritmos de transformações e de repetições dos fenômenos e das leis, sendo possível também uma Práxis transformadora.

O autor defende a Práxis Sociológica Consciente. Ela possui dois aspectos que se completam e são interdependentes. O problema gnosiológico (conhecimento) e o problema da ação social e política (Práxis). O conhecimento se dá na prática; ou pela Práxis, como já foi mostrado por Marx e agora também por Clóvis Moura, coisas acontecem, a verdade se desenvolve, o mundo se transforma, as pessoas conseguem superar as determinações existente.

Segundo Clóvis Moura (1978), há um ciclo fundamental entre o conhecimento e a Práxis. Este ciclo teria esta dinâmica única, buscando conhecer e desenvolver a verdade na prática, desta volta-se ao conhecimento, deste de novo à prática (Práxis) e novamente ao conhecimento, de forma infinita, numa repetição cíclica. Cada vez que se voltar à prática e desta ao conhecimento e vice-versa, em vários ciclos, cada conteúdo de cada ciclo da prática e do conhecimento se elevaria a um grau mais alto. Então, além do problema gnosiológico, deve-se buscar a ação social e política, dialética, dinâmica.

A ação política deve, portanto, ser um reflexo do conhecimento empírico da realidade social, mas não de forma contemplativa ou simplesmente pragmática. Deve ser dialética e conseqüentemente, dinâmica na sua essência. O conhecimento das leis sociológicas dá ao homem o poder de intervir conscientemente no processo social, elevando o grau desse

conhecimento à medida que atua. Daí porque a Sociologia acadêmica tangencia este fato de suma importância: a possibilidade das ações de massas se processarem não como reflexo de tendências psicológicas agressivas desses grupos sociais, mas como decorrência da sua conscientização. (MOURA, 1978, p. 66)

Tendo isso como diretriz, Clóvis Moura (1994) reflete a dinâmica do escravismo no Brasil através do método marxista. Graças a este método, será possível analisar e interpretar a dinâmica do escravismo no Brasil de forma diferente da Sociologia acadêmica, isto é, parte-se de uma análise materialista histórico-dialética sobre o escravismo no Brasil com suas contradições estruturais. Compreender com isso porque os analistas acadêmicos, ao pensarem sobre o racismo no Brasil, o escravismo e as relações sociais entre senhores e escravos, ficaram na superfície das coisas, pois utilizaram metodologias que davam mais valor às exceções que as regras, igualavam o fundamental ao que era secundário; o substantivo ao que era o adjetivo; o conjunto ao que era o detalhe; o objetivo ao que o subjetivo e o comparativo ao analógico. Clóvis Moura ao contrário, seus estudos refletiriam sobre as estruturas da sociedade brasileira, desta forma descortinava, desnudava e apontava para o racismo da sociedade brasileira, o Racismo Estrutural desta sociedade existente nos mecanismos de barragens que a população negra sofria e vem sofrendo desde o começo do sistema escravista até os dias de hoje com o sistema de Capitalismo dependente.

Para o autor (1994) a questão do negro tem especificidades e um nível de contradição muito mais profundo do que o do trabalhador branco, contradição racial, porém, não poderá ser superada se não levar em consideração também esta outra contradição, que envolve a questão de classe e das lutas de classes. Sem a compreensão destas contradições e de pensá-las de forma integrada jamais será possível resolver os problemas e o racismo que a população negra sofre na sociedade brasileira, inclusive pelo Estado brasileiro. Clóvis Moura (1988) aponta que o racismo não é epifenômico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que o produz e o alimentam.

As análises de Clóvis Moura (1988) sobre a situação da população negra apontam que foi produzida uma sociologia branca, que vê o negro como um simples objeto de estudo, nunca com um sujeito dinâmico dentro de uma

realidade cheia de contradições, históricas e estruturais de nossa sociedade. Segundo ele,

A sociologia do negro é [...] mesmo quando escrita por alguns autores negros; uma sociologia branca. E quando escrevemos branca não queremos dizer que o autor é negro; branco; mulato; mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco que é aplicado sobre a realidade do negro brasileiro; como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira. Como podemos ver; o pensamento social brasileiro; a nossa literatura; finalmente o nosso *ethos* cultural em quase todos os seus níveis; está impregnado dessa visão alienada; muitas vezes paternalista; outras vezes pretensamente imparcial. (MOURA, 1988, p. 9).

A metodologia utilizada por estas sociologias brancas, segundo Moura (1988), fundada em uma pseudo-imparcialidade científica, trabalha com conceitos teóricos e ideias como: Sincretismo, Assimilação, Acomodação e Aculturação, que são conceitos “eficazes” e “corretos” dentro da estrutura conceitual acadêmica e uma ideologia racista racionalizada, que não são capazes de penetrarem na essência da questão por não considerarem as lutas de classe e a consequência histórica da estrutura escravagista.

No campo da literatura, a crítica que ele faz é dirigida para grandes nomes de nossa literatura nacional como Machado de Assis, José de Alencar e muitos outros escritores famosos por colocarem o negro como ser inferior, escravo e subumano. Para Clóvis Moura, a literatura nacional com estes autores, estava impregnada de um mundo ficcional, imaginário e alienado aos valores da elite branca, com seus modelos de beleza europeus, heróis e heroína pautados por modelos greco-romano. O povo não passava nestas literaturas de mero ornamento, figura decorativa e pano de fundo das obras desta literatura alienada e servil.

Esta literatura brasileira romântica, segundo o autor, nega a existência do negro social e esteticamente; o índio quando muito é idealizado, transformando-se num cavaleiro medieval, ou seja, esta literatura tinha no seu horizonte imaginário os modelos de padrão de beleza europeu, idealizando o índio, o “Bom Selvagem” de Rousseau, encontrado no Peri do “Guarani” de José de Alencar. O índio desse romantismo brasileiro não passava de uma farsa ideológica,

literária e social. Os quilombos, os negros insurretos e os revolucionários de modo geral, não passavam de anti-heróis.

Moura (1988) considera que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental entre senhores versus escravos, uma contradição de extrema violência, a marca central do sistema Escravista. Portanto, o autor afirma que o sujeito histórico no Brasil não é o operário, referência de transformação e revolução de Karl Marx e Engels na metade do Século XVIII na Europa, mas o negro que busca a própria transformação frente às relações de produção do sistema escravista. O sistema escravista tem em sua essência o racismo, a naturalização das desigualdades, da escravidão, do extermínio da população negra. O racismo é o elemento estrutural e estruturante no Brasil, da sociedade brasileira, do Estado brasileiro e do povo brasileiro, por isso a existência do Racismo Estrutural no Brasil.

A escravidão no Brasil, conforme aponta Clóvis Moura (1994), configurou o comportamento das classes fundamentais da sociedade escravista, os senhores e os escravos, influenciando também as demais camadas, segmentos e grupos, direta ou indiretamente a esta dicotomia, fazendo parte da estrutura da formação do Estado brasileiro, da sociedade brasileira e do povo brasileiro. Portanto, reconhece que o negro é o sujeito revolucionário e protagonista de sua autoemancipação dentro de uma práxis histórica negra.

Em *Rebelião das Senzalas*, Moura (1959), ressalta as resistências do povo negro ao longo da história do Brasil através dos Quilombos e do movimento Absolutista. A Obra traz uma nova visão sobre os negros escravos, influenciando novas leituras e interpretações sobre o escravismo no Brasil, sobre as relações “harmoniosas” entre as raças formadoras do país, quebrando “paradigmas” como a ideia de que no Brasil havia uma “Democracia Racial”, servindo como uma nova referência não só para combater as ideias conservadoras da academia, mas principalmente dar protagonismo à comunidade negra brasileira; ele justifica:

O mérito do nosso trabalho poderá ser centrado apenas neste aspecto: haver despertado não apenas a Inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da benignidade inicial

do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações inter-étnicas democráticas surgidas após o 13 de maio. Esta visão deformada levava a que se repetissem chavões, muitos deles usados ainda hoje no sentido de se escamoteai o conteúdo altamente violento das relações entre senhores e escravos. Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica, desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada. (MOURA, 1959, p.11-12)

Assim, há o reconhecimento dos escravos como fundamentais não só para a sociedade escravista, como também para a transformação dela em uma sociedade de trabalho livre através dos movimentos de resistências. Para isso, seria importante que os estudiosos do período percebessem a dinâmica dicotômica envolvida nestas duas situações.

O fato é que, de qualquer maneira, os elementos de realidade de uma sociedade de castas só podem ser compreendidos se atentarmos na sua dinâmica dicotômica, no seu processo bipolar de transformação. Na formação da sociedade brasileira foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos tópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial. Mas, ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para a outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir. (MOURA, 1959, p. 6)

Desta maneira Clóvis Moura, de forma contrária à maioria dos Sociólogos da época e da academia oficial, trará novas luzes para a reflexão da participação dos escravos na história do Brasil, indo na contramão da história oficial. Moura demonstra assim que o africano no Brasil, do período colonial à abolição da escravatura, consolidou diversas formas de lutas contra a subsunção do europeu colonizador, por meio de quilombos, insurreições e guerrilhas.

Quanto aos quilombos, Clóvis Moura (1959) traça um quadro sobre estas formas de resistências do povo negro frente à brutalidade do sistema escravistas. As situações de opressões que sofriam, exigiam a organização em núcleos capazes de receber outros rebeldes. Havia a necessidade de conviver

entre si. Um elemento existente nos Quilombos e independente dele foram as guerrilhas. Eram menos numerosas e com objetivos diversos dos quilombos. Nos quilombos buscava-se aglutinar os sujeitos que fugiam e procuravam ajudá-los na formação de uma estrutura organizativa estável e permanente. Importante então a existência de hierarquias, de valores tribais, dos traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, da fabricação de armas, forma de governo. Já as guerrilhas eram geralmente nômades, pouco numerosa, visavam atacar as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, lutando contra as tropas do governo, os capitães do mato e os moradores das vizinhanças.

As formas fundamentais de lutas que caracterizaram, de um modo geral, os movimentos dos escravos contra a opressão da escravidão, segundo Edison Carneiro, citado por Moura (1959, p.50) foram:

a) a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros males (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835;

b) a insurreição armada, Balaiada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão;

c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares.

Clóvis Moura completa esta lista com duas outras formas de resistência usadas pelos escravos:

1) as guerrilhas, como já foi caracterizada para se diferenciar dos quilombos;

2) a participação do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua participação.

Voltando aos quilombos, eles proliferaram inicialmente como forma de resistência. Em todas as partes da Colônia eles surgiam logo no início do sistema escravista e o seu modo de estratificação e exploração. Defendiam-se nas matas, assustando os senhores das terras, nas lutas de guerrilhas com mortes dos senhores, capitães-do-mato e ataque às fazendas. No entanto, havia uma característica comum “a revolta coletiva” que iria unir os escravos, formando os quilombos.

Os fazendeiros acabavam solicitando imediatas providências contra os quilombos depois de algumas derrotas. A Metrópole, então, se manifestou e em 1741, mandou que fosse cumprido, rigorosamente, o Alvará de 7 de março daquele ano, que instituía que fosse ferrado — ferro em brasa — com um "F" na testa todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo e além de corta uma orelha em caso de reincidência. Já se iniciava assim o desenvolvimento das lutas entre senhores e escravos, entre as elites nacionais e estrangeiras contra as populações negras e pobres.

Moura (1978) aponta que o racismo no Brasil está ligado a uma ideologia autoritária, do autoritarismo do Estado brasileiro. Que faltaria às sociologias, Moura (1988), compreender a importância sociológica do tráfico negreiro no Brasil e suas consequências como: a relevância estrutural que ele produziu como a subjacência racista em grandes camadas da população, em suas instituições e especialmente, o seu aparelho de dominação, o Estado brasileiro.

O Estado brasileiro, no regime escravista, tinha e foi destinado fundamentalmente para manter e defender os interesses dos donos de escravos, ou seja, um Estado brasileiro estava a serviço das elites. Aos negros escravos que aqui chegavam, violados em seus direitos como seres humanos, tratados como coisas, mercadorias e seres semovente havia contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, com o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado brasileiro. Esta relação pernicioso e antidemocrática do Estado brasileiro opressor e violento contra as camadas negras e pobres, se repetiu ao longo de nossa história, chegando até os dias atuais.

Para Clóvis Moura (1988), a estrutura do Estado brasileiro do sistema escravista de produção tinha uma estrutura despótica na sua essência, altamente centralizada e com uma espinha dorsal e suporte permanente do Conselho de Estado e do Senado, ambos montados para reprimir a luta dos escravos. Daí, sermos o último país do mundo a abolir a escravidão.

Importante, enfatiza Clóvis Moura, que a característica fundamentalmente do período escravista brasileiro é o conflito, a luta do escravo contra os senhores, contra o aparelho de Estado brasileiro. O negro escravo foi agente social dinâmico, criador de mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual era o criador das riquezas, porém alienado de todo o produto elaborado. Daí a importância de conhecer as lutas, as resistências e os mecanismos de

defesa da população negra, como os quilombos e depois a imprensa negra no período pós-absolutista.

No entanto, a Sociologia Branca, acadêmica e oficial, reproduzindo as ideias e valores das elites reacionárias brasileiras do Estado brasileiro, sempre a serviço destas elites, tinham um outro olhar para o negro. Um olhar que descartava sua dimensão humana, fruto, segundo Moura (1988) da necessidade de mantê-lo sempre excluído nos territórios das exclusões como os cativeiros, ou nos permitidos como as senzalas e as cozinhas da Casa Grande. Por isso, a necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia a tudo isso era vista como irracional e patológica socialmente.

Além disso, várias ideologias foram criadas no Brasil para garantir a vigência do racismo de forma velada como a de que no Brasil haveria uma “Democracia Racial” e de que o Brasil precisava valorizar uma “Política de branqueamento” para reforçar o melhor da mistura de nossas matrizes raciais a branca, europeia, em detrimento da negra e indígena.

A ideologia da “Democracia Racial” é bem analisada por Petrônio Domingues (2001) em seu texto: “ O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Para Domingues (2001, p. 117), ela surge no período da pós-abolição, se consolidando depois no imaginário social. Os motivos para seu surgimento foram três:

Primeiro, desarticulava e/ou evitava a luta de qualquer movimento de retaliação dos manumitidos contra os ex-senhores, uma espécie de acerto de contas derivado do acúmulo de ódio racial. Segundo, minou qualquer possibilidade de o Estado brasileiro implementar políticas compensatórias em benefício dos ex-escravos e seus descendentes, como forma de reparo às atrocidades, aos danos e à expropriação causados pelo regime escravista. Terceiro, isentava o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino dos manumitidos, nas condições em que se construiria um mercado livre de trabalho. Uma vez que culminou sendo adotado como ideologia oficial, o mito da democracia racial gerava uma sensação de alívio entre os brancos no seu conjunto, a ponto de se sentirem eximidos de qualquer obrigação pelo drama da população negra. A sociedade parecia não impor nenhum tipo de barreira ao progresso dos mais capazes.(Domingues, 2001, 118)

Domingues (2001, p.119), aponta que vários fatores contribuíram para a perpetuação do mito da “Democracia Racial no Brasil” : as observações e literaturas de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil como Louis Couty, Debret, Saint-Hilaire, Koster, Rugendas, Ribeyrolles e Couty; as produções das elites intelectual e política; a direção do movimento abolicionista institucionalizado e o processo de mestiçagem.

Em São Paulo o “mito” ganha força do período Pós-Abolição até 1930, com a imprensa negra; a suposta integração dos negros com os imigrantes; a permanência de uma mentalidade paternalista em um setor da elite tradicional; o movimento comunista e a uma tradição de comparar o sistema racial brasileiro ao estadunidense.

Para Domingues (2001, p. 126) o discurso da ideologia racial da Democracia Racial apontava que havia oportunidades iguais para negros e brancos, sendo assim, caso os negros não conseguissem “vencer na vida” era devido por serem incompetentes, incapazes e/ou inferiores. Há aqui importantes dimensões psicológicas do mito da democracia racial que acabariam reforçando e desenvolvendo de um “complexo de superioridade” dos brancos e, em de forma oposta, de um “complexo de inferioridade” nos negros.

Desta forma, ficava fácil para a classe dominante, as elites, transferir todas as mazelas que afetavam a população negra para esta própria população. Com isso se consolidava uma hierarquia racial, não de direito, mas de fato, sendo vista como uma consequência natural da inferioridade da população negra, incapaz de adaptar-se ao estilo de vida do mundo urbano e fabril que surgia.

A ideologia da democracia racial, aponta Domingues (2001, p. 126), dividiu a própria população negra. Quando um negro ou um “mulato” agregava-se aos estratos mais elevados, eram cooptados pela ideologia da democracia racial, fazendo com que abandonassem suas identificações com a luta do seu grupo racial de origem, sendo agora pautados pela ideia e “fala “ de “negro de alma branca”. Tais posturas causava revolta nos “irmãos de cor” menos favorecidos.

O mito da democracia racial também conseguiu introjetar na população negra a visão de que os males produzidos pela exclusão eram individuais e não

passavam pela necessidade e o surgimento de uma consciência de raça que viesse a lutar de forma coletiva pela transformação do sistema racial.

Quanto aos brancos, Domingues (2001, p.127) diz que, viviam no simples consenso de que não havia problema racial algum no Brasil, permanecendo indiferentes ao drama alheio, sempre buscando assegurar o controle social sobre a população negra e acusando movimento negro de estar sempre tentando criar problemas inexistentes no país como o racismo.

Este mito acabou adentrando não só no imaginário popular e das elites econômicas, mas também serviu de referências para os intelectuais nas grandes universidades, que acabaram racionalizando teoricamente o mito da “democracia racial”.

Um grande exemplo foi Gilberto Freire e seu consagrado livro: “Casa-Grande & Senzala”. Este livro acabaria catalisando os fundamentos do mito da democracia racial brasileira, que foi construído historicamente pela classe dominante e suas elites, sendo imposto por elas e aceito pelas populações mais discriminadas e desassistidas como a negra e a pobre. O mito da democracia racial acabaria se tornando entre os anos de 1889 a 1930, em São Paulo, senso-comum. Domingues (2001, p.127) aponta que Gilberto Freyre não fundou o mito da democracia racial, mas o consolidou, dando a ele um caráter científico sobre o imaginário das relações raciais, fortemente arraigado no pensamento nacional.

Em seu livro “Sociologia do Negro Brasileiro”, Moura (1988, p. 22-23) aponta que o elemento fundamental do período escravista no Brasil foi a luta do escravo contra o aparelho de Estado. No entanto, infelizmente, é exatamente esta luta e esta contradição decisiva para as transformações e mudanças sociais no Brasil que são subestimadas pela maioria dos sociólogos, antropólogos e historiadores brasileiros, que se limitam em descrever detalhes, em pesquisar minudências, exotismos, encontrarem analogias, fugindo à tentativa de analisar de maneira abrangente, contundente e científica as características, os graus de importância social, econômica, cultural e política dessas lutas.

O que se têm, então, aponta Moura (1988, p. 22-23), são literaturas de acomodações, que tiram do negro escravo a postura de agente social dinâmico, criando uma imagem do negro que o descartada da sua dimensão humana. Esquecem tais literaturas da existência de um aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista, que produziu um pensamento racista que perdura até

hoje. Não conseguem perceber a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, estrutura que permaneceu basicamente a mesma, ou seja, com as contradições entre senhores e escravos, com mecanismos de dominação autoritários e ideológicos mantidos e aperfeiçoados pelos primeiros.

Para Moura (1988, p. 61), grande parte da literatura especializada sobre identidade das relações inter-étnicas no Brasil possuem preferências ideológicas, defendendo que o Brasil era a maior democracia racial do mundo, afinal, no Brasil havia várias misturas étnicas. O português, por razões culturais e biológicas, tinha uma predisposição pelo relacionamento sexual por etnias exóticas, conseguia democratizar as relações sociais que estabelecia naquelas áreas nas quais atuou como colonizador. A maior prova disso seria o Brasil. Com isso, criou-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico). Buscava-se, assim, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes.

Esquecem tais defensores de que a miscigenação é um fenômeno universal não havendo mais raças ou etnias puras no mundo, aponta Moura (1988, p. 61-62). O que há é um dinamismo miscigenatório milenar em todos os continentes: Europa, África, Ásia e América. Desta forma, nada há de específico na colonização portuguesa que fizesse surgir uma “Democracia Racial “ no Brasil e demais colônias.

Moura (1988, p.8-12, 36), faz uma crítica que compõe uma linha de reflexão crítica sobre a Antropologia, por se tornar uma das ferramentas do colonialismo, dos serviços prestados desta ciência às grandes metrópoles em detrimento das colônias, de fazer parte do processo de colonização europeia na África, América e Ásia.

Moura (1988, p.36) cita vários estudiosos que denunciaram e apontaram para uma vinculação entre a Antropologia e a política do colonialismo das grandes metrópoles, uma Antropologia a serviço das grandes metrópoles. Entre estudiosos críticos desta Antropologia ligada às grandes metrópoles estão:

Maurício Tragtenberg⁶, Kabengele Munanga, S. Adotevi, . Grigulévitch e Semión Koslov.

Moura (1988, p.17-18) aponta, para a influência dessa antropologia ligada à lógica das metrópoles em detrimento das colônias em diversos pensadores e acadêmicos do Brasil. Figurariam nomes conhecidos entre estes os antropólogos e pensadores a serviço das metrópoles como: Evans -Pritchard, Meyer-Fortes, Rattgray e etc.

Estes teriam preconceitos acadêmicos ao estudar o negro no Brasil. Tais preconceitos estariam respaldados numa pretensa imparcialidade científica de um lado e, de outro, reproduziriam uma ideologia racista racionalizada, fruto dos resíduos da superestrutura escravista, do Sistema Escravista, que permaneceu na dinâmica ideológica da sociedade competitiva, do Sistema Capitalista Dependente que o sucedeu.

Para nosso autor, o que ocorreu foi nada mais e nada menos que uma reformulação dos mitos raciais, de outrora do período colonial, reflexos do sistema escravocrata, produtor do escravismo; no contexto da sociedade brasileira, que agora vivia no sistema de capitalismo dependente que sucedeu o anterior colonial. Com e através desta reformulação de mitos raciais, foi possível então que as classes dominantes mantivessem ideologias capazes de justificar e aceitar as desigualdades econômico-social, racial e cultural como a da “democracia racial” de forma natural e existente.

Entre os pensadores e acadêmicos brasileiros, que acabaram sucumbindo a estes preconceitos, Moura cita vários (1988, p. 18 e 19) como: Perdigão Malheiros, Nina Rodrigues, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viena, Azevedo Amaral. Para Moura, estes pensadores fariam parte de um pensamento social subordinado a uma estrutura dependente, na qual os conceitos “chamados científicos” vindo para a colônia Brasil, através das grandes metrópoles, o inferiorizava.

⁶ Autor escreve sobre a grande vinculação entre o imperialismo e a antropologia. Analisa o fim da Guerra dos Bôeres, nome dado às guerras que aconteceram no sul da África (hoje atual África do Sul), entre 1880-1881 e 1899-1902. Os conflitos foram travados entre ingleses e holandeses no contexto do Imperialismo europeu do século XIX.

Esta realidade mítica criou vários mitos, juntando racismo e autoritarismo, nos mostra Moura (1988, p. 22-24), como os: do “ Mito do bom senhor” de Freyre, da “ Oligarquia Esclarecida” de Oliveira Vianna, da “ Democracia Racial” , do “ Estado Novo “ de Azevedo Amaral

Moura (1988, p.55-57, e 62) aponta, que faltaria aos defensores do mito da democracia racial no Brasil, analisarem como foi ordenada socialmente a população brasileira e os mecanismos específicos de impedimentos e resistências criados contra à mobilidade social vertical massiva das populações eternamente discriminadas como a negra, indígena e pobre. Moura diz que os defensores do mito da democracia racial, esqueciam que esses segmentos populacionais discriminados, faziam parte de uma estrutura escravista, inicialmente fruto do Sistema de Produção Escravista, que depois, manteriam suas estruturas no sistema econômico posterior, o Sistema de Capitalismo Dependente.

Haveria assim, duas realidades existentes e estruturais no transcurso da história social do Brasil e de sua sociedade; com mecanismos ideológicos criando e produzido verdadeiras barreiras aos diversos segmentos discriminados. No entanto, a maioria desses mecanismos não foram avaliados e considerados pelos pensadores, defensores do mito da democracia racial, aponta Moura (1988, p.61-63). Pelo contrário, estes pensadores refletiam através de suas análises como se houvesse um fluir idílico, sem nenhum entrave à evolução individual de todos, senão aquele que a capacidade de cada um exprimisse.

Segundo Moura (1988, 61-63) foi com esta dicotomia étnica que estabeleceu uma escala de valores, com indivíduos e grupos reconhecidos socialmente na medida em que se aproxima do modelo ideal, o branco europeu, e uma desvalorização social dos que se aproximava do oposto, o negro africano. Havia, segundo o autor, um gradiente étnico que caracterizava a população brasileira. Isso fez com que jamais existisse um relação democrática e igualitária entre as etnias brasileiras; afinal, o que se tinha e se tem no Brasil são escalas de valores que vê no branco o modelo superior e no negro o modelo inferior e as demais nuances de miscigenação; à medida que se aproximam do polo branco, são mais consideradas, integradas, socialmente e, pelo contrário, à medida que se aproxima do polo negativo são desconsideradas, repelidas e

desconsideradas. Desta forma, a “Democracia Racial” era uma falácia, criada pelas elites, pelas instituições do Estado brasileiro e pelas Grandes Mídias para encobrir as desigualdades, as discriminações, o racismo e o Racismo Estrutural que produziam contra as populações negras no Brasil.

As consequências são as piores possíveis, pois fará com que a identidade e a consciência étnicas das populações negras e pobres busquem suas identidades e consciências sempre em elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante, com suas ideias, seus valores, seus preconceitos e suas atitudes.

Clóvis Moura (1988, p.62-63) traz como exemplo desta situação sobre a identidade do povo brasileiro nas auto-declarações que ocorreram no Brasil no recenseamento demográfico do IBGE (Instituto, Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1980. Cores que foram declaradas: “acastanhada”, “agalegada”, “alva”, “alva-escura”, “alvarenta”, “alva-rosada”, “alvinha”, “amarelada”, “amarela-queimada”, “amarelosa”, “amorenada”, “avermelhada”, “azul”, “azul-marinho”, “baiano”, “bem branca”, “bem clara”, “bem morena”, “branca”, “branca avermelhada”, “branca melada”, “branca morena”, “branca pálida”, “branca sardenta”, “branca suja”, “branquiça”, “branquinha”, “bronze”, “bronzeada”, “bugrezinha escura”, “burro-quando-foge”, “cabocla”, “cabo verde”, “café”, “café-com-leite”, “canela”, “canelada”, “polaca”, “pouco clara”, “pouco morena”, “preta”, “pretinha”, “puxa para branca”, “quase negra”, “queimada”, “queimada de praia”, “queimada de sol”. Houve segundo Clóvis Moura, um total de cento e trinta e seis cores, demonstrando como a população brasileira fogia da sua realidade étnica e identitária, procurando, através de simbolismos de fuga, se igualar o mais próximo possível ao modelo branco, tido como superior.

Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora

capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador. (MOURA, 1988, p. 63-64)

A chamada “Democracia Racial” não passaria de suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o negro brasileiro, afirma Clóvis Moura.

Florestan Fernandes outra referência importante desta pesquisa, apresenta novos horizontes para a reflexão teórica e a interpretação da realidade social brasileira. Seu livro em parceria com Roger Baptiste o clássico “Branco e negro em São Paulo” (1959) foi resultado de um projeto de pesquisa no Brasil, para a campanha internacional da UNESCO, no início dos anos 50 do século passado, de combate ao racismo tendo em vista a sombra do recente holocausto nazista. Essa pesquisa faria parte do relatório internacional sobre os resultados das relações raciais no país. Haveria também pesquisa nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. O Brasil era visto como um caldeirão de culturas, onde as raças teriam se assimilado ao ponto de erigirem uma convivência democrática no país.

A ideia central da pesquisa seria demonstrar como o Brasil conseguiu avançar nas relações sociais sem, contudo, desembocar em tensões raciais. O Brasil era visto como um contraponto às experiências raciais negativas nos Estados Unidos e na África do Sul. A pesquisa durou três anos 1952/55. Os resultados, no entanto, foram totalmente opostos, colocando por terra e questionando a “Democracia Racial Brasileira”, elemento de referências de vários acadêmicos brasileiros estudiosos das relações raciais no Brasil e usado pelo Estado brasileiro para criar sua imagem e a da sociedade brasileira ao público estrangeiro. Foi um dos momentos mais importantes para quebra da ideia de que no Brasil havia uma “Democracia Racial”.

Quanto à herança do passado, os resultados de nossas pesquisas indicam que a representação social da personalidade-status do negro, elaborada pelos brancos, não encontrou até o presente, condições que determinassem a sua transformação em sentido radical. Compreende-se que ela só poderá transformar-se radicalmente sob a pressão dos fatos. Sem que

a posição social dos negros e dos mulatos se modifique radicalmente, em escala coletiva, é pouco provável que o êxito alcançado na competição com os brancos por algumas personalidades de cor produza repercussões tão profundas em atitudes arraigadas em expectativas de comportamento tradicionais. Daí resulta uma espécie de antinomia social, que prejudica os interesses e as aspirações das pessoas de cor e reduz inevitavelmente o intercâmbio dos negros e dos mulatos entre si e com os brancos. (BAPTISTE E FERNANDES, 1959, p. 155-156).

Os resultados destas pesquisas mostraram que a “democracia racial” não passaria de uma ideia corrente no exterior, de que o país é o paraíso tropical da convivência democrática das raças. Os defensores desta “Democracia Racial” temem a verdade e reprime os que a conteste.

Florestan Fernandes (1989) mostra que estas ideologias não passam de mitos criados pelas elites nacionais. Seria muito ingênuo acreditar que uma país como o Brasil, racista devido a sua “índole cristã”, produziria uma escravidão mais humana, suave e doce das existentes em outros lugares no mundo. A Abolição de 1888 significou, para os negros libertos, nada mais que o abandono à própria sorte. Os negros saídos das senzalas não foram incorporados a um proletariado nascente, por automatismo, mas foram compor a sua franja marginal, os grandes bolsões de miséria.

Assim, o autor em seu texto “Significado do Protesto Negro”, aponta que o negro é explorado tanto por ser pobre como por ser negro, ou seja, sofre dupla discriminação, uma discriminação de Classe por ser pobre e uma discriminação de raça por ser negro. Assim o autor aponta para a força revolucionária dos negros e mulatos.

O negro é marginalizado por que é pobre ou porque é negro? - Pelas duas coisas. São duas barreiras simultâneas. Uma, racial e outra, econômica. Quando ele consegue vencer uma delas, a social, ele tem a racial. A barreira racial existe concomitantemente e em vários graus. Há grupos que discriminam, outros que não, variando também a intensidade, dependendo do grupo social, da formação cultural, de uma série de fatores. (FERNANDES, 1989, p. 92)

Segundo Florestan Fernandes (1989), faz-se necessário que os negros busquem uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Os pobres brancos, os mestiços e os negros não são cidadãos, há as barreiras sociais e, ao lado delas as raciais. O

preconceito de cor é também um fenômeno de classe. Devido a isso, é fundamental pensar de forma conjunta a luta de classe e a luta contra o racismo, visando à transformação da sociedade brasileira, uma sociedade capitalista, racista e reacionária.

Seria mais difícil uma sociedade sem cor do que uma sociedade sem classes? - Você não pode eliminar a raça como você não pode eliminar a classe. Elas estão aí. E para que as duas possam interagir, a raça tem de ser absorvida pelo conflito de classe. Porque, se o negro e o mulato quiserem defender a sua posição em termos estritamente raciais, eles se segregam e não terão a mesma importância que eles teriam. Pois, veja bem, o negro e o mulato são fermentos revolucionários tremendos na sociedade brasileira, na medida em que eles não se segreguem, e levem o protesto racial para dentro da luta de classes. Mas se eles tiram esse conflito da luta geral, eles dão uma contribuição fantástica para as classes dominantes. Em termos de transformação da sociedade brasileira, o ideal é que esse impulso igualitário e democrático do negro atravessasse as classes, e leve a movimentos sociais e políticos onde o negro passa a ser agente de radicalização [...]. (FERNANDES, 1989, p. 96)

Florestan Fernandes (1989, p.13) questiona a ideia dominante e convencional encontrada e defendida na academia universitária, de que a sociedade brasileira seria um produto da atividade convergente de três raças, suplementadas pelos mestiços. O autor aponta que a sociedade brasileira desde os tempos da colônia foi e continua sendo uma sociedade montada para os brancos privilegiados. O negro foi exposto ao mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante, ou seja, o branco. O negro permaneceu sempre condenado ao mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano ou como igual.

Reafirma-se, portanto, o racismo como decorrência das contradições encontradas nas estruturas social, econômica, política e cultural que formaram o Estado brasileiro e a sociedade brasileira, com suas instituições, sejam as primárias como a familiar, a igreja, a escola; sejam as mais complexas como as jurídicas, as legislativas e as administrativas que irão constituir o Estado brasileiro.

Abdias Nascimento (1978) no seu clássico "Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado" busca também desmistificar o "Mito" de que havia no Brasil uma "Democracia Racial Brasileira". O autor escreve como homem negro, intelectual e militante, apontando que a conhecida

“Democracia Racial Brasileira” não passava de uma falácia criada pelas elites brancas que governam e controlam todas esferas e níveis, determinações como a econômica, a política, a social, a educacional e a informativa.

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da ‘democracia racial’. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de ‘democracia racial’? (NASCIMENTO, 1978, p. 46)

Outro ponto trazido por Abdias do Nascimento (1978) para desmitificar a ideia da existência de uma “Democracia Racial Brasileira” se encontra sobre a condição das mulheres negras. As mulheres negras e as mulatas, ambas ao longo da história do Brasil foram exploradas, violadas e subjugadas. No entanto, o mito da “Democracia Racial Brasileira” busca escamotear esta realidade, mostrando e falando da sexualidade da mulata.

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco ... Branca para casar, Negra para trabalhar, Mulata para fornicar. O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente é segundo o ditado popular. Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório! Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social. (NASCIMENTO, 1978, p. 61-62).

Clóvis Moura (1988, p. 70-75) joga também mente reflexiva e questionadora sobre a criação da Lei da terra de 1850. A Lei da Terra fez com que as terras nacionais pertencentes ao Império se tornassem domínio público,

patrimônio público, patrimônio da nação brasileira, do Estado brasileiro. A partir desta lei, a única maneira de se adquirir terra seria comprando-a do governo do Estado brasileiro, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. Se outrora a relação pessoal existente era entre o rei e o pretendente, agora com a Lei da terra de 1850; esta relação pessoal se transforma numa relação impessoal entre o Estado brasileiro e o pretendente. Quando se aproximava o fim da escravidão, época em que se podia pensar em pagar e reparar as dívidas históricas com a população negra, escravizada e responsável pela produção e lucro do sistema escravista, doando-lhe terras para ter meios de plantar e sobreviver; o que faz nossas elites e o Estado brasileiro? Mantêm as estruturas de desigualdades e de privilégios do antigo sistema escravista. Quando a terra era uma doação real, este impunha certas condições, regulava o uso, a ocupação e limitava o tamanho do lote e o número de doação recebida por pessoa. Com a Lei da Terra de 1850, as terras tornaram-se mercadorias, que deveriam ser adquiridas por indivíduos com capital, posses e dinheiro.

Como ficariam os escravos e a população negra e pobre? Ficaram abandonados à própria sorte, pois não houve mais nenhuma possibilidade de um decreto abolicionista radical que incluísse no seu texto as doações, por parte do governo imperial das terras capazes de fixá-los nas terras pertencentes à Nação. O que imperou foi a lei do Ventre Livre (Lei 2 040, de 1871)⁷ e do Sexagenários, (Lei 3 270, de 1885)⁸, ambas que previam indenizações dos escravocratas no caso de liberação dos escravos que eles tinham por posse.

Segundo Clóvis Moura (1998, p.69-70), a Lei da Terra possuía um conteúdo político. Ela tinha um cunho liberal à aquisição de terras no Brasil, mas visava à impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação, pelo

⁷ A Lei determinava que os filhos de escravas com até 8 anos incompletos seriam propriedades dos donos de suas mães. Quando chegava a idade de 8 anos os senhores podiam optar entre libertar a criança e receber uma indenização de 600 mil-réis (equivalente a 7 mil reais atuais) do Estado brasileiro, ou de utilizar os serviços até a idade de 21 anos completos. A lei também determinava que todos os escravos deveriam ser cadastrados com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação.

⁸ Esta lei estipulou o valor de cada escravo, conforme a sua idade, havia variações entre escravos de 900 mil-réis a 200 mil-réis, as escravas valiam menos 25% menor. No caso de escravos com idade entre 60 anos completos e 65 anos incompleto, a indenização aos senhores pela sua alforria se daria pela prestação de serviço por um período de 3 anos. A partir de 65 anos então os escravos estavam livres de qualquer obrigação para com o senhor mediante a sua alforria - a indenização pela alforria dos escravos cessou a Abolição da escravidão em 1888.

Estado brasileiro, de parcelas da população negra e escrava do Brasil, além de estimular a vinda dos imigrantes, de preferência europeus, que viam, a partir daí a possibilidade de transformarem-se em pequenos proprietários. Ou seja, Moura aponta que na passagem do colonialismo para o imperialismo o modelo de produção escravista desaparecerá, no entanto, suas estruturas formadoras das relações de produções permaneceram. Concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas seus mecanismos reguladores de economia subdesenvolvida e de desigualdade permaneceram. Foram aproveitados e renovados pelo modelo de Capitalismo dependente externo, agora do imperialismo dominante inglês.

Na segunda metade do Século XIX, o país iria viver momentos importantes como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), os processos do fim da escravidão, a campanha pela Abolição se fortalecendo (1870-1888), a Abolição (1888), a formação da Primeira República (1889) e uma nova ideologia racial surgia, vendo desta vez a necessidade de se ter uma “Política de Branqueamento” no Brasil para conservar a raça “Superior Branca” e buscar a eliminação gradual das “Raças inferiores”, principalmente as negras.

Em 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850), promulgada no Segundo Reinado, proibindo a entrada de africanos escravos no Brasil, a escravidão começou a declinar cada vez mais com os imigrantes europeus assalariados que viriam substituir os escravos no mercado de trabalho. Foi só a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) que o movimento abolicionista ganhou impulso. Afinal, milhares de ex-escravos que retornaram da guerra vitoriosos, muitos deles condecorados, não voltariam às condições anteriores de escravos, mesmo com as pressões dos seus antigos donos. O problema social tornava-se uma questão política na ordem do dia, pressionando a elite dirigente do Segundo Reinado.

Foi um fato que contribuiu significativamente para a decomposição final do escravismo no Brasil. Clóvis Moura (1998, p.93) aponta que ela contribuiu para o fim do Escravismo Tardio e a sua substituição pelo trabalho livre. A Guerra afetou enormemente todos os níveis de atividades da vida nacional como trabalho, indústria, comércio e política tendo consequências as relações escravistas, já deterioradas desde 1850 com a Lei Eusébio de Queiros (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850). O setor bancário também sofreu com a crise

fazendo com bancos fossem fechados e com várias falências, levando o desespero dos acionistas, comerciantes, industriais, traficantes de escravos etc.

Surge uma enorme contradição com os escravos, afinal, eles iriam a guerra contra um país, o Paraguai, que não era escravista a favor de um país que era escravista e que os escravizavam como o Brasil? No entanto, Clóvis Moura aponta que os escravos não tinham alternativas a não ser lutar, mesmo contra a sua vontade. Além do mais, os filhos dos senhores de escravos ficaram em casa, enquanto os senhores, "patriotas", ficavam em seus domínios assistindo de forma confortável o desenrolar do conflito. Os escravos passaram a ser recrutados compulsoriamente, alguns fugiam dos seus senhores para se tornarem voluntários, buscando a liberdade prometida caso voltassem da guerra. Como resultado desta situação de guerra foi o enorme número de óbitos entre os escravos e negros durante os anos que durou a guerra.

[...] comprou milhares de negros escravos para lutarem no Paraguai [...] não se sabe precisamente quantos negros o governo comprou das suas próprias senzalas, mas se sabe com segurança o número de negros que voltaram livres da Guerra do Paraguai. Voltaram 20 mil negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre 60 a 100 mil – este último número consegue-se burilando as estimativas mais sérias, que aliás merecem melhor crédito que as estatísticas oficiais, omissas ou intencionalmente mentirosas (e não raro desaparecidos muitos documentos da época. (CHIAVENATTO *Apud* MOURA, 1998, p. 93).

Nesta situação, com o resultado da guerra do Paraguai e a participação dos negros nela de forma importante e contundente, cada vez mais não se sustentava a defesa do sistema escravocrata no Brasil, junte-se a isso as ideias e as campanhas abolicionistas que começavam a surgir. O governo do império então apela e vai contra as ideias abolicionistas, conclamando o "sentimento patriótico" "de todos naquele momento. Que as conjecturas do momento deveriam fazer com todos estivessem preocupados com a "Pátria Nacional", a "Pátria" acima de tudo, "os" "brios patrióticos", no fundo, o que as elites e o Império buscavam era a permanência da situação do sistema escravocrata, uma situação já não tinha mais como se sustentar.

Clovis Moura (1988, p. 69-70) mostra, que a dinâmica da sociedade escravista que atuava durante toda a sua existência, sendo um mecanismo equilibrador e impulsionador do trabalho do escravo negro será atingida neste

momento, acaba-se desarticulando e a sociedade brasileira será reestruturada, tendo o trabalho livre como forma fundamental de atividade. No entanto, a população negra acaba sendo novamente marginalizada no novo sistema de produção, o sistema de capitalismo dependente.

Moura (1988, p.69) mostra, que a força de trabalho escrava, relativamente diversificada, integrada e estruturada no sistema de produção escravista, acabou se desarticulando devido a decomposição do modo de produção escravista, pois acabou se marginalizando e se deteriorando de forma parcial ou total. No novo modo de produção que surgia, o sistema capitalista dependente a população negra então formada por ourives, alfaiates, pedreiros, marceneiros, tanoeiros, metalúrgicos etc., ao buscarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, acabam sofrendo um processo de discriminação constante e estrategicamente bem manipulado, sendo considerada como mão-de-obra não-aproveitável e marginalizadas. Ao mesmo tempo surge o mito da incapacidade do negro para o trabalho, junto também com a proclama ideologia da existência de uma democracia racial, somadas apontam para a impossibilidade de se aproveitar esse enorme contingente de ex-escravos. Devido a isso, o racismo é dinamizado no contexto capitalista, a população negra passa a ser estereotipada como indolentes, cachaceira, marginal, não-persistentes no trabalho. O seu oposto é o trabalhador branco europeu, tido como o modelo do perseverante, honesto, de hábitos superiores, trabalhador com tendências à poupança e à estabilidade no emprego.

Desta maneira, ao ter como referência o modelo branco europeu como sendo o do trabalhador ideal, surge uma política migratória sistemática e subvencionada, que alegando a necessidade de se dinamizar a economia nascente nacional, através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural, que era o único capaz de suprir, com a sua mão-de-obra, as necessidades da sociedade brasileira em expansão.

Moura (1988, p.69-70) aponta, com isso irar surgir uma ideologia de branqueamento nas elites de poder, que irá refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado e de suas matrizes étnicas, para mascarar estes valores criados para discriminar a população negra. Com isso tanto os negros como os mulatos não conseguiram se articularem e produziram um nível de uma consciência de identidade étnica capaz de criar uma contra-ideologia

neutralizadora das adotadas e manipuladas pelas a das elites nacionais e do poder. O autor chama a atenção que a “herança da escravidão” que muitos sociólogos atribuíam à população negra, ao contrário, era pertencente as classes dominantes que criam valores discriminatórios e mecanismo que acabavam barrando nos níveis econômico, social, cultural e existencial o surgimento de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil.

Uma outra questão importante trazida por Moura (1988, p,70-71) , que se em determinada fase da história econômica do Brasil houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho; os mecanismos repressivos, racista e reguladores dessas relações acabaram estabelecido certas ideias preconceituosas como as de que em certas áreas haveria o predomínio dos brancos e outras dos negros. Os Brancos era naturalmente predominantes e qualificados para exercerem os trabalhos qualificado, intelectual, nobre; enquanto os negros os trabalhos não qualificados, braçal, sujos e de baixa remuneração, que eram os praticado pelos escravos na sociedade escravocrata anterior.

Desta maneira, o que se tem é mais do mesmo, ou seja, o que se tem na sociedade brasileira, ao longo de sua história até os dias de hoje, é uma divisão do trabalho, que reflete uma estrutura social rigidamente estratificada, surgida no modo de produção escravista e persistente até nossos dias de forma significativa.

A ideologia do Branqueamento, promotora da “Política do Branqueamento” surgiu no Brasil na segunda metade do Século XIX e se manteve até hoje com várias consequências. Esta ideologia defendia a tese que o Brasil precisava tornar-se mais branco. Importante é perceber que ela inicia quando a escravidão agoniza e está no seu final no Brasil, último país a ter escravidão.

Segundo Petrônio Domingues (2002, p.566), a ideologia de branqueamento da população brasileira, foi uma das modalidades do racismo no Brasil. No período pós-abolição, este fenômeno era tratado como um processo inevitável. Pelas estimativas mais “confiáveis”, o tempo necessário para a extinção do negro das terras brasileiras seria entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas até nos documentos oficiais do governo. Domingues

cita, como exemplo o censo de 1920, apresentado no texto de Oliveira Vianna (1922)⁹. Para Domingues, este texto seria uma prova suficiente que o governo era um avalista do projeto de branqueamento. Não esquecendo que o objetivo era menos o branqueamento genotípico e mais branqueamento fenotípico da população brasileira.

Em São Paulo, na época da Belle Époque, o ideal de branqueamento da população constituiu-se numa das vertentes ideológicas assumidas pelo pensamento racista.

Domingues (2002, p.566-567) mostra, entre os anos de 1890 e 1929, entraram em São Paulo 1.817.261 imigrantes brancos apostava-se na europeização demográfica da cidade, para se ter uma ideia em 1897 havia dois italianos para cada brasileiro. Esta situação reforçava as teses e obras de branqueamento.

Numa dessas obras analisada por Domingues (2002, p. 568) se encontra o livro clássico “ Retrato do Brasil “, de 1928, de Paulo Prado, bacharel em Direito, fazendeiro e empresário; um filho herdeiro da tradição aristocrata da elite paulistana. Este autor defendia em seu livro uma perspectiva de arianização do país. O que chama a atenção, aponta Domingues, naquela conjuntura as elites defendiam quase como uma fé religiosa a defesa do branqueamento da população, a ponto do mestiço ser mais valorizado que o negro, principalmente o retinto; vendo os mestiços como quase semibranco ou sub-branco, sendo tratados de forma diferenciada dos negros. Não passava pelas ideias destas elites racistas, que a mestiçagem poderia não ser uma via de mão única a favor do branqueamento. Jamais, aponta Domingues, cogitavam a hipótese contrária; de que a mestiçagem, poderia gerar o “enegrecimento da população.

Num artigo na Revista do Brasil, intitulada “Branços de toda Cor”, de 1923, João Ribeiro, na qualidade de um “arguto observador”, ironiza Domingues (2002, p.567); profetizava de forma muito otimista e entusiástica que dentro de 50 anos o processo de branqueamento das populações de São Paulo e do Brasil, alcançaria números relevantes, formando quiçá populações mais brancas que a da Península Ibérica.

⁹ Evolução do Povo Brasileiro. (4ªed.). Rio de Janeiro, José Olympio Editora. VIANNA, Oliveira (1956).

Já Alfredo Ellis Júnior, formado em direito político, professor de sociologia e história da futura Universidade de São Paulo (USP), no livro: “Populações Paulistas, escrito em 1930, prognosticava que a comunidade negra, do planalto paulista, caminhava a passos largos para a extinção, num prazo de 40 ao no máximo 50 anos. O seu outro livro: “Pedras Lascadas”, de 1928, Elias Júnior explica quais as causas do desaparecimento do negro. Havia, sem dúvida, o alcoolismo, característico na população negra e a Sífilis, pelo descaso desta população em seu cotidiano, no entanto, para este autor as duas questões principais estavam ligadas ao Clima e à Altitude da cidade de São Paulo, pois ambos, faziam com que a população negra fosse mais propícia as doenças como tuberculose.

Domingues (2002, p. 572-573) rebate, estas afirmações preconceituosas e aponta que as questões eram bem outras; como os problemas sociais das desigualdade sociais enormes, das condições desumanas de moradia das populações negra e pobre, das doenças, do desamparo que sofriam estas populações por parte do Estado brasileiro, do desemprego, do alcoolismo, do abandono de menores, velhos, moradores de rua, da subnutrição, da criminalidade que estavam expostas, da mortalidade infantil. Domingues afirma, que, na época, havia estimativas que três quinto da população negra vivia na mais profunda penúria, com promiscuidade e desamparo total do Estado brasileiro.

No terreno biológico, a ideologia do Branqueamento também se fez bem presente, Domingues (2002, p.) mostra que muitas famílias negras seguiam a premissa de o negro iria melhorar biologicamente sua raça se cassassem com uma pessoa branca ou quando muito mais clara. Segundo o autor, este instrumento ideológico acabava incidindo nas relações intrafamiliares. Devido a isso, estas famílias incentivam que os filhos se casassem com pessoas não negras, o ideal seria de cor branca, na esperança que seus netos e bisnetos ficassem cada vez mais longe da filiação de matriz africana. Se a criança nascesse mais clara que os pais chegavam a considera uma vitória; porém, caso a criança fosse mais escura, sentiam-se derrotados.

Abdias Nascimento (1978, p.69-70 também irá refletir sobre as teorias científicas racistas, que serviam de suporte vital ao racismo da “Política do

Branqueamento”. Para ele, o que visava com esta política de branqueamento era à eliminação da população negra com o passar dos tempos.

Aponta que o processo de imigração, no final do Século XIX no Brasil, já estava ligado às diretrizes racistas e à ideologia do “Branqueamento” da população brasileira, além de que a nascente República brasileira buscava apagar os documentos sobre o período escravocrata do antigo Império.

A predominância no país de ideologias de orientação racista, pode ser percebida em três situações, aponta Abdias do Nascimento(1978 , p. 61.): Na violência sexual praticada pelos senhores de escravos em mulheres negras e indígenas, visando o objetivo de clarear a população; nos casamentos fora do religioso e na chegada dos imigrantes no país no processo de imigração. A vinda de imigrantes de todos os países do mundo para o Brasil, que oferecia vantagens como trabalho e moradia, na verdade aponta Abdias Nascimento, tinha como objetivo o clareamento da população.

Muito dos defensores da política do branqueamento, consideravam a população brasileira como feia e geneticamente inferior. O “ problema” estaria, segundo esta ideologia; mostra Abdias Nascimento (1978, p.70), na presença do sangue negro-africano na população. Desta forma, se fazia necessário seguir os preceitos de Arthur de Gobineau (1816- 1882), diplomata e escritor francês, que apontava que o Brasil deveria se fortalecer com a predominância das raças superiores, como as raças de alto valor, ou seja, as raças europeias. Gobineau chegou até à profetizar o fim da raça negra em dois séculos, tendo as orientações do processo de branqueamento.

Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue. (NABUCO *Apud* NASCIMENTO, 1978, p. 71)

Voltando a Clóvis Moura (1994), ele aponta que o racismo, ao longo da história, foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Apontando para isso naquele momento de transição, mostrando que havia uma renovação no instrumento de dominação. Para combatê-lo, é preciso vislumbrá-lo em sua totalidade com todas estas determinações e

dimensões, com “sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente. O racismo foi não só responsável pela montagem do antigo sistema colonial, como também pela a grande expansão das metrópoles colonizadoras, justificando as invasões e os domínios dos territórios e dos povos considerados “bárbaros”, “inferiores”, “selvagens” que seriam “beneficiadas” com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações civilizadas como as europeias. O racismo faz parte do Capitalismo, dá-lhe suporte, justifico. Somente desta forma, é possível a compreensão que ideologias racistas e supostamente científicas pudessem ter sido aceitas e acolhidas em vários locais das colônias europeias.

O movimento abolicionista cresceu de maneira notável e a partir da década de 1870, uma série de associações abolicionistas surgiram em diferentes partes do país. As ações desses grupos eram diversas, e o crescimento do debate abolicionista alcançou a política, apesar da grande resistência das elites existente contra a abolição. Havia as associações abolicionistas que debatiam os meios e as estratégias para promover a causa abolicionista, atuando publicamente para atrair pessoas em apoio a esta causa. Entre as personalidades de destaque que atuaram pelo fim da escravidão no Brasil estão: André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Castro Alves, entre outras.

Clóvis Moura (1959) assegura que o movimento abolicionista trazia no seu bojo, de modo geral, duas frentes de militantes¹⁰: de um lado a Frente mais

¹⁰ Joaquim Nabuco tentou o apoio de abolicionistas europeus em prol da causa brasileira, defensor da realização da abolição irrestrita e acompanhada de reforma agrária para distribuir terras para os libertos. Já José do Patrocínio era negro e jornalista, foi um dos fundadores da Confederação Abolicionista e o redator do manifesto dessa associação. Silva Jardim foi um advogado, jornalista e ativista político brasileiro, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, teve grande atuação nos movimentos abolicionista e republicano, particularmente no Rio de Janeiro. André Rebouças foi um dos representantes da pequena classe média negra em ascensão no Segundo Reinado, um dos militantes mais importantes em prol do abolicionismo no Brasil. Criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, ao lado de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outros. Luís Gama para muitos o mais destacado entre os militantes radicais, foi vendido como escravo pelo próprio pai. Após conquistar sua liberdade, tornou-se jornalista e rábula (advogado sem formação). É considerado atualmente Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil. Já Antônio Bento foi o principal líder abolicionista de São Paulo na década de 1880. Foi delegado de polícia e juiz municipal, era famoso por seus despachos favoráveis aos escravos, alegando que era ilegal manter em condições sub-humanas os africanos trazidos ao Brasil após a promulgação das leis de 1831 e 1850 que proibiam o seu tráfico de escravos. Raul Pompeia cursou Direito na Faculdade do Largo São Francisco, no começo é bem querido pelos professores, mas logo depois passa a ser malvisto por alguns catedráticos, devido ao seu

moderada, que defendia o fim da escravidão por meio de leis imperiais - destaque para Joaquim Nabuco, José do Patrocínio ; a outra Frente ondem estavam os mais radicais, com destaque para Silva Jardim, André Rebouças, Luís Gama, António Bento, Raul Pompéia que defendiam a ideia de que o fim da escravidão deveria ser conquistado pelos próprios escravos, através da insurreição e lutas de libertação.

Com a ampliação da causa abolicionista surgiram várias associações que organizavam conferências, comícios na rua, distribuíam panfletos, publicavam artigos em jornais. A Frente mais radical ajudava na resistência organizando rotas de fugas para escravos, abrigando-os, incentivando-os a fugirem. Na esfera jurídica foi comum a atuação de advogados na defesa de escravos que buscavam melhores condições de trabalho. No jornalismo, a escravidão era combatida com a distribuição de folhetos, publicações de artigos em defesa da abolição. Destaque para os jornais: A Abolição, Oitenta e Nove, A Liberdade, O Amigo do Escravo, A Gazeta da Tarde etc.

Na década de 1880, a atuação do movimento abolicionista dava-se por duas vias: a legal e a ilegal. Na parte legal, havia as ações de defesa de escravos nos tribunais, publicação de artigos, realização de conferências, distribuição de panfletos etc. Nas ações ilegais, do ponto de vista da lei da época, havia ações de desobediência civil com os absolutistas da ala mais radical incentivando a fuga de escravos, dando abrigo aos escravos fugidos. O transporte de escravos fugidos para o Ceará — estado que aboliu a escravidão em 1884, “sequestrando” escravos que estavam em transporte ou que seriam embarcados para algum lugar do Brasil. Na ação os envolvidos “sequestravam” escravos para, em seguida, libertá-los. Existiram também grupos abolicionistas que defenderam o levante armado para forçar o fim da escravidão.

A associação abolicionista de maior destaque da história brasileira foi a Confederação Abolicionista, criada por José do Patrocínio e André Rebouças, em 1883. Defendia uma abolição irrestrita e imediata, sem indenização para os senhores de escravos, contrariando as Leis do Ventre Livre (Lei 2040, 1872) e a Lei do Sexagenário (Lei 3.270, 1885). A Confederação Abolicionista atuou na coordenação da campanha abolicionista em nível nacional. No movimento

envolvimento com Luís Gama, com a causa abolicionista, principalmente, e com a causa republicana.

abolicionista não só tinha as ações de pessoas livres, mas também a atuação fundamental dos escravos que resistiam à escravidão de diversas maneiras. Eram valorizados a fugir e suas fugas aconteciam porque percebiam o crescimento do movimento abolicionista e sentiam-se incentivados para tanto. Havia fugas coletivas e constantes, buscando pressionar os donos de escravos, resultando na morte desses e de suas famílias. Com isso visava-se fim da escravidão. Os escravos fugiam mudando-se para as cidades, misturando-se na multidão de negros libertos e outros escravizados que lá viviam. Outros locais foram os quilombos.

Na segunda metade do século XIX, a campanha Abolicionista ganhava força e era a pauta dominante no debate político da época. No entanto, as mudanças eram muito lentas, pois esbarravam nos interesses nas elites econômicas e políticas. Estas queriam que a utilização dos escravos se estendesse ao máximo que fosse possível. No entanto, à medida que o abolicionismo ganhava força, o império perdia o controle da situação. O Brasil era o único país da América ainda a ter escravo. As fugas de escravos tornaram-se muito volumosas, ameaçando a ordem interna do país, suas instituições. A polícia e o Exército se recusando a procurar e caçar escravos fugidos e a pressão popular era cada vez mais intensa. Restava ao Império decretar a abolição da escravatura oficialmente no dia 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pois havia o grande temor do Império e das elites que o debate pela abolição resultasse em guerra civil, como havia ocorrido nos Estados Unidos. Para evitar isso, a solução era promover a abolição.

Segundo Clóvis Moura (1959, p.51), o fim do tráfico de escravos e a etapa na marcha da Abolição tornou-se uma simples questão de tempo e oportunidade. O movimento Abolicionista passava como principal movimento social de resistência e luta para o fim da escravidão no Brasil. Uma nova etapa na luta com várias frentes, tendo de enfrentar árduas batalhas. Sem o tráfico negreiro, a escravidão não podia sobreviver por muito tempo, porque não havia mais reposição de escravos que vinham substituir os que morriam.

Entraves externos e internos levariam o trabalho escravo ao impasse cuja solução foi a Abolição. As causas principais externas e internas do fim da escravidão e do trabalho escravo no Brasil, segundo Clóvis Moura (1959) seriam:

Causas externas:

- a) Pressão política e militar da Inglaterra;
- b) Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente nas Antilhas;
- c) Aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e sua aceitação no mercado europeu, o Café;
- d) Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus excedentes populacionais;
- e) Interesse das nações capitalistas, especialmente a Inglaterra, de criarem um mercado consumidor na África, já motivado anteriormente, com a extinção do tráfico de escravos no Brasil;
- f) Necessidade, por parte dos manufatureiros ingleses, de ampliar o mercado consumidor brasileiro.

Causas Internas:

- a) Abolição do tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queirós;
- b) Queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e consequente decadência do trabalho escravo;
- c) Aparecimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão-de-obra livre;
- d) Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre;
- e) Surto do café, cuja unidade produtora — a fazenda — não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvia com uma dinâmica interna capaz de absorver a mão-de-obra livre, inclusive a importada;
- f) Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas;
- g) Campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e da classe média;
- h) Lutas dos próprios escravos.

Mas alerta que estas causas fazem parte de um conjunto dinâmico que se interpenetravam:

As causas [...] não foram enumeradas de acordo com o seu grau de importância, pois elas tiveram maior ou menor influência de acordo com os elementos circunstanciais de tempo e espaço. Temos de vê-las, portanto, como um conjunto dinâmico que se interpenetrava, muitas vezes gerando conflitos agudos, outras

vezes impulsionando movimento "legais" dentro dos quadros institucionais vigentes. (MOURA, 1959, p. 51)

Os preconceitos, a marginalização e a violência que as pessoas negras sempre sofreram num país racista como o Brasil levou ao surgimento do movimento negro brasileiro organizado aponta Petrônio Domingues (2005). O autor cita George Reid Andrews¹¹, em seu artigo "O protesto político negro em São Paulo (1888-1988), em que diz que a população negra, após a Abolição (1888) e o surgimento da República Brasileira (1889) foi marginalizada seja os aspectos políticos, sem direito ao voto; seja os aspectos social e psicológico devido às doutrinas do racismo científico do branqueamento; e por fim, seja nos aspectos econômicos, devido haver uma preferências, na época, pela contratação de trabalhadores imigrantes europeus.

Desta forma, a discriminação contra as pessoas negras vai além da esfera e questão econômica, tema caro aos pensadores, intelectuais e teóricos marxistas, comunistas e socialistas; como atinge as pessoas negras nas dimensões acima citadas como a política e a social com a impossibilidade dessa população de votar e ter acesso a direitos sociais básicos e fundamentais como a de ter o direito à saúde, à educação, à moradia e à segurança. Só essa percepção abrangente, com suas várias determinações discriminatórias contra as pessoas negras já serve de reforço e fundamentação de uma ideia central desta pesquisa.

Domingues (2005, 101-102) também defende que se deve pensar a questão da "raça", da questão racial, da identidade racial para o movimento negro brasileiro, pois é através dela que esse movimento consegue sua mobilização e mediações de suas lutas políticas. A "raça", segundo Petrônio Domingues (2005), é um fator determinante para a organização dos movimentos das pessoas negras; portanto, o movimento negro brasileiro (MNB) é um movimento social fundamental para termos uma sociedade mais democrática, inclusa e justa!

¹¹ George Reid Andrews, "O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)", *Estudos AfroAsiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 32.

O MNB organizado brasileiro é constituído por entidades, ações de pessoas negras sejam de autodefesa, religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas e políticas, assim como ações de mobilizações políticas, protestos antidiscriminatório, aquilombamento, rebeldia armada, movimentos artísticos.

Ao estudar este movimento Petrônio Domingues (2005, p.117-118) organiza sua história em três grandes fases. A primeira fase (1889-1937) - da Primeira República ao Estado Novo. Neste momento que a libertação da escravidão ocorreria e a República brasileira surgia, as pessoas negras libertas e seus descendentes eram marginalizados, tendo que lutar pelo surgimento de mobilização e criação de grupos de resistência. Foram criados clubes, associações grêmios nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesta primeira fase, o que se tinha era um movimento assistencialista, recreativo e cultural, com um número bastante expressivo de participantes, valorização dos “homens de cor”, tema usado na época, também havia o surgimento de uma imprensa negra que falava da população negra e de situações de discriminações no trabalho, na habitação, na educação e na saúde. Segundo o autor, esta imprensa negra serviu como uma espécie de tribuna das pessoas negras. No entanto, o MNB organizado, neste momento, não tinha um caráter explicitamente político.

O destaque e exceção seria a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada 1931, em São Paulo! A FNB teve importante papel no movimento negro, afinal, reuniu mais de 20.000 associados, tornando-se um movimento de massa. Teve uma efetiva participação das mulheres negras, com destaque “A Cruzada Feminina” e “Rosas Negras” com trabalhos assistencialistas e organização de bailes e festivais artísticos. Tiveram um jornal, o “A Voz da Raça”, conseguindo também um alto nível de organização com escola, grupo de arte como música e teatro, departamento jurídico, atendimento médico e odontológico e até time de futebol.

Se em 1930 com a FNB, o MNB organizado teve um saldo altamente qualificativo com várias conquistas; em 1936, iria se transformar num partido político, buscando as eleições, tendo como público-alvo à população negra, na época as “pessoas de cor”. No âmbito internacional, a Alemanha Nazista e a Itália Fascista influenciavam o Brasil e o mundo e a FNB não escapou a isso. Com a grande liderança de Antônio Veiga dos Santos chegou a fazer elogios

aos líderes destes dois países- Adolfo Hitler e Benedito Mussolini. Foi criado um subtítulo para o jornal 'A Voz da Raça': "Deus, Pátria, Raça e Família", um lema a mais "Raça" ao lema Integralista¹². A entidade teve acesso ao presidente Getúlio Vargas que atendeu algumas de suas reivindicações como o término da proibição de homens negro na guarda civil de São Paulo. A FNB chegou a ter seus "boinas verdes" inspirado no fascismo italiano. Domingues aponta para este poder de barganha da FNB.

Com o surgimento da Ditadura Varguista, do Estado Novo (1937-1945), houve um recrudescimento do movimento negro brasileiro organizado, assim como os demais movimentos sociais da época e a FNB, se dissolveu junto com outras organizações, sendo extinta.

No Estado Novo, o que tivemos no Brasil foi uma forte e violenta repressão política, impedindo qualquer movimento de contestação. Domingues (2005, p. 107-108) destaca que somente depois de alguns anos, ressurgem, aos poucos, ressurgem organizações ligadas ao MNB organizado como a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943 por João Cabral Alves. Possui uma estrutura organizada e um poder de expansão muito grande, atingindo vários Estados brasileiros, destaque para o Paraná, com mais de 23 cidades com filial da UHC. As principais ações da UHC foram: os debates locais, publicações próprias, serviços jurídicos e médicos, cursos de alfabetização, voluntariado e campanhas eleitorais.

Na década de 1950, o presidente Getúlio Vargas recebeu membros da UHC com reivindicações dos representantes dos "homens de cor", destaque para José Bernardo da Silva, reeleito deputado federal por dois mandatos consecutivos. Outra importante referência para o movimento negro organizado brasileiro foi o Teatro Experimental do Negro, (TEN) no Rio de Janeiro, em 1944, que teve à frente o grande pensador e ativista do movimento negro organizado brasileiro Abdias do Nascimento.

O TEN, no seu primeiro momento visava a formação e a participação de atores e atrizes negros(as). Abdias Nascimento, um pensador contundente

¹² Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político fascista nacionalista brasileiro criado em 7 de outubro de 1932. Foi fundado por Plínio Salgado um escritor modernista, jornalista e político, uma figura literária com participação discreta na Semana de Arte Moderna de 1922.

incentivou e criou várias atividades que valorizavam a inclusão das pessoas negra na sociedade brasileira, além do TEN .

[...] publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p.109)

Ou seja, foram inúmeras atividades que visavam ao fortalecimento e à valorização da comunidade negra. O Teatro Experimental do Negro foi um marco decisivo para a luta do movimento negro organizado brasileiro.

No entanto, novamente a vinda de uma nova ditadura, a Ditadura Civil Militar de 1964, provocou a dissolução e o desaparecimento dos movimentos sociais e também do TEN (1968). Seu líder Abdias Nascimento teve que partir para o exílio.

A Terceira Fase do Movimento Negro Organizado Brasileiro, de 1978 a 2000 começa com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Fatores externos e internos influenciaram o seu surgimento e desenvolvimento: no plano externo, as lutas nos Estados Unidos pela igualdade racial com seus grandes líderes (Martin Luther King, Malcon X e organizações como os Panteras Negras), influência marxista; da África, a luta por libertações contra o colonialismo europeu, com destaque para Guiné Bissau, Moçambique e Angola, países de língua portuguesa. No plano interno, houve uma organização marxista que foi a escola política e ideológica de várias lideranças.

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro

Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira. (DOMINGUES, 2007, p.112-113).

Desta forma, se aglutinava a questão da luta de classe e a luta de combate ao racismo. Esta situação ocorreu em 1946 quando da criação da lei antidiscriminatória, formulada originalmente na Convenção Nacional do Negro (CNN), no entanto, o Partido Comunista Brasileiro o PCB foi contra, afirmando, que as reivindicações surgidas na CNN eram restritas ao universo das lutas dos negros e acabariam além de diminuir o conceito de democracia, dividindo a luta principal, que era a dos trabalhadores, a Luta de Classe.

Em 1946, o senador Hamilton Nogueira (UDN) apresentou à Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória, formulado originalmente na Convenção Nacional do Negro, um ano antes, em 1945. Colocado em votação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se opôs ao projeto, alegando que a lei iria “restringir o conceito amplo de democracia”. Para o PCB, as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no país. Como resultado, o movimento negro ficou praticamente abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas. (DOMINGUES, 2007, p. 110-111).

Esta perspectiva do PCB da época foi contra a percepção e consciência de que pensar a discriminação racial no Brasil, o racismo de forma efetiva e histórica deve levar em conta não somente a questão da pobreza, da classe trabalhadora, da luta de classes; mas também as questões que envolvem o universo de luta do movimento negro brasileiro, com suas questões cruciais, pungentes e fundamentais como o racismo, a escravidão, o “Mito da democracia racial brasileira”.

Houve dois grandes intervalos ao longo da história do MNB organizado. O primeiro intervalo de 1937 a 1945, fim da primeira fase e início da segunda fase. O segundo intervalo ocorreu de 1964 a 1978, fim da segunda fase e início da terceira fase. O que ocorreu no Brasil nesses intervalos? Infelizmente ditaduras. Houve dois ataques aos direitos mais sagrados de uma sociedade democrata, com recrudescimento contra todos os movimentos sociais, de lutas e conseqüentemente contra o MNB organizado.

Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório. Mas, com a queda da ditadura “Varguista”, ressurgiu, na cena política do país, o movimento negro organizado que, por sinal, ampliou seu raio de ação. (DOMINGUES, 2007, p.107-108).

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. De acordo com Gonzalez, a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida. A reorganização política da pugna anti-racista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os negros não tenham realizado algumas ações. Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo *Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado. (DOMINGUES, 2007, p. 111-112).

CAPÍTULO 2. As Lutas e as resistências dos movimentos negros pelo acesso à cidadania, em especial ao ensino superior.

A reorganização política dos movimentos sociais, só iria surgir no final de década de 1970 com os movimentos populares, sindical e estudantil. O MNB organizado faria parte deste ressurgimento, mas antes mesmo já havia lutado e buscando algumas ações em anos anteriores. Domingues (2005, p.110) aponta, que em São Paulo, por exemplo, no ano de 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). A imprensa negra, por sua vez, de forma tímida, também dava sinais de vida com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nascia o Grupo *Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. Já no Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. No mesmo Rio de Janeiro foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) em 1976. No entanto, estas iniciativas eram fragmentadas, sem um sentido político de enfrentamento com o regime ditatorial brasileiro. Somente no ano de 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), que acontecerá a volta à cena política do país do MNB organizado. Quais foram os fatores externos e internos para esta volta à cena política?

Domingues (2005, p.112) mostra, que no plano externo, o protesto negro contemporâneo no mundo se inspirou, por um lado nas lutas pelos direitos civis dos negros no Estados Unidos, com as lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os *Panteras Negras*, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o MNB organizado no Brasil assumisse um discurso radical contra o racismo, tendo Movimento Negro Unificado assumido este discurso.

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado, foi a organização marxista, de orientação trotskista, *Convergência Socialista*. Esta organização foi responsável pela formação política e ideológica de várias lideranças negras importantes MNB organizado. A *Convergência Socialista*

possuía, vários grupos de militantes negros que entendia ser fundamental na luta antirracista a combinação desta, luta antirracista, com a luta revolucionária anticapitalista. Para estas lideranças negras, uma sociedade igualitária só seria possível se além da luta de classe houvesse a luta racial de superação do racismo.

Desta forma, a política que conjugava raça e classe atraiu estes ativistas, que foram fundamentais e decisivos na fundação do MNU como: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira.

Nos anos entre 1977 e 1979, a Convergência Socialista publicou o jornal “Versus”, que tinha uma coluna chamada “Afro-Latino América”, sendo exclusiva para o núcleo socialista negro. Pode escrever seus artigos conclamando à “guerra” revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo. As posturas táticas e ideológicas desta seção “Afro-Latino América”, foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral, pois, pela primeira vez no Brasil, a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada quer pela intelectualidade afro-brasileira, quer pela intelectualidade de esquerda.

Um marco importante, aponta Domingues (2007 p. 33), nesse processo de retomada das lutas pelo MNB organizado aconteceu em 1978, com o surgimento e nascimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Neste mesmo ano a organização aprovou um estatuto, uma carta de princípio e um programa de ação. Em 1979 se realizou, o Primeiro Congresso reunindo delegados de vários estados como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Nesse Congresso, o nome da organização foi alterado para Movimento Negro Unificado (MNU). Na Carta de Princípios conclamava-se pela “defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais”.

A questão sobre educação também surgiria. A entidade buscava intervir na esfera educacional. Em seu programa de ação, preconizava se uma educação voltada para os interesses do “povo negro e de todos os oprimidos”. Domingues(2007, p. 33) mostra, que em Salvador, na Bahia, um grupo de mulheres – que depois contribuiu na fundação da seção local do MNU – empreendeu um trabalho de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, no bairro da Fazenda Grande do Retiro.

O sociólogo e ativista negro, Manoel de Almeida Cruz, lançou de forma pioneira as bases de uma “pedagogia interétnica” e em 1979 surge o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, do qual Manoel Cruz fazia parte, organizando o I Seminário Experimental de Educação Interétnica, nas dependências do Instituto Cultural Brasil/Alemanha, em Salvador. Em Porto Alegre, foram realizados o I e o II Encontro Nacional sobre a “Realidade do Negro na Educação”, em 1984 e 1985, respectivamente.

Domingues (2007, p. 34) afirma, que na década de 90, do século passado, apareceram organizações negras com um caráter eminentemente educacional, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (1990), em São Paulo; a Cooperativa Steve Biko (1992), em Salvador; o Educafro (1993), no Rio de Janeiro.

Nessa fase, ocorreu uma outra mudança: o movimento negro assumiu de modo crescente a política de focalizar o acesso à universidade e a luta pelas Cotas. Domingues diz, que um marco desse processo foi a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 2002, da reserva de 40% das vagas para alunos negros no vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Alberti & Pereira (2003) são dois autores que trazem trechos de depoimentos importantes das principais lideranças do MNB organizado¹³ *no início do processo de redemocratização à República Nova* com ênfase nas cotas, importantes para o ingresso da população negra nas universidades pública e que constituía na época um dos assuntos mais comentados no debate sobre a questão racial no Brasil. Os autores destacam a importância do contexto político-social do país sobre as cotas universitárias e das ações do MNB organizado.

A questão das cotas para ingresso na universidade pública transformou-se, na época, uma bandeira de luta do movimento negro brasileiro organizado, capaz de aglutinar as demais reivindicações e mobilizar diferentes ações do Estado brasileiro e da sociedade civil. Essa reivindicação das cotas nas universidades se tornou uma das questões principais da agenda do movimento negro brasileiro organizado como vimos no início desse capítulo.

¹³ Inclusive de Frei David Raimundo dos Santos, um dos fundadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e Coordenador do Núcleo da Igreja da Matriz, São João de Meriti, Baixada Fluminense/Rio de Janeiro, que depois se tornaria o Educafro.

A resposta é que a questão das Cotas ganharia grande destaque em 2001, quando da preparação do relatório brasileiro para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro daquele ano.

Em alguns depoimentos, descobrimos que a questão das cotas para negros nas universidades foi inserida no documento para a Conferência em Durban na última hora e feita em apenas uma linha. O governo recebeu pressão do MNB organizado e o fato de ter a ONU como promotora da Conferência levou a grande mídia a dar um forte destaque na ocasião, trazendo a questão para o centro do debate nacional. Devido a isso, o tema das cotas acabou adquirindo um significado central no debate sobre a questão racial, e os entrevistados apontaram que a situação gerou um momento verdadeiramente revolucionário, pois provocou aquilo que as lideranças do movimento negro brasileiro organizado procuravam suscitar há décadas, ou seja, uma discussão ampla sobre a questão racial brasileira, envolvendo diferentes setores da sociedade que simplesmente ignoravam as reivindicações da população negra.

Até aquele momento, as lideranças entrevistadas falaram que a questão das cotas e das reservas de vagas nas universidades eram um tabu dentro do próprio MNB organizado. O que se discutia estava ligada às ações afirmativas mais gerais, como bolsas de estudos, investimentos na preparação de candidatos negros às universidades, incentivos fiscais às empresas contratar negros e negras e apresentação de uma distribuição proporcional de negros e negras em cargos de direção e nos setores de produção e da legitimidade do princípio da ação afirmativa, ou seja, buscavam um comportamento mais ativo do Estado brasileiro que deveria transformar a igualdade formal em igualdade efetiva.

Um outro exemplo que ilustra este momento de inflexão do movimento negro brasileiro organizado do Brasil com a questão das cotas foi o artigo do deputado federal pela Bahia Luiz Alberto, negro, do Partido dos Trabalhadores (PT), que propôs uma proporcionalidade étnico-racial no ensino universitário, e vagas na razão direta das populações descendentes dos negros, brancos, índios e demais segmentos étnico-raciais no país. Isso, no entanto e de acordo com o

autor, não deveria ser confundida com “cotas”.¹⁴ . Os autores trazem o ano de 1998 com seminários que dariam origem aos artigos publicados em 2000, no relatório final conhecido como “Trabalho interministerial para a Valorização da População Negra (GTI)”, os eventos contavam com a participação ativa de militantes do movimento negro brasileiro organizado, mas estava bem claro que as medidas de ampliação do acesso da população negra ao ensino superior não deveriam incluir um sistema de cotas:

É necessário estabelecer um programa que, combatendo os efeitos da discriminação nas escolas, ofereça, aos jovens e adultos negros com potencial acadêmico, igualdade de oportunidades para o ingresso e a permanência no ensino superior. Essa igualdade de oportunidades não deve ser concebida como um programa de cotas, o qual, ignorando as deficiências anteriores de formação escolar, apenas facilitará o ingresso de alunos mal preparados e, por isso, sem condições de competir com os alunos não-negros no decorrer do curso, resultando no fracasso escolar e, conseqüentemente, na diminuição da auto-estima dos jovens negros. (PERIA, *Apud* ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 146).

Reparem a contradição neste texto, pois se havia toda uma preocupação com a questão do combate às discriminações sofridas pelos jovens negros nas escolas e pela igualdade de oportunidades para chegarem ao ensino superior o que é válido; no entanto, ignoram-se as potencialidades destes jovens negros que estavam comprometidas, desde cedo pela má formação escolar, que é de responsabilidade do Estado brasileiro.

[...] deficiências anteriores de formação escolar, apenas facilitará o ingresso de alunos mal preparados e, por isso, sem condições de competir com os alunos não-negros no decorrer do curso, resultando no fracasso escolar e, conseqüentemente, na diminuição da auto-estima dos jovens negros. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 146)

Os entrevistados apontam que mesmo a defendendo as políticas de ação afirmativa com foco no sistema de educação, empresas privadas e o serviço público, tinham poucos adeptos no movimento negro durante a década de 1990.

¹⁴ Em ALBERTO, Luiz. "As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século", em GUIMARAES, A. & HUNTLEY, Lynn Corg.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra. p. 283-307.2000.

Vozes que destoavam era Hédio Silva Jr¹⁵ e Edna Roland¹⁶.

O Hédio, que vocês já entrevistaram, estava fazendo um trabalho para o comitê nacional, fazendo a proposta de relatório do Brasil. Uma semana ou um mês antes de Durban, ele resolve se demitir do conselho nacional- não sei se ele relatou isso. [...] Aí ele deu uma entrevista na Folha de São Paulo no dia seguinte, colocando as razões da saída dele e as suas propostas políticas. Eu li a entrevista, e ele falou: "O que você achou?" Eu falei: "Fraco." Ele: "Como que você achou fraco?" Eu falei: "Claro. Você já chutou o balde, já saiu do comitê. Por que você então não coloca as políticas mais contundentes que nós podemos colocar nesse momento? Por que você não propôs ações afirmativas e cotas nas universidades? Por que você não fez isso?" E ele: "Ah, mas eu não estou muito convencido de que seja justo." Eu falei: "E justo sim." Aí discutimos, debatemos essa questão, e ele então resolveu - ele ainda continuou participando da comissão que estava redigindo o relatório - colocar uma linha: "cotas para negros nas universidades". Eu não sei quantas páginas o relatório tem, mas tem esta linha, "cotas para negros nas universidades", que entrou no último minuto, que ele pôs no documento. Quando o governo brasileiro tornou público o relatório para a mídia, tudo o que a mídia queria falar era sobre cotas para negros na universidade. E aí, antes de ir para Durban, quando já tinha sido anunciado que meu nome ia ser indicado, o pessoal da imprensa vinha falar comigo e só queria falar sobre cotas. Aí eu falei: "Nós somos 45% da população brasileira; 40%. São determinados momentos em que você tem a oportunidade de contribuir para que uma determinada política seja formulada ou implementada, e isso é que eu acho que faz o jogo interessante, essa possibilidade enquanto nós não formos 45% de todos os espaços que têm nessa sociedade, estão nos devendo". Então eu coloquei o patamar, o referencial, os 45%. Na seqüência vem a lei que o deputado aqui do Rio de Janeiro apresentou - inicialmente a proposta dele era 40% para negros. Então o patamar de que se partiu nas políticas públicas aqui no Brasil foram os 40%. São determinados momentos em que você tem a oportunidade de contribuir para que uma determinada política seja formulada ou

¹⁵ Hédio Silva Júnior é militante do movimento negro desde o final da década de 1970. Fundador do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), criado em 1992, foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo. Foi secretário de Justiça e Cidadania do governo do Estado de São Paulo.

¹⁶ Edna Roland é militante do movimento de mulheres negras desde o início da década de 1980. Foi conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, órgão do governo do estado na gestão de Franco Montora (1983-86), e participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984. Foi uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, em 1988, e fundou a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em 1996, instituição da qual é presidente de honra. Foi eleita Relatora Geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, em 2001. Foi Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para América Latina e Caribe da Unesco.

implementada, e isso é que eu acho que faz o jogo interessante, essa possibilidade. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 146 -147).

Hédio Silva comentou o episódio em sua entrevista:

Muito embora eu tenha rompido, cumpri até o final a tarefa de fazer o relatório. Mesmo porque o relatório me interessava; ele expressou boa parte daquilo que o movimento negro entendia que era mais importante. Inclusive as cotas, que foi no que a mídia mais se fixou. Quem ler o documento que o Brasil levou para a África do Sul vai ver que tem um monte de proposições. Mas a mídia destacou cota na universidade. Para nós foi bom, inclusive. Olhando com o olhar de hoje, não foi tão ruim, foi bom. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 148).

O que chama atenção é que quando se aprofundou o debate sobre as desigualdades raciais no Brasil e se buscou políticas mais efetivas como as cotas universitárias, a grande mídia se preocupou com a questão das desigualdades raciais, mas não no sentido de acolher esta justa reivindicação; muito pelo contrário, parecia estar assustada com a possibilidades de isso acontecer.

Esta ideia pode ser corroborada pelo depoimento de Ivimir dos Santos, militante do movimento negro no Rio de Janeiro desde a década de 1970, que participou da conferência do Rio:

Eu era contra cotas. Se você vir entrevistas minhas de alguns anos atrás, eu estou lá falando contra. Mas depois eu fui compreendendo, viajando muito o mundo, e vendo o Brasil. E muito bom você ver o Brasil de fora. Você compreende que a sociedade é tão conservadora na questão racial, é tão racista, que a cota é importante, porque ela abre esse debate. Tanto que a cota entra no relatório oficial quando, em uma audiência minha e de um grupo de pessoas com o presidente da República, eu sugiro a ele que adote nem que seja a cota no relatório do governo que vai para Durban. Porque abriria o debate. E aí ele assume. Tanto que a imprensa vai lá e pinça justamente a cota. Ao mesmo tempo que ela pinçou para desmoralizar, abriu o debate. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 148).

A questão de cotas passou para a ordem do dia na agenda do MNB organizado no período de preparação da Conferência de Durban e as consequências desse processo foram irreversíveis. Os autores apontam que uma pesquisa, na época, com a frase "Cotas para negros na universidade"

contribuiu muito para que a questão das cotas tivesse mais aceitação na opinião pública.

Já em 2001, acontece a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) da Lei nº 3.708, que instituiu cotas de até 40% (patamar fixado por Edna Roland), para negros e pardos no acesso às universidades públicas dois meses depois da Conferência Mundial de Durban. A medida, tomada sem consulta às próprias universidades - a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – gerou intenso debate.

Se compararmos a situação do MNB organizado na década de 1970, com a mobilização e a efetiva participação em instâncias de governo verificadas no início do século XXI, encontraremos mudanças bastante significativas, apontam Alberti e Araújo (2003). Para os autores entre os protestos contra a discriminação racial e as políticas de promoção da igualdade racial, os movimentos negros passaram por diversas transformações, entre elas a própria participação de lideranças em órgãos do poder público seja municipal, estadual e federal.

Os autores também apontam que há uma crescente interlocução entre o Estado brasileiro e o MNB organizado, em 1986, foi tombada a Serra da Barriga, em Alagoas, onde existiu o Quilombo dos Palmares. Em 1988, com as ações de várias entidades, organizaram-se protestos contra a farsa da Abolição, cujo centenário então se "comemorava". É criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Ainda em 1988 com a atuação de alguns membros da Assembleia Constituinte, que tinham ligação com o movimento negro brasileiro organizado, estabeleceu-se, na Constituição de 1988, constituição Cidadã, que o racismo era crime inafiançável, e trazendo, em suas Disposições Transitórias, o reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Em 20 de novembro de 1995, vários ativistas do MNB organizado, com destaque para o movimento de mulheres negras(MMN), de sindicatos e de comunidades negras rurais chegaram a Brasília, na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Cria-se o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, vinculado ao Ministério da Justiça em março do ano de 2001, em função da Conferência de Durban; já o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas” Ipea” publica um Texto para Discussão,

apresentando, pela primeira vez no órgão, uma análise das desigualdades raciais no Brasil.

Segundo Alberti e Araújo (2003), um acontecimento importante desse período mencionado por alguns dos entrevistados, foi o fato de no ano de 2000 o Brasil não ter sido sede da Conferência Regional das Américas, que aconteceu em Santiago do Chile. Isso foi uma resposta à violenta repressão às manifestações de índios e negros, durante os "festejos" dos 500 Anos do Brasil, em Porto Seguro, que repercutiram no mundo todo de forma desfavorável ao Brasil; mostrando mais uma vez que no país não havia nenhuma "Democracia Racial" e repudiando a declaração inapropriada do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que ele também teria "um pé na cozinha", reforçando a ideia de uma boa miscigenação no Brasil, sem grandes conflitos e dentro de uma "democracia racial".

Depois das cotas na UERJ e na UENF, houve a polêmica implantação das cotas na UNB (Universidade Nacional de Brasília), que utilizou vários critérios para a definição de quem era afrodescendente. Não bastava a autodeclaração, era necessário o exame fotográfico e, se houvesse recurso, entrevista com o candidato. A medida suscitou grande debate na mídia e resultou em manifestação contrária por parte da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Porém, os entrevistados consideraram positiva a discussão suscitada pela UNB.

Este é o caso do líder Frei David Santos, a maior referência do Educafro no país I. Frei David aponta que no país, infelizmente, era preciso agir como a UNB.

Quando Estados Unidos e África do Sul criam comissão para dizer quem é negro e quem não é negro, o foco está em excluir o negro. Há um objetivo claro da comissão: excluir o negro. Quando no Brasil se discute comissão para dizer quem é negro e quem não é negro, o foco é totalmente o contrário, é para incluir o negro. Por quê? Porque deparamos com uma parcela sem ética da comunidade branca. Quem tem o poder de criar mal-estar são os brancos, quando eles, de maneira desonesta, na Uerj, mentem. Como a Uerj falou "vai ser autodeclaração, não vamos pedir documentos se você é branco ou não", o que eles fazem? Uma parcela de brancos desonestos, sem ética, vai lá e se declaram negros. E aí o que acontece? Você vai no primeiro dia de aula no curso de medicina da Uerj, deveria ter 38 pardos e negros, você vai e conta, tem quatro negros e nove pardos. [...]

25 vagas foram roubadas e ninguém fez nada. Se há um setor na comunidade branca desonesto, sem ética, então quem tem que ser punido não é a comissão que está se formando para garantir o direito, são aqueles que não têm ética. [...] Quem está batendo na UnB está batendo de maneira precipitada, sem entender que a UnB está claramente indo em defesa dos pequenos e dos quebrados, dos humilhados. Quando esses pequenos têm chance de dar um passo, vem uma parcela desonesta e repete a rouboalheira que foi feita em cima do trabalho e dos direitos do negro. [...] Se na Uerj, no primeiro vestibular com cotas, não tivesse nenhum branco fazendo ato com falta de ética, jamais a UnB iria fazer aquilo. E jamais eu iria fazer artigos defendendo a UnB. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p. 154-155).

Para Alberti e Araújo (2003), a questão das cotas adquiriu uma dimensão muito importante para o próprio MNB organizado, cujas lideranças passaram por um processo de maturação e aceitação delas. Depois de Durban, a questão das cotas que tantas polêmicas suscitou, fez com que as lideranças do MNB organizado se preparassem para esta questão. Isso significa a formação de quadros capazes de implementar a bandeira das Cotas que se tornou comum no movimento, no entanto, com os devidos cuidados sobre os riscos da ascensão individualizada de estudantes cotistas. Este é um dos pontos questionado pelo Educafro, que aposta na formação de seus alunos por meio da na matéria de Cidadania, buscando que eles adquiram uma Práxis social, uma prática coletiva, da promoção de suas autonomias e envolvimento em ações (Práxis) coletivas, contestatórias à ordem excludente promovida pelo Estado violador.

E nesta direção de uma formação política que Maria Raimunda Araújo¹⁷ aponta que deve se ter no horizonte de lutas do MNB organizado não só a questão racial, mas também a questão de classe, a questão de uma formação política dos jovens ingressantes por cotas nas universidades.

Essa questão das cotas, o que eu quero dizer? Ela é fundamental para o debate de ação afirmativa no Brasil. Mas eu a encaro de uma forma emergencial. Não sou daqueles que acham que a cota é uma solução. Eu acho que a cota serve para a gente entrar, um canal para fazer o debate sobre políticas de

¹⁷ Maria Raimunda (Mundinha) Araújo foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em São Luís, em 1979, e foi a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982. No mandato seguinte, de 1982 a 1984, ocupou a presidência do CCN. Foi coordenadora da Semana da Consciência Negra, realizada em São Luís, em 1982 e em 1983, e coordenadora geral do III Encontro de Negros do Norte e Nordeste, também em São Luís, em 1983. Entre 1985 e 1986 coordenou o Departamento de Informação e Divulgação do CCN.

ação afirmativa. Até porque ação afirmativa não se restringe só a cota. A cota entra de uma forma enviesada. Eu não enxergo a educação como a coisa de ascensão do indivíduo. A educação é uma forma de você se inserir na sociedade. Ela é fundamental para isso. A cota tem um problema sério: nós fizemos toda uma movimentação no Brasil- não sou contra cotas, deixa eu apenas explicitar minha visão -, se você pegar de 1978 para cá, esse chamado movimento negro contemporâneo, de dar uma concepção mais coletiva da luta negra no Brasil. [...] O que a cota faz? Claro que ela é fundamental para a gente poder ter acesso à universidade, mas ela individualiza o debate sobre a questão racial. Se ela não for acompanhada de um processo de formação política muito grande, e aí a ação do movimento negro é fundamental, a gente pode construir uma elite política no país, mas uma elite política individualizada, o cara que acha que ele ascendeu porque conseguiu ter acesso a alguma coisa. Os Estados Unidos caíram muito nisso. Se você pegar o governo Bush atualmente, quem está hoje no governo Bush é gente que se beneficiou da política de cotas. Mas você tem uma Condoleezza Rice, você tem um Collin Powell. Onde caiu esse povo? Um projeto totalmente autoritário de construção dos Estados Unidos etc. Então, minha preocupação com as cotas é essa. Agora, é fundamental. Por isso que não sou contra. Mas se a gente não tiver uma intervenção do movimento negro, de politização desse debate, e não entrar no debate de ação afirmativa de uma forma mais abrangente, a gente pode se ferrar. Essa é a minha preocupação. Agora, é claro que a cota também provocou um debate, que é: o que é ser negro no Brasil? E está nesse caldo novo. E meio intuitivo isso que eu estou falando, mas a visão sobre o racismo no Brasil está mudando. Eu acho que a geração que vem aí já vem com uma concepção diferente da dessa geração da qual eu fiz parte, da qual um monte dessas pessoas que vocês estão entrevistando fez parte, e que foi mais um momento de afirmação da luta negro. (ALBERTI e ARAÚJO, 2003, p.156-157).

Denota-se, portanto, que a questão das cotas provocou debates importantes e mudanças de atitude no próprio movimento negro brasileiro organizado e na sociedade brasileira e no Estado brasileiro.

Segundo Rafael Trapp (2014) a Conferência de Durban é considerada um marco histórico no MNB organizado, em sua trajetória de movimento pela amplitude da união política necessária entre o MNB organizado com o Estado brasileiro e nos avanços em termos de políticas públicas.

No âmbito das Políticas públicas destacam-se as ações afirmativas nas universidades públicas com a questão da luta pelas cotas para negros e a aprovação da Lei 10.639/ 03, que obriga Ensino e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas (2003), durante o Governo Lula (2002-2010).

No entanto, há segmentos e intelectuais brancos que discordam da importância da Conferência de Durban¹⁸ e enfatizam suas características problemáticas, que segundo eles, foram minimizadas nas ações afirmativas ligadas ao Movimento Negro.

No Brasil são importantes os movimentos sociais que atuam na ampliação da cidadania para determinados grupos sociais, ocupando uma posição de destaque para um verdadeiro projeto emancipatório. Movimentos Sociais capazes de construir processos de identificação, produzir questionamentos e demandas e ampliar sua capacidade de mobilização. Movimentos sociais capazes de questionar as instituições sociais, construir novas relações políticas e culturais, novas formas de gestão e participação, novos direitos. Isso seria uma questão de justiça, como cita Castoriadis, afirmando seu conceito de justiça.

[...] uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. (CASTORIADIS, *Apud* NASCIMENTO, 1999, p. 59).

Em 1992, uma ação afirmativa torna-se evidente. É fundado na Bahia um Curso Pré-Vestibular para preparar estudantes negros para os exames vestibulares. Denominou-se Cooperativa Stive Biko¹⁹, em homenagem ao líder Sul-africano, morto pelo apartheid. O curso se apresentava como uma forma de combate ao racismo e como afirmação de identidade. Trazia o conceito de identidade cultural, como um dos fundamentos do curso. A Cooperativa Educacional Stive Biko surgiu por iniciativa de estudantes e professores negros baianos com uma proposta autônoma e independente, sem vínculo orgânico ou político, com o intento de combater o racismo e contribuir para a afirmação dos jovens negros, buscando colaborar para a entrada de estudantes jovens na Universidade.

¹⁸ Entre os intelectuais, segundo Rafael Trapp (2014), se encontram a antropóloga Ivonne Maggie, o antropólogo Peter Fry e o professor de geografia da USP Demétrio Magnoli.

¹⁹ Stephen Bantu Biko foi um ativista antiapartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970. Líder estudantil, fundou o Movimento da Consciência Negra, que capacitava e mobilizava grande parte da população negra urbana. Desde sua morte sob custódia da polícia, foi tido mártir de um movimento anti-apartheid.

Em São Paulo, surgir o primeiro resultado concreto desse debate, com a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. As bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro. As 200 bolsas de estudos, concedidas pela PUC-SP, fizeram surgir, no Rio de Janeiro, a ideia de organizar um curso para estudantes negros.

Desta forma, no final de 1992, na Igreja da Matriz de São João de Meriti-RJ, iniciam-se as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense, para capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Outras duas experiências populares de ensino pré-vestibular que tiveram influência e serviram como referências foram as da organização do PVNC com o Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ e o Mangureira Vestibulares.

Em 1993, foi a vez do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, que irá inaugurar uma nova fase, tendo como referência de luta o debate à questão das desigualdades educacionais entre brancos e negros. Para seus fundadores a população pobre é praticamente excluída do acesso ao ensino superior por causa da baixa qualidade do ensino destinado aos grupos sociais populares, especificamente na Baixada Fluminense, seja ensino público ou particular. A situação era ainda mais grave para os(as) estudantes negros(as), pois além da pobreza sofriam discriminação racial, colocando-os em enormes desvantagens junto com a pobreza e a exclusão social.

Surgiu em 1993 na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de educadores incomodados e descontentes com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) também se propunha desenvolver uma luta ampla pela democratização da educação e contra a discriminação étnica e racial. A ideia de organização nasceu a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo.

As propostas defendiam duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense, que praticamente eliminava as possibilidades de acesso do estudante da região às universidades públicas e constituída em sua maioria, por uma população economicamente favorecida e

branca. Em segundo lugar, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades, menos de 5% dos estudantes, na época.

Graças à experiência mais expressiva do PVNC foi a criação de outros cursos populares no Rio de Janeiro e até mesmo em outros Estados do Brasil. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes transformou-se em uma grande organização, aglutinando dezenas de núcleos espalhados pelos municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro e Petrópolis.

Em 1994, devido ao sucesso e à repercussão do trabalho realizado em 1993 já se alcançava a aprovação de 34% de estudantes para a UERJ, UFRJ, UFF e PUC-RJ. Surgem outros grupos como entidades populares, entidades ligadas aos movimentos negro, igrejas, educadores e de ex-alunos organizando-se novos núcleos do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes. O ano de 1994 é histórico, pois foi o ano de crescimento do PVNC e de adesão de novos grupos, de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de debates e deliberações coletivas.

No final de 1994, o PVNC contava com mais de 20 núcleos. Desde então vários núcleos foram criados. Em 1998, o PVNC contabilizava 55 núcleos, organizados nos Municípios da Baixada Fluminense e no Município do Rio de Janeiro, aponta Nascimento (1999).

Um marco importante foi o documento de princípios e objetivos, denominado internamente de Carta de Princípios. Na descrição do histórico deste documento traz as reflexões da militância negra e da educação realizadas em São Paulo, juntamente com os cursinhos anteriores no Rio de Janeiro como o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ e da Associação Mangueira Vestibulares e da Bahia com a Cooperativa Steve Biko que foram importantes referenciais para a sua criação.

Esta Carta de Princípios visava à sistematização das várias decisões tomadas pelo coletivo do PVNC em suas reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Geral. Buscava-se, principalmente, estabelecer os princípios e os objetivos a partir dos quais e pelos quais o PVNC deveria estar organizado. Havia muitas ideias, conceitos, convicções, opções políticas e, no mínimo, três lideranças com perspectivas diversas, no entanto, procuraram se articular em visando presidirem os futuros trabalhos, as práticas e a Práxis do PVNC, além

das relações que iriam dar às diretrizes dos núcleos que estavam surgindo ao lado das outras instituições sociais.

Em 1998, a discussão mais importante no interior do PVNC era a construção de uma Carta de Princípios, que deveria conter um processo de sistematização das deliberações, discussão e rediscussão de pontos deliberados, aprovações de novas regras, definição de princípios e objetivos. Havia, sim, uma tentativa significar e construir uma identidade autônoma para o Movimento.

Na Carta de Princípios, havia os princípios da democracia, com ênfase numa efetiva democracia racial; ações afirmativas seja no campo da política cultural de identidade, seja numa ação política da sociedade e com políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais; a educação como um dos principais canais de inclusão social, o pertencimento à cidadania, o alargamento de oportunidades para as populações pobres e negras discriminadas, a luta contra o racismo, superação de discriminações socioculturais, sendo fundamental buscar a construção de sociedade democrática; e, por último, mas não menos importante, a opção de luta política pelas cotas raciais e sociais nas Universidades e Escolas Públicas, gratuitas e de qualidade.

As Cotas, ainda não eram unanimidade. Só terão aceitação maior, mesmo dentro do próprio movimento negro brasileiro organizado, depois da Conferência de Durban, na África do Sul em 2001. O PVNC não passaria ileso da questão sobre as cotas. Houve embates, problematizações, consequências e afastamentos de pessoas do PVNC depois que as cotas se tornaram efetivas. Na Carta de Princípio do PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) constam os seguintes fundamentos:

- 1) Criar condições para que os estudantes discriminados, por raça, etnia, sexo ou situação socioeconômica, concorram nos Vestibulares das Universidades Públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior;
- 2) Realizar um trabalho de formação política, desenvolvendo atividades que contribuam para compreensão histórico-crítica da sociedade, das relações raciais, das contradições e conflitos da realidade social;
- 3) Servir de espaço público de elaboração de propostas e discussão política sobre justiça, democracia e educação;
- 4) Lutar contra o qualquer tipo de discriminação, na sociedade e na educação;

5) Lutar pela democratização da educação, através da defesa de um modelo de escola pública, gratuita, popular, laica, pluriétnica e multicultural e de qualidade. (NASCIMENTO, 1999, p. 80-81)

Ou seja, muitos destes fundamentos se encontrariam no Educafro que iria surgir neste momento rico e efervescente, tendo à frente uma das maiores lideranças do PVNC Frade franciscano Frei David Santos Raimundo.

Como foi apontado, havia ao menos três perspectivas diferentes sobre as finalidades do Pré-Vestibular para Negros e Carentes; perspectivas que constituíam campos ideológicos e com práticas fragmentadas entre os vários núcleos que compunham o movimento. Segundo Nascimento (1999), tendo como referência Manoel Ribeiro, que foi professor do movimento de 1994 a 1996, existiam lutas por hegemonia política através de dois campos ideológicos no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Antônio Dourado, Fundador do cursinho PVCN, defendia que o principal objetivo do PVCN era contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior. Outros também auxiliaram na construção de uma identidade de militante do movimento popular; intervir na universidade através desses mesmos militantes; criar e participar de fóruns de debates dentro da universidade; discutir questões amplas, como a relação da universidade com a comunidade, a universidade e a política econômica neoliberal da América Latina e contribuir para a busca de qualidade nos níveis anteriores ao superior como ensino fundamental e médio.

Já José Carlos Esteves, Coordenador do Núcleo AFE - Duque de Caxias- apontava que os objetivos do PVNC eram basicamente dois. Primeiro, denunciar a péssima qualidade de ensino de 2º grau do país, sobretudo do Rio de Janeiro e na periferia, mais especificamente na Baixada Fluminense. Em segundo lugar, resgatar a questão racial, pois os números de negro nas universidades eram ínfimos, mostrando que as universidades eram elitistas e excludentes.

Por último, Frei David Santos Raimundo, fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e Coordenador do Núcleo da Igreja da Matriz, São João de Meriti, que depois se tornaria o criador do Educafro, defendia que os objetivos do PVNC seriam também criar espaços de solidariedade e busca do crescimento acadêmico dos alunos na prática; colocá-los nas universidades

públicas e particulares com bolsas, trabalhar na educação e na conscientização do saber acadêmico, no desenvolvido de um bom saber no campo da cidadania e da cultura, passando pelos direitos humanos, constitucionais, trabalhistas etc. Além disso, potencializar a disponibilidade dos professores e coordenadores em ações solidárias, tendo como meta criar e fortalecer a rede dos trabalhos comunitários.

Segundo Nascimento (1999, p.81), estas três visões dos depoimentos mostram diferenças sobre as finalidades dos cursos e consideravam a existência de dois campos ideológicos no interior do PVNC: o Campo Negro-Eclesial e o Campo Amplo.

Nascimento (1999, p. 83) diz que Manoel Ribeiro, professor do movimento de 1994 a 1996, visualiza uma luta por hegemonia política, a partir da percepção da existência de dois campos ideológicos no interior do PVNC: o Campo Negro-Eclesial e o Campo Amplo.

Em sua análise cita o documento “Movimento do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – Crescimento e Crise”, assinado pelo Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (GRENI) e pelos Agentes de Pastoral Negros (APN), como expressão do discurso do Campo Negro Eclesial. A uma valorização das estruturas de instituições sociais, como espaços que devem ser colocados a serviço das vítimas históricas da nossa sociedade. O documento coloca também o Pré-Vestibular como hóspede em instituições já existentes e é contrário à ideia de um movimento e autônomo, com identidade própria. Na época, 1996, estava em grande discussão no PVNC, a questão da institucionalização.

Já o Campo Aberto, para Manoel Ribeiro (Nascimento, 1999, p.84) teria um discurso totalizante ou aglutinador que buscava um modelo híbrido de movimento entre a autonomia e a institucionalização formal e visando novas relações de gestão democrática. Era apontado como Campo Aberto por não estar formalmente gravitando em torno de nenhuma instituição.

No PVNC, segundo Nascimento (1999), as práticas pedagógicas buscavam proporcionar a apropriação crítica de conhecimentos e da história, despertar nas pessoas a necessidade de construção de uma outra sociedade e fazer contatos com Universidades. Porém, faltava uma prática de mobilizações, ocupações e reivindicações de massa. As práticas quase sempre estavam circunscritas às principais lideranças e aos pequenos grupos, ainda que se

apresentem como práticas do movimento, como as negociações de bolsas de estudos com Universidades Particulares e as ações judiciais. Faltava uma Práxis mais abrangente com mais poder de mobilização e transformação.

Houve algumas conquistas, reconhece Nascimento (1999), como as ações judiciais impetradas em 1997 e 1998 por alguns dos participantes do PVNC que garantiram isenções de taxas de vestibular, não só para seus alunos, mas para todos os estudantes solicitantes de isenções, no entanto, era preciso mais efetividade. O PVNC embora constantemente divulgado pela imprensa e conhecido conseguiu com o passar dos anos se tornar um movimento com expressão política. No entanto, como movimento social ainda não teria conseguindo construir uma identidade.

Segundo Souza (2008), o Educafro de São Paulo é uma ONG que nasceu dos movimentos sociais de educação, como uma referência de resistência às políticas educacionais neoliberais praticadas pelo Estado brasileiro.

Com a ideia da necessidade de diminuir o “tamanho” do Estado até um mínimo possível, preconizada pelos ideólogos do neoliberalismo, o Educafro de SP, como uma ONG promotora de ações de militância e não de assistencialismo, busca contrariar a lógica neoliberal.

Considera que o Educafro, em São Paulo, busca desenvolver uma consciência crítica de todos seus alunos, isso ocorre através de aulas que visam o resgate da cidadania, da autoestima dos jovens e adultos, também atuando no campo político na tentativa de implementar o sistema de cotas as universidades - a ideia do sistema de cotas se constituía em uma “vontade coletiva”. E uma “vontade coletiva”, não estaria limitada aos procedimentos racionais e argumentativos, mas também envolveria sentimentos de pertencimento e relações de confiabilidade.

Aponta também que há questões fundamentais para abordar sua análise sobre o Educafro de São Paulo. Primeiro vestibular, pois não seria possível falar do Educafro em sua origem, estratégias e propósito de transformação social, sem remeter ao vestibular. Essa questão faz parte de sua motivação histórica e luta social, sendo a questão do sistema de cotas a mais discutida no Brasil pelo Educafro do qualquer outra instituição, visando à inclusão de negros nas Universidades.

Os cursos ganharam uma enorme dimensão quantitativa e qualitativa no decorrer da década de 90, inclusive, estando presentes nas atividades de extensão das Universidades. Inclusive as próprias Universidades começaram a fazer parte de estratégias comunitárias de superação do quadro de desigualdades de acesso a elas. Isto, graça as ações e mobilizações do PVNC integrando, junto e fazendo parte do movimento negro brasileiro organizado.

Segundo Renato Santos, um dos entrevistados de Souza, o PVNC ao nomear os negros ao lado dos carentes, conseguiu dar uma solução racialmente não neutra e ao mesmo tempo sensível às muitas maneiras que esses estudantes têm de se auto classificarem. A efetividade do movimento deveu, com certeza, à determinação e à garra desses jovens que buscavam sair do caminho das balas da polícia e dos traficantes e do isolamento em que se encontravam por estarem fora das possibilidades de competir com seus colegas mais bem-aquinhoados pela fortuna e herança educacional.

Aqui mais um ponto importante para pensarmos nos Educafros como importantes referências para a permanência desses sujeitos ao ensino superior: ajudando-as na promoção de fortalecimento da autonomia, auxilia-los a se envolverem em ações coletivas contestatórias aos mecanismos e à ordem social excludente, promovida pelo Estado brasileiro violador de direitos. Além de mostrar os Educafros, antes PVNC, como espaços de organização social de referência para a reafirmação da identidade da população negra e pobre, visando a uma sociedade mais justa e antirracista.

CAPÍTULO 3. O Núcleo Educafro Valongo – Santos/SP e a experiência narrada pelos estudantes egressos.

O capítulo terceiro será sobre a pesquisa de campo com os entrevistados André Mendes, Débora Camilo e Virgílio Marques, alunos e aluna que passaram pelo Educafro Valongo e conseguiram chegar às universidades. A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas narrativas.

As narrativas são ferramentas que buscam aprofundar aspectos específicos dos quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado quanto entrecruzando com o contexto situacional e histórico, tornando possível a compreensão dos sentidos, motivos e as justificações de ações sobre os acontecimentos.

Durante a coleta das entrevistas, foi possível interferir o mínimo possível para não ter influência nas narrativas em que os participantes empregaram suas comunicações cotidianas de contar suas histórias, mantendo e respeitando as linguagens que empregaram, respeitando seus valores e seus pontos de vista.

Houve um roteiro²⁰ com o objetivo de elencar informações necessárias para responder as questões motivadoras da pesquisa, com dados sobre a trajetória de vida dos entrevistados, o sentimento inicial e consequências decorrentes da vivência como alunos e aluna do Educafro Valongo.

²⁰ Incluída como Anexo II.

Antes de abordar as entrevistas narrativas torna-se importante fazer um breve resgate histórico do surgimento do Educafro Valongo em Santos.

Foram duas mulheres negras, moradoras de Santos, Valdenir Barreto Alves, conhecida como Dona Valdenir e Vera Oscar, a Dona Vera, que, no dia 4 de novembro de 1999, ficaram sabendo da existência do projeto Educafro no Brasil, isso ao mesmo tempo, cada uma em suas casas. Dona Valdenir ficou sabendo sobre o Educafro em uma agenda que havia comprado em 1997; já Vera Oscar ficou sabendo sobre devido uma reportagem na revista Raça do ano de 1999. Dona Valdenir ficou tão entusiasmada que fez logo contato com a Paróquia do Rio de Janeiro; à qual, considerava, que Frei David Santos (Fundador do Educafro no Brasil) pertencia. Logo descobriu que ele já estava trabalhando em São Paulo.

A euforia de ambas foi tão grande que na reunião, à noite, no Fórum das Mulheres de Santos decidiram que lá seria o momento de partilhar uma com a outra e com as demais pessoas do fórum a possibilidade de vir a existir um Núcleo do Educafro na Baixada Santista. Saíram dali, na mesma noite, com a missão de buscar convencer e trazer companheiras e companheiros, parceiras e parceiros, para caminharem na busca de formar e construir um Núcleo do Educafro na Baixada Santista. Junto ao Fórum de mulheres, veio o Conselho da Comunidade Negra de Santos, da qual ambas as idealizadoras do Núcleo Educafro na Baixada Santista, também participavam. Naquele momento tanto Fórum das Mulheres de Santos como Conselho da Comunidade Negra estavam em processo eleitoral.

Frei David Santos, com quem tanto Valdenir Barreto como Vera Oscar já estavam mantendo contato e conversando sobre as possibilidades de haver um Núcleo do Educafro na Baixada Santista, identificaram que Santos era a cidade com mais chances no momento, queria que tudo começasse pelo Valongo, na Igreja Franciscana do Valongo, no entanto, eufóricas não podiam esperar pelas negociações com a Igreja e o Convento do Valongo de Santos, no Bairro do Valongo, Centro antigo de Santos. Naquele momento, tinha havido a dissolução de um projeto com jovens, que já vinha funcionando, inclusive como uma rádio. Então, Vera Oscar que também atuava na Igreja do Carmo, no Bairro da Ponta da Praia, na Cidade de Santos, com o apoio de Tereza Chagas e de seu esposo Pedro conseguiram um espaço na creche da Praia de Santa Cruz dos

Navegantes, no Guarujá, que era uma extensão do trabalho da creche da igreja do Carmo, em Santos.

Surgiram, então, os primeiros frutos positivos dos trabalhos realizados por ambas, Valdenir e Vera Oscar, e demais homens e mulheres que abraçaram a causa de construir um Educafro na Baixada Santista.

Do Fórum das Mulheres de Santos nomes como Celina, Sibebe, Telma Simões, Vera Oscar e Valdenir se destacava; do Conselho da Comunidade, Negra Bartolomeu Pereira, Plínio, Jefferson do Sindicato dos Urbanitários e outros, vieram se juntar à formação deste sonho.

Então, no dia 13 de janeiro do ano de 2000, foi à Santos o Frei David Raimundo dos Santos para que houvesse Educafro na Baixada Santista, em todas as cidades da Baixada Santista.

No dia 1 de abril do ano de 2000, surge o primeiro Núcleo Educafro na Baixada Santista, Santa Cruz dos Navegantes, no Guarujá. Na aula inaugural, a presença de mulheres importantes e atuantes, como a deputada Maria Ângela Duarte, uma ferrenha defensora e lutadora pela implantação das Universidades Públicas em Cubatão e em toda a Baixada Santista.

A palestra de Maria Ângela Duarte foi marcante, um dos momentos mais brilhantes e gratificantes segundo Valdenir em seu relato escrito. Maria Ângela Duarte, como professora, possuía o “dom da palavra”, incentivou todos e todas que seguissem firmes e fortes, lutando pelo que acreditavam, para que a Baixada Santista tivesse vários núcleos Educafros em todas as cidades.

A primeira aula foi com o professor de Inglês, Donald Veronico, filho de Vera. Com a abertura do núcleo, foi possível agregar Sandra Teixeira, Vidal e esposa, Tereza e seu esposo Pedrito enfim, vários voluntários, todos muito dedicados. O projeto foi tomando corpo e no dia 26 de junho no ano de 2000 começou a funcionar o núcleo Santos Urbanistas Rios, na rua São Paulo 26, que foi cedido prontamente, pelo presidente Jefferson. Dona Valdenir lembra bem que não havia, na época, as tecnologias como as existentes de hoje; então contaram com o apoio dos gabinetes das vereadoras Sueli Morgado e Cassandra Nunes e das deputadas Maria Lúcia Prandi e Maria Ângela Duarte para envio de fax e algumas correspondências para sede em São Paulo. Quem também ajudou foram os sindicatos dos bancários, dos metalúrgicos, dos Urbanitários, Sindsaúde e outros.

Os primeiros professores foram Luiz Soares, Douglas Martins, Léo Oliveira, Donald Veronico, João Paulo, Carlos Riesco e Leandro Pinheiro. Logo surgiam, em as primeiras Bolsas de Estudos, na Universidade Santa Cecília, Unisantia, cinco alunos com 100 % de bolsas; na sequência seis alunos com 100% na Unisantos. Isso fez com os alunos e alunas se interessassem cada vez mais pelos núcleos Educafros. As bolsas eram destinadas para vários cursos de graduação tais como: farmácia, educação artística, fisioterapia, arquitetura, ciência da computação, administração de empresa, serviço social, pedagogia e outras.

Diante dos resultados obtidos no primeiro ano de funcionamento, a partir do ano de 2000, o núcleo Educafro Valongo com a Dona Ana Maria junto com senhoras da Irmandade do Valongo, fizeram com que se expandissem os núcleos dos Educafros na Baixada Santista. Em Santos, a dois Educafros: o núcleo Educafro Valongo e o núcleo Educafro Arte no Dique, localizado na Zona Noroeste de Santos. Em São Vicente, os Núcleos Educafros Vila Margarida, no bairro da Vila Margarida; Dandara no bairro do Humaitá e Kalunga, no bairro Parque São Vicente. Na Praia Grande, os Núcleos Educafros Melvi, núcleo Alzira Rufino, no bairro do Jardim Melvi e Boqueirão, no bairro Boqueirão. Na cidade de Cubatão, o Núcleo Educafro Cubatão e na Cidade do Guarujá o Núcleo NEIAB/ UNAERP, desde 2006 até hoje. Houve cerca de 14 núcleos Educafros na Baixada Santista; hoje o número foi reduzido para 9 unidades.

Ao longo desses anos, surgiram várias lideranças nos núcleos dos Educafros da Baixada Santista como: Júlio Evangelista, Jorge Pinheiro, Josué Amador, Anália Lula da Silva, Dina Alves, Djamilia Ribeiro, Débora Camilo, que conseguiu ser eleita vereadora agora em Santos nas eleições municipais de 2020; uma das entrevistadas desta pesquisa, a Doutora e Professora Mary Francisca Do Careno, uma das examinadoras desta banca de mestrado convidada; Paloma, Kêro, Tago Eleriva, entre outras.

Um outro ponto destacado por Dona Valdecir são as mulheres voluntárias das comunidades que sempre estiveram prontas para oferecer a melhor alimentação para os alunos e alunas que chegavam aos vários Núcleos dos Educafros da Baixada Santista, com destaque para Dona Esmeralda da Vila Margarida, as senhoras da Irmandade do Valongo, do Núcleo Dandara, Boqueirão, Cubatão e muitos outros. Mulheres dedicadas, que foram

fundamentais para o sucesso e funcionamento de todos os Núcleos dos Educafros na Baixada Santista.

Por último, vários alunos e alunas que passaram pelos Núcleos dos Educafros da Baixada Santistas conseguiram se formar e se transformaram em grandes profissionais em diversas áreas de conhecimento, mostrando toda a força e a competência dos Núcleos Educafros na Baixada Santista. Essas pessoas fazem com que os núcleos Educafros sejam espaços de organização social, referências para a reafirmação da identidade da população negra e pobre do Brasil, visando a uma sociedade mais justa e antirracista, conforme apontam as narrativas elaboradas com esta pesquisa.

Entrevista/Narrativa de André Luiz Alves Mendes

Liderança do movimento negro da Baixada Santista é aluno de graduação da Unifesp campus Baixada Santista no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia do Mar. Foi aluno do Núcleo Educafro Valongo durante os anos de 2012 a 2016.

Bom, me chamo André. André Luiz Alves Mendes. Minha trajetória de vida é baseada em cima tanto de pai, quanto mãe negros. Meu pai era um trabalhador portuário, estivador. Minha mãe trabalhou muitos anos como governanta em uma casa de pessoas ricas, durante o processo de ditadura militar aqui no Brasil.

Ela trabalhou para um delegado de polícia que tinha uma agência de turismo, ele e a esposa. Ela ajudou a criar os seus filhos e etc. Esse foi um processo, enquanto criança, foi um processo difícil, porque eu nasci durante esse processo da ditadura, em 1972. Eu tenho 47 anos. Vi muitos amigos dos meus pais acabarem sumindo durante esse processo. E eles acabam, lógico... Durante esse processo vi muitos amigos do meu pai sumirem, né. E... Mas eles sempre colocavam pra mim e pra minha irmã como uma forma lúdica, então a gente acabou não entendendo muito bem todo esse processo que estava acontecendo durante essa nossa infância. Depois de algum tempo a gente acabou crescendo e começou a entender o quanto que esse processo foi cruel, o quanto que esse processo foi marcante durante todo esse momento que o país

viveu. Muitas famílias acabaram perdendo seus filhos, suas mães, seus familiares. Eles não tiveram o direito de enterrá-los de forma digna.

A minha educação foi educação tradicional, eu venho de uma escola tradicional, pública. Fomos criados dentro de um regime normal, meu pai sempre foi meio duro com a gente, minha mãe também. Até hoje, eu acho até que pelo processo que eles viveram, eu acredito que seja normal pra todo o processo que eles viveram. Mas eu acredito que a gente teve uma boa educação, graças a Deus.

E não foi fácil, diante de todo esse processo, não foi fácil. Perdi muitos amigos também nesse processo de crime, polícia, muitos deles desapareceram. Sou um daqueles sobreviventes do sistema. Por ser também negro, passei por algumas situações complicadas na minha vida, e acabei seguindo a trajetória do meu pai, que é trabalhar no cais.

Trabalhei muito tempo dentro do cais também, e você lá, você acaba tendo que ficar um pouco como a gente diz, ligeiro... Porque o processo não é fácil, como a gente diz, dentro do cais você lida com todo tipo de ser humano. Você tem que ficar atento a tudo e a todos. Você tem que ligar o modo combate e ficar ligeiro, como a gente diz, pra que você não acabe fazendo parte da estatística do sistema e das mortes e tudo. Eu sempre quis ter o meu pote de ouro como diz o Racionais, e eu continuo correndo atrás dele.

Mas agora talvez se Deus quiser, a gente vai fazer com que esse pote de ouro corra atrás da gente. Mas o meu objetivo, é... Nunca quis ir pro lado do crime... Não é uma vida fácil como as pessoas imaginam. É uma vida superdifícil, dolorosa. É cadeia ou morte, não tem outra vertente que não seja essa... Ou uma terceira vertente, seria você tentar sair o mais rápido possível desse tipo de situação. Mas basicamente minha trajetória de vida foi essa.

Passamos por muitas dificuldades sim, mas por a gente ter um pai e uma mãe presente, graças a Deus, a nossa situação foi atenuada. O que a gente vê hoje, é fato, a gente vê uma gurizada que, infelizmente, tem problemas familiares muito sérios, e o Estado, infelizmente, não provê da forma que é necessário, com trabalho, dignidade, saúde, educação, respeito. E o racismo nesse país, ele é bastante cruel nesse sentido, que com a sua maneira velada, e muitas vezes... e por ser velado...E hoje em dia nem tão velado mais, né, bastante escrachado

até. Mas a gente sempre teve problemas... Eu nem tanto porque eu não sou tão retinto, mas os meus amigos mais retintos também tiveram muitos problemas.

A gente tinha muitos problemas de...E como antigamente, a gente resolvia as coisas mais na base da força, da pancadaria mesmo...Que eu sempre achei que isso era o correto a fazer, mas hoje eu percebo que...depois de um processo passando pelo Educafro... Até chegar nessa trajetória do Educafro...E quando eu entrei no Educafro, eu percebi que a nossa maneira, somente isso não iria resolver. Então a gente teria que trabalhar, se apropriar de certos conhecimentos pra usar isso contra os nossos opressores, que no caso é o Estado, os racistas, que tentam nos oprimir, que nos fazem passar por certas situações que não deveríamos passar enquanto seres humanos...E a dignidade humana é fundamental pra todo ser humano, e infelizmente o racismo tira muito da dignidade humana. Tira...o princípio básico dela que é a respeitabilidade, a honra, tira dela a sua humanidade, né? Faz com que você acredite que você é menos ser humano, menos digno, do que de fato, você tem o direito...e o que você é, de fato.

Você é um ser humano como outro qualquer, tem direito à vida, tem direito à educação, tem direito à saúde...Infelizmente o racismo nesse país ele é bastante cruel, ele é indigno, e as pessoas, infelizmente, não entendem que isso machuca e traz sequelas muito poderosas durante todo esse processo de vida das pessoas. Muitas delas acreditam que ser racista é bonito, ser racista, é apenas uma forma, é um direito dela se expressar, como se ela tivesse o direito de se expressar e ofender a dignidade humana. Mas não, ela não tem o direito de fazer isso. É nisso que eu acredito, as pessoas têm o direito de serem respeitadas na sua dignidade humana, né? E sim, é nisso que eu acredito, as pessoas, infelizmente, não conseguem entender conceitos básicos, que é respeito, humanidade, empatia...Acreditam que algumas palavras podem ser ditas e não...algumas palavras do seu cotidiano, que elas falam, não são racistas, são palavras comuns. Mas não, não são palavras comuns. Essas palavras ferem, machucam e causam danos. Danos, sequelas, né? O Educafro pra mim chegou nessa fase, que eu queria e precisava, de buscar algo diferente, que através da força física, só isso não ia adiantar. E a gente hoje, eu acredito que a gente buscando essa forma, esses conhecimentos, a gente consegue lutar pelo menos numa "equiparidade" de conhecimento com essas pessoas.

Então...eu passei durante esse processo no Educafro, e durante o processo, e um pouco antes de entrar no Educafro, e enquanto eu ainda estava no Educafro eu passei por “n” coisas da minha vida, eu passei fome, sim... Não foi fácil e quando você passa fome, você tem sua dignidade muito afetada, seu psicológico muito afetado, hoje graças a Deus, não passo mais fome, mas todo esse processo dentro da universidade foi complicado pra mim também.

Foi complicado nesse sentido que hoje a gente tem um campus só para o nosso curso, o BICT-MAR, que é o Ciências do Mar. Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia do Mar, o nome completo na Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, campus Baixada Santista.

O meu Campus, por exemplo, que é o campus de exatas e biológicas, toda essa parte do racismo ela é muito invisibilizada. Não há um diálogo sobre isso...Ao todo uma maneira de invisibilizar o assunto, né...eu tento fazer esse debate aqui, e é um processo muito dolorido, é um processo duro. A gente tá falando de pessoas que nunca viveram isso, a maioria sim, é branca. Nós somos minoria, negros e afrodescendentes. Somos minoria. Existe hoje em dia o REUNI, né, e a universidade adotou isso. Mas toda essa parte de permanência na universidade é muito complicado, porque as bolsas são extremamente baixas...Você tem que pagar aluguel, eu moro em república, né, você tem que pagar aluguel, tem que conseguir comer, se vestir, lidar com tudo isso, com toda essa pressão por metas, pra ser o melhor e tentar ser o melhor, porque eu também me cobro muito sobre isso.

Hoje eu estou aprendendo que tenho que me cobrar menos e também estudar, estudar, estudar, estudar, sim. Mas tento me cobrar menos. E por me cobrar demasiado, eu também tive problemas emocionais com isso tudo...Eu tive depressão, estou em processo de tratamento...Como muitos desse campus e dentro da Universidade Federal de São Paulo hoje, nós não temos psicólogos suficiente pra demanda que a gente tem...A gente tem um problema sério com isso, por causa dos cortes da universidade, que aconteceram no nosso país, extremamente sérios...Nós temos um governo hoje que fala abertamente em racismo, homofobia, xenofobia, entre outros tantos...Nós temos um presidente que não nos representa. Nós temos ministros que, infelizmente, são piadas de muito mau gosto...que foram colocados lá, e não fazem nada, somente faz a gente ficar sendo ridicularizado pelo restante do mundo inteiro...A gente tem

problemas sérios dentro da universidade hoje, todos eles relacionados à dinheiro. Relacionados à custo. Até pouco tempo a gente teve que parar a universidade porque a gente não tinha quem fizesse uma manutenção de uma bomba d'água. Não tinha dinheiro básico pra uma conta de água e de luz. Infelizmente a educação nesse país não é levada a sério, né?

Eu trouxe uma parte dessa minha consciência crítica eu vim trazendo com o passar dos anos, anteriormente ao Educafro, mas ela foi aprofundada dentro do Educafro. O próprio movimento dos Estivadores ele é muito reivindicativo, a sua qualidade de trabalho, a qualidade de vida, dessas pessoas que lá estão...mesmo não sendo filiado a nenhum partido, eu tenho um viés esquerdista muito forte dentro de mim, né? Que já veio dessa vivência da Estiva, da vivência dos meus pais...Mas esse senso crítico veio só se aprimorando e veio refinando através do Educafro, muito forte através das aulas de Cidadania, que é o nosso forte, e conhecendo essas mazelas que acontecem com as pessoas, eu disse não, isso realmente eu acredito que somente através da educação, uma educação de qualidade...isso a gente bate numa tecla, no Educafro, que os nossos alunos eles entrem, de fato, nas universidades públicas. Ocupar esses lugares que pertencem a eles, que é um direito deles. Ocupar... porque lá dentro sim, tem a qualidade. É dessa forma. Educação não muda o mundo, muda pessoas. Pessoas mudam o mundo. Então, lá a gente usa muito essa coisa de Paulo Freire, a gente procura usar... Seria maravilhoso usar Paulo Freire, mas a gente sabe que, infelizmente...A gente precisa se apropriar um pouco mais do conhecimento do Paulo Freire sim, e utilizá-lo da melhor forma possível. Infelizmente o nosso país não utiliza Paulo Freire como ele é utilizado lá fora!

Principalmente as universidades...Eles usam muito o lance da meritocracia, né? E hoje, com a entrada dos mais pobres, dos negros...Nós trazemos pras universidades públicas outras reivindicações, outro olhar, é o olhar daquele que passou o tempo todo sendo oprimido. O olhar daquele que precisa de uma permanência mais adequada pra que, de fato, ele possa se sentar e estudar dignamente, que ele não passe necessidade com uma ajuda de custo tão baixa...Graças a Deus que essa ajuda existe? Sim! Mas ela por si só, é muito baixa! Todo aluno de universidade pública, que ganha...Eu, por exemplo, ganho R\$ 576...Isso pra pagar um aluguel e pra comer, né? Quer dizer, é inviável! São ajudas de custo mais de vinte anos defasados. E as pessoas

acreditam, lá fora, principalmente, que a gente aqui faz balbúrdia, né...Planta maconha...Essas barbaridades que esse desgoverno o tempo todo incita as pessoas contra a gente! Esse é um problema crônico no nosso país, a falta de educação, a manipulação da mente humana...E também, pelo povo não entender que é através da educação que vai libertar essa mente deles, né? Mas o fato que eu sempre digo nas congregações e reuniões abertas é que é fato que a academia, infelizmente, ela se isolou demais! E por ter se isolado tão excessivamente, ela hoje não é apoiada pela população, pela comunidade...Ela precisa se abrir, ela ainda tá muito tímida nisso...Ela está se abrindo sim, é óbvio, a passos muito lentos, muito vagarosamente, porque ela se isolou, ela acreditou que por ter a intelectualidade, ela seria por si só uma potência. Ela é uma potência. Desde que ela aprenda que ela sozinha não vai a lugar nenhum. Ela precisa da comunidade e a comunidade dela. O conhecimento empírico dessa comunidade precisa estar dentro da universidade. Ou é isso ou a universidade fica isolada o tempo todo que é o que está acontecendo. Precisamos sim, nos aproximarmos deles, abriremos a universidade pra comunidade, e vice-versa, porque trazendo essas demandas da comunidade, nós podemos fazer nossas pesquisas e dar o feedback pra essa comunidade. Não utilizá-los como ratos de cobaia. Isso é fundamental. Porque quando você faz isso, você queima automaticamente todos os que virão posteriormente a você.

Essa é uma fala que eu faço o tempo inteiro dentro da Unifesp hoje. Precisamos sim estar lá dentro. Dentro da comunidade. Precisamos que a comunidade esteja junto com a gente. Junto e conosco aqui dentro. Porque é nesse trabalho que a universidade vai se agigantar. É nesse trabalho que a comunidade vai olhar pra gente e vai dizer, não, eles não podem ser massacrados dessa forma, pois nós estamos junto com eles, nós vamos reivindicar que a educação seja prioridade. Por quê? Porque uma educação de qualidade muda pessoas...e pessoas vão mudar o mundo. Isso é fundamental.

Voltando ao Educafro Valongo aqui na Baixada Santista. O primeiro núcleo que eu estive foi o Pai Felipe, que não existe mais, né? Foi o primeiro núcleo na baixada santista, aqui em Santos. O Educafro se eu não me engano começou na Pouca Farinha, que eles chamam de Navegantes, né? E depois, ele veio, lógico, ele veio de São Paulo, e começou com algumas pessoas da baixada santista... A Ana Maria que levou pra igreja da ordem franciscana, e também, se

eu não me engano... Ah, agora não consigo lembrar o nome dela... Eu entrei em 97...setembro de 97, como aluno. No Pai Felipe eu fui aluno e também coordenador...E também, conforme foi dando andamento, a gente foi tendo alguns problemas com algumas pessoas voluntárias que tinham que trabalhar, alguns deles não estavam conseguindo conciliar as coisas...Eu e meu amigo Luiz Soledad, nós acabamos assumindo o núcleo, já na parte final dele, né? Quando a gente ainda estava no Dom Pedro...A gente passou pelo colégio aqui da Silva Jardim também, aquele colégio do estado...Passamos por alguns colégios até o núcleo fechar de fato, porque a gente já não tinha mais voluntariado pra tomar conta e pra dar andamento. Aí eu fui pro Valongo...Entre no Valongo em 2012, 2013... Fui pro Valongo, continuei a trajetória de estudar... Passei em alguns vestibulares, passei duas vezes na Federal de Mato Grosso pra engenharia florestal, o site deu problema duas vezes, nos dois anos seguintes que eu fiz, aconteceu isso...O site ficou fora do ar quinze dias, e na quinta-feira à tarde, 17h da tarde, ele voltou, e eu teria que estar em Mato Grosso, no Campus, no dia seguinte...E eu não tinha como, não tinha dinheiro pra bancar. Era R\$ 2.500,00 pra bancar com passagem, só pra fazer eu assinar um documento...Eu já tinha praticamente toda a documentação pronta, eu tive que fazer autenticações, é caríssimo, gastei dinheiro pra caramba com isso... Tive que fazer isso duas vezes, fiz isso no primeiro ano, no ano seguinte aconteceu a mesma coisa...Aí eu notei que, gente, não ia dar pra ir pra tão longe. E aí também, eu consegui em 2010, eu passei em Agroecologia na UFSCAR. Cheguei, passei pra UFSCAR em Araras, fiz a minha matrícula tudo direitinho, num sábado à tarde, voltei pra Santos, tinha esquematizado tudo com meus primos e com meu tio pra que eles ficassem responsáveis por olhar a minha mãe e tal, né, deixei todos os papeis com senhas, tudo direitinho pra eles irem junto com ela receber o benefício dela e tal...Mas alguma coisa me disse que eu não deveria ir terminar de fazer a matrícula na segunda-feira. E aí também consegui uma bolsa de 100%, que deveria ser do Prouni, aqui na UNISANTOS, pra engenharia de petróleo...Eu era turma 02 deles, e essa bolsa acabou... Continuando o assunto da UFSCAR, eu acabei ficando porque eu notei que realmente não iria dar certo...E nem meus primos e nem meus tios foram ver minha mãe durante esse processo...Porque eu estava em casa e eu conversei com eles e falei: "Poxa, vocês sabiam que eu fui pra UFSCAR, eu vou ficar lá,

talvez eu volte uma vez ou duas vezes no ano, porque não vai ter dinheiro pra voltar” E aí eles responderam: “Poxa, pensei que você estava blefando, pensei que você não iria”. Eu disse: “Poxa, você sabe que eu iria. Eu passei numa federal, num curso que eu gosto, num curso legal.” Mas enfim, eu percebi que não ia ter ajuda e nem condições de pedir ajuda pra outras pessoas que não fosse eu mesmo...e Deus. E aí foi complicado, vi que não ia ter ajuda de ninguém e tive que me virar sozinho. Sozinho entre aspas, né. Eu e Deus. Meu pai já tinha falecido, em 2004. Em 2010 mesmo, aí eu voltei, já tinha bolsa, já tinha ganho uma bolsa de 100%...Só que essa bolsa se transformou em três bolsas diferentes, problema lá com a forma que a UNISANTOS sempre faz...Que é sempre muito cruel essa situação, a bolsa que deveria ser Prouni não era mais Prouni, era bolsa Mérito e não sei o quê...E tudo isso me perturbou bastante, me desestabilizou bastante, e durante o processo eu disse “Ah...não vou conseguir estudar dessa forma”, sem saber se eu teria que pagar ou não no final do mês. E aí durante seis meses eu fiz...E aí eu tranquei...E eles não tinham me dado nenhuma perspectiva que essa bolsa iria continuar no semestre seguinte. Aí eu tranquei...Voltei pro Educafro estudar, foi quando eu passei nas duas vezes no Mato Grosso...Passei uma vez na UNIFESP também, pra Serviço Social, e acabei, por problemas pessoais, acabei nem vendo a minha vaga...E aí, me toquei, que não vou ter dinheiro pra nada, que não seja estudar por aqui...Então vou ter que dar um jeito de passar numa pública aqui.

Foi quando eu vi a UNIFESP e o Campus Ciências do Mar... e ah eu gosto do mar, tem tudo a ver comigo, sempre me dei bem com a coisa marinha... Então, eu disse, ah, vou tentar entrar no BICT-MAR. E entrei em 2014, 2015...

E aí voltei pro Educafro...Foi uma decisão...Que aí você já conhece a universidade e ter que voltar pro cursinho é complicado. Foi um momento que eu tive que respirar fundo, tomar coragem...disse “não, eu tenho que voltar porque eu preciso mudar minha vida, mudar meus paradigmas, mudar minha vida de fato”. E através da educação é a única forma. E eu prometi isso pra mim mesmo e pra minha mãe que continuaria. E aí entrei na UNIFESP, no BICT-MAR, e todo esse processo de fazer esses debates contra o racismo dentro dessa instituição...É uma instituição na qual o racismo é estruturado, tá na estrutura dela...É complicado, não é fácil fazer esse debate, principalmente dentro do meu curso, que poucas pessoas tem coragem de fazê-lo e alguns

poucos professores estão abertos a escutar isso, né...Não só no meu curso, mas notei há pouco tempo também que a própria Silva Jardim também é complicado. O racismo estrutural é complicadíssimo dentro dessa instituição. Cada dia mais presente, mais notório. Tivemos alguns fatos complicados já, né, de racismo contra alunos. Aqui a gente sabe que ele existe, mas é velado, como todo racista, ele não vai ser um racista qualquer...Então, esse meu “esticar um pouco a minha graduação”, que eu vou ter que pedir mais tempo pra concluí-la, foi durante esse processo, antes de vir pra cá eu tive depressão, não tinha internet em casa pra estudar, tinha internet somente aqui na faculdade...Tive também problemas de adaptação, né, foi muito complicado, a busca pelo trabalho o tempo todo e o meu jeito de me cobrar o tempo todo, isso me levou a ter depressão, ter crise de ansiedade...A universidade tem uma dificuldade muito grande nessa permanência desse aluno, porque ele traz umas demandas das quais ela nunca precisou fazê-lo, né? Porque é fato que a universidade pública ainda é muito elitista, a maioria das pessoas são brancas, ricas, né? Ou vem de classe média muito alta ou ricas mesmo...Nesse instituto principalmente, ele é assim, né. É bem gritante. Então eu nunca saí do Educafro, né...eu já dei aula de biologia lá, quando era aluno ainda, mas tive que parar por causa da demanda da faculdade em si. Hoje em dia não dou...Eu faço parte da coordenação, aliás, fazia parte da coordenação até poucos dias atrás...Tive que me ausentar dela, até por questões pessoais, né...E hoje em dia, não faço mais parte da coordenação do Educafro, mas tenho um carinho muito forte, muita gratidão. Eu notei que uma parte da Educafro que eu conhecia, a essência dela, acabou se perdendo com o tempo, né...Dentro da estrutura administrativa, dentro da parte administrativa. Eu vejo que hoje a Educafro está querendo se tornar praticamente uma empresa...E isso me causou um pouco de incômodo com isso que está acontecendo...No sentido de mercadoria, no sentido de expor para o voluntário, principalmente aquele voluntário que tá na coordenação, que ele seja eficiente durante o processo...E sem entender que esse voluntário...Primeiro o nome já diz, ele é um voluntário, ele não tá ganhando nada pra isso e ele não tem tanto tempo pra isso. O tempo que ele tem, ele tá se doando pra aquele momento, se é uma hora ou duas horas, é aquele momento que ele tem. É o único momento que ele tem. É você querer impor a esse voluntário coisas que ele não vai poder cumprir durante o processo. Por exemplo, ele tem um trabalho, ele tem a sua

vida social, ele tem a sua própria universidade pra cuidar, ele tem que estudar... Então, ele ainda vai ter tempo pra ter toda essa demanda e que ela seja feita em determinado momento. Então, essa é a essência que eu digo. Mas a essência em si, das aulas de Cidadania nunca mudaram, graças a Deus.

O nosso núcleo é bem diverso, ele tem todas as idades, todas as raças... Todas as raças não porque só existe uma raça, humana, mas todas as cores, né...E todas as idades. A nossa faixa etária é desde as pessoas mais novas, até as pessoas mais velhas que nos procuram porque querem fazer uma universidade, porque é um sonho muito antigo... Às vezes trabalhou a vida inteira e disse “agora é meu momento de fazer minha faculdade”, porque é um sonho pessoal daquela pessoa.

O critério é renda baixa. Baixa renda. Sempre foi e sempre será de renda baixa. Apesar que a gente tem, hoje em dia, já tem alunos que fizeram cursinhos pagos e que já estão indo para o Educafro porque não estão conseguindo pagar os cursinhos. Não é o nosso público alvo. Nunca foi, né. Mas a gente tá percebendo que está havendo uma mudança nesse sentido, né. Porque já perceberam que muitos dos nossos alunos estão conseguindo entrar em universidades públicas, né. Então esse novo público, que antes...Então existe uma potência no Educafro que os outros cursinhos não oferecem e, conseqüentemente, as pessoas não conseguem acessar um ensino de qualidade. É, o nosso objetivo sempre foi e sempre será, pelo menos o meu, é que os nossos alunos, principalmente os pretos e pretas de baixa renda entrem sim nas universidades públicas, né?

Então, com esse novo olhar que a gente tá recebendo da sociedade, que é os nossos alunos, apesar com todas as dificuldades que a gente tem, financeiras que a gente tem, eles estão acessando as universidades sejam elas particulares ou públicas, mas principalmente as públicas... Esse novo olhar está sendo direcionado pra gente. Esse olhar desses alunos que às vezes não consegue pagar um cursinho caro regular durante muito tempo. Então, esse público, ou consegue pagar, ou então querem, tipo... E hoje, em dia, há sim, há pessoas que querem se aproveitar dessa coisa das cotas, né... Pessoas brancas entrar usando cotas pra negros. A gente já teve problema esse ano na UNIFESP... E essa comissão que está sendo montada é exatamente pra isso, é pra que seja coibido e seja denunciado. E se puder, eu quero fazer parte dessa

comissão. Eu só não vou poder participar dela agora porque eu estou com uma demanda muito alta de coisas no momento. Estou na congregação como discente e estou no centro acadêmico também. Mas eu gostaria muito de poder colocar alguém de nossa confiança lá dentro dessa comissão pra que a gente tenha voz discente nessa comissão, e possa fazer as denúncias, caso venha acontecer. Porque eu não acho justo uma pessoa branca, rica, pegar a vaga de um cotista negro ou uma cotista negra, e... Porque eu acredito que, além disso ser crime, eu acho que isso é muito má fé da pessoa, né. Então, é por isso que eu continuo lutando, pra que essas pessoas que são discriminadas pela sociedade, que estão à margem da sociedade, possam sim ocupar esses lugares aqui dentro que é um direito deles. Eles pagam impostos caros e eles precisam estar aqui dentro. Eles precisam trazer as suas demandas e essas demandas são várias. E por si só a universidade hoje, esse conflito que há, é exatamente por isso. Por causa dessas demandas que jamais foram contempladas. Então, por isso que eu acredito que as aulas de Cidadania dão um arcabouço bastante considerável pra essas pessoas, porque a maioria delas chega realmente com muitas demandas. Às vezes a gente precisa trabalhar essas demandas junto com elas, né? A gente faz isso o tempo todo, junto com essas pessoas, porque essas demandas são bastante significativas... São demandas psicológicas, às vezes, muitas delas chegam com comprometimento psicológico, por causa do racismo em si, por causa do meio do qual eles vivem... Dessa pobreza, toda essa situação criada...

Quem tem dinheiro jamais vai saber o que é passar fome, que é uma das coisas mais cruéis que pode acontecer com um ser humano é passar fome, né, e morar numa rua... São coisas extremamente cruéis e de uma agressão... Sem palavras, né. Então, acredito que o Educafro sim, ele te dá um arcabouço, ele não te prepara... Mas ele te dá um arcabouço significativo pra que você faça esse enfrentamento quando você entra numa universidade pública. Seria muito pior se não houvesse, se a gente fosse um cursinho regular, de fato, né, e é exatamente essa a parte das nossas aulas de Cidadania, que eu acho fundamental, pra que as pessoas se apropriem desses conhecimentos, dessas pessoas que lá estão fazendo suas narrativas, contando suas histórias, se apropriem disso, e entendam o tamanho do desafio que é, entrar numa universidade pública... E a gente sempre deixa muito claro isso. A gente deixa

sempre isso muito claro, porque os desafios são enormes... Você tá competindo com pessoas que praticamente tiveram a vida delas sendo preparadas pra entrar numa universidade pública. Elas sempre tiveram tudo...

No fundo assim, esses meninos, essas meninas, foram preparados durante todo esse tempo pra que elas pudessem acessar uma universidade pública. Essas pessoas pobres não, muito pelo contrário, elas foram despreparadas para não acessar, para não chegar, para não competir, para principalmente, acreditar que ela não é capaz e que aquele lugar não a pertence. Que aquele lugar, não é o lugar dela. E é justamente isso, que a gente faz, o inverso, mostra pra ela que aquele sim é o lugar dela, é o direito dela... Porém, ela tem que se preparar para o embate que ela vai sofrer lá dentro... E que não será fácil. Então, a gente acredita que com todo esse arcabouço, ela possa fazer, pelo menos, o embate mínimo. É lógico que ela vai ter que se apropriar de “n” conhecimentos posteriores e durante o processo que não será fácil, porque só quando a gente tá aqui dentro, a gente percebe o quanto é difícil permanecer aqui dentro...A dimensão da coisa é diferente. E a gente sabe que... É fato, a gente ainda não está numa das piores universidades, a gente tem coisas que são coisas que são muito mais elitistas do que a própria Universidade Federal de São Paulo, por exemplo, a gente tem uma USP da vida... Que é muito mais complicada! Pra um aluno preto e pobre, pra um aluno preto, pobre e gay, complicou muito mais! Pra comunidade LGBT, pra um indígena, complicou mais ainda... Só por esse pequeno detalhe que eu acabei de falar que são pretos, pobres, LGBTs, deficientes físicos e indígenas...

A gente tá falando de uma comunidade, que nós somos a maioria esmagadora dessa população, e somos nós que somos excluídos, não eles, brancos, ricos! É exatamente o oposto que está acontecendo nesse país! Quem tá sendo excluído da universidade pública somos nós, a maioria da população, que paga seus impostos, pagamos caríssimos, proporcionalmente, que bancamos tudo isso, e somos nós que somos colocados pra fora da universidade, né. Enquanto eles, sempre tiveram todo esse preparo, eles poderiam estar em Harvard se eles quisessem! Harvard, qualquer outra...Mas não estão por quê? É fato... Muitos deles foram preparados, mas nem sempre vão aguentar... Eles não aguentam um terço de todo o sufoco, de toda a pressão que a gente passa a vida toda! Eles não estão preparados pra isso. A gente

chega aqui, a gente luta por essa vaga, como um prato de comida, porque nós fomos ensinados assim. A necessidade nos fez fortes. Mas nós não precisamos ser Super-Homem, nem Mulher Maravilha o tempo todo! A gente passa isso pra eles, você não precisa ser Super-Homem, não precisa ser Mulher Maravilha o tempo todo. Você vai ter que ser forte, mas você não tem que botar a capa do Super Homem, a capa da Mulher Maravilha, e dizer eu sou a Super Mulher! Não, não é isso. Se você não tá bem, procura ajuda. É fundamental. Faça com que a universidade olhe pra vocês. Diga, olha, “essas são as nossas demandas, precisamos de ajuda psicológica sim, porque necessitamos estamos sofrendo”. Olha, “precisamos de ajuda sim, porque necessitamos”, e essa universidade hoje, é fato, que ela está assustada sim, porque nós trazemos pra ela demandas que até então ela nunca precisou fazer nada disso. Ela sequer pensou nisso. A universidade pública jamais foi pensada pra esse público. Então, quando nós entramos, nós trazemos demandas e necessidades, que pra ela é muito novo... Aliás, não é novo, nunca foi pensado e nunca foi sequer olhado de fato. Quem trouxe essas demandas foi o REUNI...

Nós fazemos, nós procuramos mostrar esse cenário de uma forma bem realista. Olha, vocês vão enfrentar isso. A gente não tá aqui pra assustar vocês, mas a gente tá aqui pra falar a realidade. A realidade hoje é: nós temos as universidades públicas que vocês vão conseguir entrar sim, se vocês estudarem, se vocês se esforçarem...A gente tá aqui dando toda essa gama de conhecimento pré-vestibular, mas o maior conhecimento que vocês vão ter é o conhecimento da vida. A aula de cidadania é fundamental pra que vocês entendam e se apropriem desses mecanismos pra vocês façam esse embate lá dentro. Porque esse embate, se vocês não fizerem, alguém vai fazer por vocês. Aliás, ninguém vai fazer por vocês. Mas vocês têm que deixar claro as demandas de vocês. Vocês não podem ficar o tempo todo abaixando a cabeça e dizendo “amém”. Não podem. Não devem. Porque é um direito de vocês. Vocês não estão lá de graça, vocês pagam aquela estrutura. Vocês não são “tadinhos”, “coitadinhos”, não. Você é uma mulher que tem suas demandas e suas necessidades, você é um homem que tem suas demandas e suas necessidades. Você é capaz. Tanto quanto eles. Você só precisa da oportunidade. Tendo oportunidade, busque, lute, brigue sim, seja o que for. Lógico, você tem que se apropriar desse conhecimento pra fazer uma briga interessante. Não é ficar... Às

vezes você vai ser obrigado a gritar, mas você não vai levar tudo no grito. Então, você precisa se apropriar de alguns conhecimentos pra fazer um bom embate e fazer essas pessoas minimamente se questionar...O que ela já trouxe, o que ela vem a vida inteira trazendo...

O quanto que essas pessoas são privilegiadas... Você tem que questionar esses privilégios. É isso que você tem que aprender a se questionar. E às vezes as pessoas porque estão aqui dentro, elas não se questionam, que elas são privilegiadas, sempre foram privilegiadas a vida inteira e elas não conseguem entender porque elas não querem sair do seu pedestalzinho, o quanto que elas são privilegiadas, o quanto que elas nunca passaram por necessidade alguma... E elas não conseguem entender o básico, o porquê aquele pessoa, às vezes, não consegue ter o mesmo desempenho acadêmico que o outro. Às vezes é por motivos básicos, por falta de comida, às vezes o motivo porque ela tem que pagar aluguel e ela tem que pensar com o que ela vai precisar trabalhar pra ela poder pagar aluguel e comprar comida no dia seguinte...

E tem filhos, e enfim... E aí as pessoas não querem se questionar com coisas básicas, com seus privilégios... Elas não querem olhar pra si mesmas e dizer “eu sou uma privilegiada”. É difícil fazer essa auto análise e a maioria das pessoas não tem nenhum tipo de senso crítico, porque a vida inteira ela sempre teve tudo. Sempre foi uma pessoa privilegiada, sempre foi muito mimada e não consegue entender o básico: Que o mundo fora da bolha dela não é assim, e que essas pessoas, a vida inteira vivia numa bolha. Só que quando ela é enfrentada, ela é colocada de frente pra realidade, choca demais... E aí ela se fecha novamente na bolha e diz “não, mas isso não é real”. Não, é super real. As pessoas fora da sua bolha, elas passam fome, fora da sua bolha, elas são agredidas por uma polícia, por uma autoridade, que deveria protegê-las e não espancá-las, que deveria servi-las e não matá-las. Entende? É isso, a sua bolha, a cor da sua pele diz pra você, e a sua condição financeira, diz pra você que você é uma privilegiada...

Entrevista/Narrativa de Débora Alves Camilo

Advogada e professora de cidadania nos núcleos Educafros da Baixada Santista. É Líder do PSOL na Baixada Santista e foi aluna do Núcleo Educafro Valongo durante os anos de 2006 a 2007.

Eu sou Débora Camilo, tenho 39 anos, sou solteira, advogada, tenho uma filha de 21 anos e uma netinha linda de 4 anos. Minha filha também é aluna agora, do Educafro, pretendendo também fazer faculdade... Estudei durante toda a minha vida, ensino médio em escola pública, no ensino fundamental, eu estudei boa parte ali na escola ali no bairro do Macuco, no Estuário, Escola Auxiliadora... Depois dois anos eu fui pro Martins Fontes que é ali no Morro da Penha, ali no bairro do Saboó, e depois retornei novamente pro bairro do Macuco... aí depois estudei um período no Ablas, depois no Andradas, onde eu fiz ensino técnico em contabilidade, que me ajudou aí nos primeiros empregos, né... Trabalhei em contabilidade...

Eu fui mãe aos 18 anos, né, engravidei aos 17, no terceiro ano do ensino médio, então, foi uma dificuldade, né, até pra me manter na escola... Mas ainda diferente de outras garotas que passam por esse processo, eu tive apoio da família... Então eu consegui contar com a minha família, que me deu apoio, né, e fez com que eu conseguisse terminar o ensino e, posteriormente, arrumar emprego. E, assim... eu lembro de sempre ter planos, né, eu vislumbrava sair do ensino médio e já partir pra uma universidade, mesmo sem saber como; porque naquele momento, eu não conhecia nenhum tipo de política pública, não sabia absolutamente nada, e também não teria condição de pagar uma universidade. Meu pai trabalhava na Codesp, né, ele era doqueiro, e minha mãe era do lar, né, não trabalhava fora, mas trabalhava dentro de casa, e tal... Garantia né, toda a nossa estrutura, ali dentro de casa. Então, eu tenho mais dois irmãos, uma irmã que é dois anos mais nova que eu, e meu irmão caçula, que hoje tá com 33 anos. Então, não teria condições. Então..., mas eu engravidei e fiz meio que um projeto de que eu aguardaria minha filha ter um pouquinho mais de idade, pra que eu pudesse retomar os estudos. Mas aí as coisas vão passando, ela já com oito anos, eu vinha numa fase não muito boa da minha vida, e minha mãe insistiu muito pra que eu retomasse, e ela ficou sabendo do Educafro. Na época, ela viu uma reportagem no jornal, e ela me falou do Educafro, e eu contra a vontade, não tinha vontade nenhuma de vir... Vim por insistência dela. No último dia, aqui no Valongo... Isso era 95... eu não lembro se era final de 95 ou 96. Não,

desculpa. 2006, gente, desculpa. Final de 2005 ou início de 2006, eu não lembro agora, ao certo. E eu vim no último da inscrição, sem nenhum documento. (Risos). Porque era pra não dar certo.

Eu estava disposta a não fazer. Aí pro meu azar ou sorte, eu chego aqui, e quem é um dos coordenadores era o Júlio. E o Júlio era meu vizinho, né. Eu morei durante muito tempo ali no bairro do Macuco, e ele mora numa rua paralela à minha, né... Então, aí ele falou assim “depois você traz a documentação”. Então, não tive como escapar!

Aí... Eu... a minha primeira turma foi em 2006, aqui no Educafro, então, começo o Educafro. Em várias ocasiões trazia a minha filha junto, porque não tinha como... E aqui, as aulas, naquele ano, eram só de sábado. E era sábado das 08h às 20h. Era o dia inteiro, era um momento, aqui... Hoje, eu brinco, né, tem até o professor Douglas, eu gosto muito de brincar com ele, e eu falo “hoje, os alunos não sabem o que é aquela dificuldade...” Hoje eles tem voluntários suficiente para fazer almoço, tal... E tem um almoço, né?

Muito bom. E na época, a gente comia, salada de cebola com milho e ervilha. Era o que tinha ali, a gente juntava... Um arroz com linguiça, um feijão com linguiça e uma salsicha de procedência duvidosa. (Risos). E a gente... e foram dois anos assim, né. Mas foram anos também muito bons... Desde as amizades, que se criaram, que surgiram aqui... Porque a gente se encontrou nas dificuldades, né? Quem estava aqui era porque tinha algum nível de dificuldade, então a gente tá com os iguais, então fica muito mais fácil a sobrevivência... E aqui eu tive oportunidade de ter acesso a questões que eu, por mais que eu gostasse, né, eu não tinha aonde... eu gostava de determinados temas, e eu não tinha aonde debater, conversar.

Eu venho de uma família... Minha mãe é nordestina, ela veio pra cá com dois anos... Meu pai é de Santos, mesmo... Só que meu pai estudou até a quarta série, ele começa a trabalhar desde os dez anos de idade... Trabalhou em navio de pesca, trabalhou ali na época que era o “entrepasto”... Então, foi alguém que precisou deixar a escola, pra poder trabalhar... E a minha mãe também fez até o quinto ano, né, e não teve oportunidade de retomar os estudos, é uma mulher negra, né, então ela começou a trabalhar muito nova, já dentro de casa, e depois, foi trabalhar em casa de família... E desde os doze anos, trabalhou em casa de família, como babá, e tal. Mas eram pessoas que sempre entenderam o estudo

como algo necessário pros filhos. Mas por questões financeiras não conseguiram dar um ensino de melhor qualidade. E meu pai era uma pessoa de esquerda, né... Meu pai não estava no sindicato, mas ele estava em convívio no sindicato, era um trabalhador que se envolvia nos detalhes do sindicato. E sempre participou das greves, estava sempre participando das greves, quando houve a grande greve aqui do porto, ele foi um dos que foi mandado embora, naquele período, se eu não estou enganada foi em 91 ou 92. Então, ele foi um dos portuários mandados embora, quase cinco mil portuários mandados embora, e teve aquela grande greve que mobilizou a região, né... Não só Santos, mas a região... Meu pai era uma pessoa de esquerda, então, eu trouxe isso, né... E eu não tinha, naquela época, a gente não tinha acesso à internet, não tinha, né, internet, não tinha absolutamente nada, e as pessoas que eu tinha mais contato, não eram muito dadas à esse tipo de debate, né. Mas aí eu vim pro Educafro e aqui eu tive contato com a aula de Cultura e Cidadania, que hoje é a que eu tenho prazer de estar enquanto professora e coordenadora... E o Júlio era meu professor, né? Adoro falar isso pra ele, aí ele me lembra que eu sou avó! (Risos). E eu posso dizer que eu tive, assim, a partir daqui do Educafro, eu tive uma mudança total na minha vida. Eu falo que foram dois momentos que me deram oportunidade de conhecer alguns mundos diferentes: foi o Racionais MC, com a música "Voz ativa", quando eu ouvia, eu assim... "mas, quem são essas pessoas?", "quem é Malcolm X?", ouvia muito falar de Martin Luther King...mas "quem é esse tal desse cara aí"? Aí eu vou pesquisar e eu conheço, né... uma outra realidade, figuras que começam a ser referenciais pra mim. E o Educafro, né. E aqui eu consegui mudar um monte de opiniões que eu tinha, até porque a gente vive meio moldada, né, ao que a grande mídia nos passa... E daqui eu tirei toda a base que eu tenho, né... não que eu tenha muita, mas aqui, o Educafro é meu referencial e eu digo que hoje, de todos os projetos dos quais eu participo, é o que eu tenho um carinho maior e o que eu acredito que mais opera mudanças reais, porque eu sou filha desse projeto, né. Eu digo que talvez, se eu não tivesse a insistência da minha mãe e ter aí a possibilidade de retornar mesmo depois do prazo trazendo a documentação e iniciar, eu não sei onde eu estaria, né, até porque o caminho de muitas garotas que engravidam durante a adolescência, nem sempre são os mais fáceis, né? Até porque a minha realidade não foi muito

diferente de muitas, a ausência do pai, mas com o diferencial da família ajudando.

Então, eu fiz dois anos aqui do curso no Educafro, e em 2007, eu prestei o Enem, com todas as dificuldades em exatas, que a pessoa de humanas pode ter (risos), mas consegui uma boa nota, e em 2008, eu consigo uma vaga no Prouni, com bolsa 100%, indo pra Unisantos, né... Então, eu fiz o curso de direito na Unisantos, e naquele período, o Prouni dava opção de cinco alternativas, e o único curso que eu sempre quis fazer foi Direito. Eu digo assim, o Direito nunca foi pra mim, uma perspectiva de ganhar dinheiro, mas eu acreditava que em algum momento ele poderia ser uma ferramenta, um instrumento, né. Então, eu escolhi Direito à noite, Direito de manhã, Direito à noite, Direito de manhã, Direito à noite... E apareceu isso aí, e foi. E a minha primeira opção, eu consegui... Então, eu fiz Direito na Unisantos, durante cinco anos...E esse período do Educafro, eu costumo dizer que... eu falo muito pros alunos, que aqui é difícil, mas a universidade é muito mais difícil... Aqui a gente tem os problemas que todo local de trabalho comunitário têm de estrutura, de trabalho voluntário... Aqui no Valongo a gente tem um pouco mais de possibilidade, até porque nós estamos há mais de 18 anos no mesmo local, então a gente tem um pouco mais de estrutura, mas por vezes a gente se vê em alguns embates, eu, durante esses dois anos, não conseguia vir em aulas por falta de dinheiro de transporte, era problema de não ter com quem deixar a mina filha... Por vezes, ela tinha que vir, e é um sacrifício pra uma criança, né, estar aqui, apesar de que ela conseguia se virar muito bem... E aqui ela tinha amizade até com as senhoras da ordem franciscana, que não sabiam de quem ela era filha, até que um dia eu a chamei, e ela assim, “Débora, ela é sua filha?” e eu falei “É”, “é porque ela vem pra cá e ajuda a gente, ela fica aqui sentada ajudando a gente, mas a gente não sabia de quem ela era filha”, e ainda contava com a ajuda dos demais que estavam no núcleo. Então, eu tive essas dificuldades, dentro desse período aqui no Educafro, mas contava com ajuda, né, as professoras de orientação vocacional na época que eu decidi me afastar do curso, vieram conversar, pedindo pra que eu pensasse, porque estava próximo do Enem, faltava pouco... Até pra que eu tentasse superar as dificuldades, foi fundamental aquele apoio, aquele esforço... E deu certo, né. Aí eu fui pra universidade, que é uma universidade privada, a Unisantos, que é uma das mais tradicionais aqui da região, é a primeira

universidade que teve curso de Direito aqui, né, conhecida como a “Casa Amarela”, e como a gente sabe, como toda escola, como toda universidade, mais tradicional - e as menos também, ainda você tem uma elite, que transita ali naquele espaço, e eu sempre tive a postura de nunca deixar de lado quem eu sou, né... Não deixar de demonstrar quem eu sou. Então, eu sempre fiz questão de ir com a minha blusa do Educafro, sempre disse que era bolsista, e não tinha problema nenhum enquanto a isso, não deixei de militar no período em que eu estava na universidade, mesmo com dificuldade, nós participávamos nos atos, e os professores sabiam desse meu engajamento... Então, tem o lado bom e o lado ruim: você vira referencial de alguma forma, né... Bom e ruim. Então, tem pessoas que se aproximam por causa da luta, né, da militância, e aquelas que se afastam e te apontam... Por incrível que pareça, durante esse trajeto, eu não tive problemas com os professores, né, o que é difícil, e até tenho amigos hoje que foram meus professores e hoje, consegui trazê-los ainda aqui pro Educafro pra falar sobre a profissão, pra dar alguma aula de Cultura e Cidadania, por que tem a necessidade do projeto, mas com os alunos já não foi tão assim... Então, aí você tinha desde pessoas que vinham apontar dizendo que eles pagavam a faculdade pra mim, né, porque eu era bolsista, e eu precisava responder, dar toda aquela aula, pra que eles entendessem porque eu não estava ali graças a ele, e porque havia necessidade de programas como o Prouni... E até o momento que eu, pra apoiar uma amiga a entrar na comissão de formatura, que só tinha homens, eu me coloquei na chapa, né, e não tive nem meu voto porque eu votei nela, porque eu não queria, mas eu sabia que havia pessoas no local, fazendo a campanha contra, dizendo que se eu entrasse, eles teriam a formatura na laje, a festa seria na laje, em uma favela... E coisas desse tipo. Se fosse seria bem animado, né, não que não tenha sido muito boa a minha festa de formatura, né, mas... são os preconceitos e estereótipos que as pessoas têm, não conseguem sair do seu quadrado, não conhecem a cidade, vivem aquele mundinho e só.

E o Educafro, ele me ajudou a nesses momentos, né, ter uma estrutura pra poder enfrentá-los, porque é difícil conseguir entrar na universidade, mas é difícil permanecer na universidade, porque... isso vem desde questões estruturais, porque por diversos momentos, eu sempre trabalhei, eu trabalho desde os quatorze anos, e durante a universidade não foi diferente, mas por diversos momentos, assim, aquele salário que se eu tivesse que pagar a

universidade, eu não teria condições de pagar, porque não era o suficiente... Eu lembro que eu fiz o Prouni e eu havia feito o vestibular da Unisantos e eu consegui nota pra me matricular, e eu fiquei naquela, né... “O que eu faço, eu espero o Prouni, eu me matriculo?”, aí minha mãe “não, vamos lá, vamos fazer” e eu, na época, eu ganhava 900 reais, e a universidade com desconto – eu lembro exatamente dos valores, porque era emblemático, a universidade com desconto dava 750 reais. Aí eu falei “mãe, eu não vou passar do primeiro mês”, ela “não, vamos que a gente faz um esforço”, um amigo me deu um valor, minha mãe me deu outro, eu peguei mais um pouco e fui fazer a matrícula, com uma dor no coração... Eu acho que eu era a pessoa mais triste da fila. Fiz a matrícula, mas já sabendo que nos próximos meses, eu não teria condições de me manter ali, né. Mas aí, quinze dias depois, veio o resultado do Prouni, e foi um alívio, ainda consegui ressarcir o dinheiro da matrícula. Mas, e, por diversas vezes, você não tem dinheiro muitas vezes pra ir pra faculdade, você não tem dinheiro do lanche, aí você sai do serviço, o dia todo, você vai pra faculdade, e só vai comer quando você chega em casa. Você não tem dinheiro pra comprar os livros que são pedidos, e, por vezes, a biblioteca não tem a quantidade suficiente pra todos os alunos. Você não tem dinheiro pra xerox. É dificuldade que a maioria da população pobre que entra na universidade passa, então, essa é a nossa realidade, eu acredito que eu não estou contando nenhuma novidade. Talvez pra quem nunca passou por isso, né, que acha que é comum você passar de ano na universidade e seu pai trocar o carro, e te dar de presente, porque essa era a realidade de muitos ali, né... Então, cada ano que o pessoal passava, o pai trocava o carro, aí você sabia que quando se formar, ia ter um escritório, ou poderia continuar estudando pra poder fazer concurso público... Essa não é a realidade da maioria da nossa população, então, o Educafro me deu essa estrutura, e por vezes, eu retornava pra cá, até pra ter o contato, pra me energizar, e poder retomar... Então, foram cinco anos, muito difíceis, mas também foi muito rico, eu tive contato com pessoas das mais diversas, e consegui, me formei em 2012, e em 2013, eu retornei efetivamente pro Educafro, como professora e coordenadora.

Recebi o convite pra assumir justamente a matéria de Cultura e Cidadania, que pra mim, era a melhor que tinha, e eu ainda consigo que é a melhor que tem. (Risos). E estou aqui até hoje, com todas as dificuldades do

tempo, mas a gente tenta se organizar pra poder estar, porque eu sei o quanto esse projeto é essencial. E não é uma dívida que eu tenho, uma “dívida de gratidão”, “eu me sinto obrigada a estar aqui”. Não, mas é um lugar em que eu me sinto bem, e eu sei o quanto é importante um projeto como esse, não só se manter, mas se expandir, num momento tão difícil da sociedade que a gente vive, né. Se a gente passou por um período onde a gente teve uma redução da procura, porque haviam programas que facilitavam um pouco mais o ingresso da população pobre e negra nas universidades, hoje a gente tem um ataque à tudo isso, então, o retorno dessas pessoas pra cursos como Educafro vai ser muito grande, e a gente precisa estar preparado pra que essas pessoas tenham condições de estar aqui...Então, é...o Educafro foi a base de tudo, né, pra mim, pra eu me conhecer mais ainda, né, enquanto uma pessoa pobre, saber o local em que eu estou, entender essa questão da luta de classes, e como que o sistema funciona enquanto mulher negra. Até porque a gente sabe de como o racismo opera, como o racismo estrutura as desigualdades, e eu poder estar aqui, e... Não que eu não que eu não me reconhecesse enquanto mulher negra, porque isso nunca foi uma dificuldade pra mim... Mas, conhecer minha trajetória, das lutas, conhecer mais das conquistas, saber que não há um vitimismo, um “coitadismo”, um “mimimi” quando se trata de cotas, quando a gente vai debater política pública, ação afirmativa...

Então, tudo isso pra mim foi essencial. E, durante a universidade, eu nunca deixei de militar, aí a partir de 2010, eu começo a me aproximar do PSOL... Eu era filiada ao PT, mas nunca militei, né. Era aquela filiação de dar apoio, mas nunca militei. E começo em 2010 à me aproximar do PSOL, em 2012, eu me filio, aí a partir daí, eu começo a minha trajetória política, né...de construção do partido; e em 2014, eu saio pela primeira vez candidata à deputada estadual, então, a candidatura, é... muito mais pra ajudar na composição da chapa, não enquanto mulher laranja, porque isso a gente não tem, mas porque nós precisávamos ter uma campanha na região, na baixada santista, e eu sabia da importância que era cada voto pra que até os nossos parlamentares se mantivessem. E aí em 2014, eu saio candidata, e em 2016, eu me candidato à prefeita de Santos, que foi um desafio imenso, porque era uma campanha sem estrutura, como tem sido todas as demais, e num momento pós golpe, né, porque nós tivemos aí em 2014, todo o esforço pra que não houvesse

o mínimo de uma ruptura, ali, com a entrada da direita... Então todo o esforço pra reeleição da Dilma. Mas aí em 2016, o golpe revestido de Impeachment, né, e que retira a presidenta eleita, e já em 2016, a gente na campanha do Fora Temer naquele período.

Com todas as dificuldades, eu acredito também que foi uma experiência também muito boa, porque me deu a oportunidade de conhecer mais a fundo a cidade, as necessidades, porque até então a gente faz um debate muito superficial, e quando você vai montar um programa, você precisa conhecer do que você tá falando, e aí você se depara com questões que você nem imaginava que existiam. E pra mim foi muito rico isso, né, esse período de 2016 antes das eleições... E passo um período a militar no MTST, no Movimento Dos Trabalhadores Sem Teto, também, junto ao setor jurídico, que pra mim também foi fantástico, ter a oportunidade de estar em ocupações, de trabalhar a questão da moradia, de fazer um debate sobre o direito à cidade, e você vê também a transformação de pessoas que iniciam a princípio na busca de moradia, e depois se transformam, porque vê que moradia não é suficiente... Então, pra mim também foi uma experiência tremenda.

Em 2018, eu saio candidata à Deputada Federal, né, também uma candidatura sem estrutura, como é a maioria das candidaturas do PSOL, dos partidos ideológicos, menores, mas também foi uma experiência muito no momento mais difícil, que foi 2016, até porque se nós tínhamos a entrada da direita, o que nós tínhamos aí se apontando era a extrema direita chegando, e o momento, é um ano de questões muito complicadas, como a morte da Marielle, então a gente viu que não seria um ano fácil... E não foi, como também não está sendo, né. Mas também foi uma experiência fantástica, que a gente vai acumulando um pouquinho mais de experiência e consegue ter contato com temas e com pessoas, e a gente também ali, a gente vai conhecendo as nossas limitações, mas principalmente, apontando o que nós precisamos melhorar, até pra que a gente consiga reverter alguns quadros.

Mas assim, em resumo, todo esse contexto, toda essa minha história, tudo isso só foi possível graças ao Educafro, né, que mais que um cursinho pré-vestibular, mais que um cursinho que quer colocar pretos e pobres na universidade, ele é um transformador. Ele transforma vidas, ele salva vidas, né, até porque você vê... muitas vezes pessoas sem perspectivas, e aqui a gente

está atingindo uma população que já é excluída, que é marginalizada, que não encontraria em outros espaços, oportunidades... A gente sabe que quem hoje disputa um vestibular, vai estar disputando com alguém que muitas vezes pagou num cursinho, o valor que é uma universidade, que é uma faculdade, a mensalidade, então, você não tem isso, e aqui com todas as dificuldades que nós temos, a gente não consegue quantificar quantas pessoas foram, mas a gente teve, centenas de pessoas na universidade, né. Esse ano, depois de dezoito anos de curso, nós temos nosso primeiro aluno negro na universidade de medicina, né... Universidade pública. Isso pra gente é uma vitória, né. É triste saber que é o primeiro em tanto tempo, mas a felicidade em saber que a gente conseguiu colocar um dos nossos, né, lá dentro... e num curso que é simbólico, né, que é muito simbólico...

Se você pega as turmas de medicina, você conta nos dedos de uma mão e ainda sobra, a quantidade de negros e pobres que conseguem estar ali, né, então, é porque é um curso que não foi pensado pra gente. Mas eu fico extremamente feliz, em saber que há essa possibilidade, né, e aonde eu consigo levar informações sobre o Educafro, eu levo. Tive esse ano oportunidade, por duas vezes, de estar em duas unidades da Fundação Casa, falar sobre o Educafro, né, e dizer, "aqui é uma passagem, né, infelizmente, tropeçou e caiu aqui". Mas tem a oportunidade de ter algo além, né, então, uma possibilidade, eu sempre gosto de contar a minha história, eu digo, não é uma história de superação, não é uma história de esforço solitário, né, eu sou fruto de um trabalho coletivo... Eu tive a oportunidade, sou privilegiada por estar aqui. Tem muita gente que não conhece o curso, não tem a possibilidade de estar aqui, então, eu tenho o privilégio de estar aqui. Mas o que eu conquistei, e se eu sou alguém diferente do que eu era a uns anos atrás, eu só conquistei por conta de um trabalho coletivo, né, um esforço coletivo. Existiam pessoas que acreditavam, pessoas que ainda acreditam, e que deram o seu melhor, por vezes... e aqui a gente, como eu falo, são trabalhos voluntários, boa parte são ex-alunos que retornaram pra dar aula, ou são pessoas que entendem a necessidade, que não precisariam nem estar aqui, mas entendem a necessidade do curso. Então, não fosse isso tudo, eu não teria conquistado absolutamente nada. Então, o meu diploma...

Não é superação, é resistência. Resistência e luta, né, também. A gente resiste, mas ao mesmo tempo a gente luta, porque se a gente ficar nessa coisa de que basta querer... Porque se bastasse querer, todo final de semana eu ganharia na Mega Sena sem jogar, porque eu não jogo...

Isso é importante porque a gente vai percebendo que só você tendo contato pra você entender. Não dá pra gente a todo momento se colocar no lugar do outro, até porque nem sempre a gente sabe quem é o outro. Então, assim, eu não posso dizer, “ah eu não sei o que uma pessoa com deficiência passa”, mas, talvez porque eu nunca tenha tido contato. E assim, trazendo, e sem fazer nenhuma comparação, porque não tem comparação... minha filha, ela rompeu o ligamento do pé recentemente. E ela viu o quão era difícil ela conseguir se locomover com a perna engessada e de muleta. Aí ela “Mãe, isso é um absurdo. A gente ainda tranquilamente todos os dias e a gente não percebe essas dificuldades, eu precisei passar por isso pra poder ver o quanto é difícil. Eu vou ficar com isso um mês só.”

Tem gente que vai ficar a vida toda, né. E assim, você não pensa o que é acessibilidade. É o mínimo, né. Talvez seja a primeira coisa que a gente precisa pensar, né. Garantir acessibilidade é garantir direito. E a gente não se dá conta. A possibilidade que a gente tem de pessoas que venham no projeto, que atuem em outras áreas é importantíssimo... Porque imagina a gente sem estrutura, ou sem alguém que tem esse conhecimento, tendo a procura de alguém com determinada necessidade... Como que você lida com isso? Você vai excluir novamente essa pessoa, que passou durante toda a sua vida sendo excluída? E num espaço que se diz inclusivo, então... Exclui de novo. Então, a gente tem conseguido também fazer isso, com todas as dificuldades que é um projeto como Educafro, mas essa procura de melhorar, de dar mais estrutura, de que a gente tenha o conhecimento, acho que é fantástico... Não sei o que dizer mais...

Entrevista/Narrativa de Virgílio Marques Júnior

Mecânico, Carteiro, Engenheiro Mecânico. Foi aluno do Núcleo Educafro Valongo durante os anos de 2013 a 2014.

Então, meu nome é Virgílio Marques, sou natural daqui de Santos, nascido e criado aqui em Santos. Meus pais também são daqui de Santos. Tenho

46 anos. Não parece, né? Sou casado. Sou casado não no papel, sou ajuntado, né. Ainda não tenho filhos... Aí foi minha esposa que decidiu isso. Minha religião... é difícil falar de religião, mas eu vou dar um panorama. Por exemplo, se você fosse um cara do IBGE, e viesse me entrevistar, e perguntasse “qual é a sua religião?”, eu ia falar “sou protestante”. Eu acredito piamente em Deus, na Bíblia, mas eu não sou aquele cara que pratica...

Eu também gostaria de fazer um parêntese aqui sobre a religião, e falar, né... que a religião é um instrumento de manipulação de massas, que pode ser manipulado tanto pra esquerda, como pra direita. Existe um dito campo progressista aí que ataca muito os evangélicos, né, e quem comanda esse campo progressista, não mora no Morro, né? A gente fica vendo algumas narrativas, algumas coisas assim, né, que não fazem parte da nossa realidade. Bem, nesse momento aqui, eu sou trabalhador dos Correios. Eu sou carteiro. Mas o que acontece: eu pedi afastamento não remunerado dos Correios, pra vim terminar minha faculdade, a bolsa do Prouni que eu tenho, que eu faço engenharia mecânica. Porque eu usei todos os recursos do Prouni, e agora eu só tenho um recurso, ir lá e terminar, pra não perder a bolsa. E... devido ao cansaço, né? O Correios é muito cansativo, é muito estressante, entendeu? E eu fui pegando um afastamento, fui pegando uma... afastamento não, trancar a matrícula, e levei em consideração, e daqui, e dali, aí eu decidi. Chegou um momento que eu decidi: eu vou terminar a faculdade. Ou eu termino a faculdade ou eu perco a bolsa. Então, eu decidi... E voltei a trabalhar como mecânico de automóveis, né. Antes de entrar nos Correios, eu trabalhei vinte anos como mecânico de automóveis, e da oficina que eu saí pra entrar nos Correios, eu voltei. Que é a oficina do Speak na Brás Cubas, 229. Ela fica embaixo da Senzala. Tem a capoeira, Senzala, a oficina do Speak fica embaixo.

Voltei a trabalhar como mecânico de automóveis, mas pra quê, né? Pra ter tempo de estudar. A oficina mecânica, eu vou, executo o trabalho... O dono da oficina, os profissionais, né, da oficina, eles já conhecem meu trabalho, eles já me conhecem de longa data, entendeu? Então eu vou, executo o trabalho, executado o trabalho, eu volto apenas pra receber. Determinado dia, né, estipulado, eu volto pra receber.

Um outro fator também que me permite terminar a faculdade foi o seguinte: assim que eu entrei na faculdade... Aliás, todo mundo sonha em ter

casa própria, né? E assim, que eu entrei no Correios... Eu entrei no Correios com sonho de juntar um dinheiro, arrumar um crédito, naquela época, era época da Dilma, que eu entrei, né. E eu entrei em 2012. Fiz o concurso de 2011, entrei no final de 2012 no Correios, né. Consegui a casa própria, né. Sai do aluguel. Então, como eu gosto de falar, alforriado do aluguel. E eu sou santista, nascido e criado aqui, como eu acabei de falar pra vocês. Então, pra eu morar aqui em Santos, eu tinha duas opções. Antigamente tinha três, agora só tem duas: ou eu ia pro Morro ou eu ia pro Jardim São Manuel, e como eu já sou do Morro aqui, já morei em Morro, eu vim aqui e comprei um barraco no Morro. A gente fala barraco, né, a gente tem essa gíria de falar barraco, mas é uma casa de alvenaria, entendeu? Uma casa de alvenaria, já velha, mas... pelo fato de eu não pagar aluguel, ela me permite eu ir terminar a faculdade, porque... a preocupação com aluguel, entendeu, não permite que você se desligue do emprego, né? E agora, os meus custos, as minhas despesas fixas, as compras de casa, a internet, pra não ficar assistindo Rede Globo, e a água, né... Tenho três despesas fixas, que eu consigo, trabalhando na oficina mecânica pagar certinho elas. Então, esses fatores me permitem... porque eu já tenho uma profissão, sou mecânico, né, já tenho uma profissão, já sou um pouco conhecido aqui em Santos, e a outra de não pagar mais aluguel. Isso me permite ir pra faculdade, ter um tempo pra estudar, ter um tempo pra tirar dúvida com o colega, com o professor, entendeu? E essa é o aspecto principal, o ponto principal da minha estrutura, não sei se eu posso dizer assim, né, que tá me possibilitando estudar.

Eu estudei no Cesário Bastos e, é legal falar, eu estudei no Brás Cubas, fui morar com a minha mãe - meu pai e minha mãe se separaram, fui morar com meu pai, estudei um ano no Brás Cubas, e depois fui matriculado no Cesário Bastos. Cesário Bastos ali na Praça Narciso de Andrade, no começo da Ana Costa, com o Canal 1. Ali é um palácio, né... Eu estudei no Cesário Bastos. Eu me lembro que na minha época tinha arte musical, desenho artístico, tinha educação física! O professor de educação física da quinta série, era um negão, Carlos Alberto. Ele era um sargento do exército, ele colocava a gente em fila, marchava, fazia os exercícios, entendeu? E não passava de ano, se não passasse na educação física, entendeu? Depois relaxou. Ficou sendo só esporte, só esporte... A educação era boa, era melhor do que agora. Mas o que eu me lembro, naquele tempo, a gente tinha um pensamento: pra que eu vou

estudar? Não se cogitava no meu meio, no meio do pessoal que estudava comigo ali, ninguém falou “vou pra faculdade”. Não existia esse assunto. O que existia, o assunto era esse: “Pra quê eu vou estudar? Eu vou ter que trabalhar!”, né? E o que é verdade, né? É o maior barato. Eu fico vendo a faculdade lá, o pessoal, e a maioria do pessoal lá é gente boa, mas eu fico vendo lá... a mocinha de faculdade, o cara de faculdade, ele vai estudar até os 30 anos! (Risos). É maior barato, né? O cara estuda até os 30 anos, o pai paga a faculdade, o pai paga o inglês, o curso, o cara vai, faz um mestrado, depois faz um doutorado... Mano, o cara começa a trabalhar só depois dos 30 anos, e o cara entra no mercado de trabalho como um profissional liberal, ele entra por cima! A gente não. E o filho do operário, que é “nós”? Somos nós. “É nós”, não. Somos nós. (Risos). 14 anos, o pai levanta: “Vem trabalhar comigo, malandro. Vem trabalhar comigo! Já tá comendo demais.” (Risos). E é isso, o filho do operário, desde cedo, ele vai trabalhar com o pai, pra ser operário, entendeu? E a minha trajetória foi essa, entendeu?

Meu pai era mecânico, não de automóveis, de empilhadeira... o meu pai era especialista na parte hidráulica, ele era um cara que era pra ter sido um cara bem sucedido na vida. O alcoolismo acabou com ele, entendeu? E ele me colocou no mundo do trabalho. E depois que ele faleceu, aí eu tive que começar carreira solo, né, e entrei de ajudante numa oficina. E aí trabalhei esses vinte anos como mecânico de automóveis. Depois de muito tempo, muito tempo, eu fiz o supletivo do EJA, no Visconde de São Leopoldo, na João Guerra com a Silva Jardim. 2009, 2009, 2010. O EJA, né. Fui lá e fiz o primeiro, segundo e terceiro ano lá, né. Passei... E me possibilitou eu fazer o concurso do Correios, né. Tinha que ter o ensino médio. Depois de um tempo, eu passando na rua, encontrei duas colegas. Aliás, um colega e uma colega. A Priscila, aquela do movimento afro... Inclusive, eu estava até com ela ontem, debatendo lá com ela, ela foi eleita agora pra... aquela que cuida das crianças, como é o nome mesmo? Conselho Tutelar. Foi eleita, minha camarada ela. E o Renatinho. E eles me falaram do Educafro. “Ah porque vai lá, e tal, não sei o quê, e tal” E aí eu me perguntei assim: “Mas eu posso ir lá? Porque é o Educafro, né? Eu sou branco, né, pô!” Eu me considero branco, né. Aliás, meu pai e minha mãe são brancos. Alguém lá atrás, por parte da minha mãe, meu pai não, meu pai era descendente de europeus, italiano e português, mas minha mãe não, minha mãe teve uns

parentes pretos aí, né? Mas bem distante, né? Mas eu sou branco. E aí eu falei: “Mas eu posso ir estudar lá, Priscila? Eu sou branco!” “Ah vai lá, o Renatinho está estudando, e tal”. Aí, eu vou lá, né. Vou lá estudar.

Naquele tempo também, existia muita propaganda, a gente assistia muito, que era o governo do PT... Então, existia aquela propaganda, aquela divulgação nos meios de comunicação, do pessoal que entrou na faculdade, entendeu? O pessoal que tinha entrado na faculdade, do filho da catadora de papel que entrou na faculdade, do cara do sertão que entrou na faculdade, do cara da favela que entrou na faculdade... Aí eu falei: “Mano, vou lá ver, né, vou lá ver.” Era ruim pra caraca em matemática... Porque matemática é o seguinte... A matemática pra mim é o seguinte... Pode continuar? A matemática pra mim é o seguinte: na adolescência, garoto, né, a gente vai se apaixonar por quem na classe? Alguns se apaixonam pela professora, né. Você vai se apaixonar pela menina mais bonita da classe. Só que a menina mais bonita da classe, ela nunca vai te dar bola. (Risos). A mesma coisa é a minha relação com a matemática, entendeu? Eu gostava, era bonito, matemática assim... mas como é que faz? Como que faz pra tirar o 25 da raiz quadrada? Não sabia, mano. Não sabia, não foi passado isso. E eu vim conhecer aqui no Educafro, comecei a ter aulas... E tinha um professor aqui chamado Aguinaldo. Professor Aguinaldo Meyer. E no dia que eu conheci ele, ele estava dando Bhaskara. Equação de Bhaskara. Meu amigo, quando aquele homem colocou o delta na fórmula... tem um delta, né, quando colocou o delta na raiz quadrada... Malandro, se o 25 não saía da raiz quadrada, como é que um triângulo vai sair de dentro da raiz quadrada?

Não, eu falei: “Professor, o que é isso aí, mano, que tu coloca aí?” Injuriado, né, fazer conta com letra? “ $A+B+C$?” Fazer conta com letra? Aí ele pra não falar um palavrão, ele falou assim: “Coloca teu nome”. Ele ia falar outra coisa, né? Mas aí é o seguinte... Ele é um homem formidável, ainda é. Espero encontrá-lo novamente. Mas aí, ele falou com um outro professor aqui, um outro ex-aluno aqui do Educafro, o Vitor, né, e eles montaram um curso de matemática básica.

Então, o professor Aguinaldo, ele dava matemática na segunda, segunda era o dia do professor. Segunda-feira sem lei, eu chamava. (Risos). Tinha, antigamente, “segunda-feira sem lei”, né, o faroeste. Ele dava a matemática, e na terça-feira o Vitor dava a matemática básica, que era raiz quadrada, equação, potenciação, álgebra, entendeu? E aí, eu fui... Um pouco de física também,

algumas relações físicas... E aí eu fui me percebendo, fui indo, né. E chegou o dia do ENEM. E eu fui lá, se é pra estudar, fui estudar. Cheguei lá nos Correios né... Não, vou estudar. Nesse meio tempo, antes de chegar o dia do ENEM, o que acontece é o seguinte... mesmo estando aqui estudando e mesmo com os exemplos que eu via na televisão, né, do... do pessoal, né, que na época...Esse pessoal mais pobre, como eu, né. Porque eu via, se ele conseguiu, eu também vou... Vou tentar, né. E aqui no Educafro, foi o seguinte: aqui, eles alimentaram meu sonho. Eles me deram suporte... de graça, entendeu? De graça. E mesmo assim, mesmo com todo o apoio que a gente tinha aqui, mesmo com todos os exemplos que a gente tinha aqui, lá dentro da minha mente, tinha uma série de dúvidas, porque a faculdade... Pra mim... Não é pra mim. Não foi feita pra mim, né. Pra gente, lógico. Era feita pra outras pessoas. Eu não acreditava que eu ia conseguir. É mais ou menos que nem o Aécio Neves: se a Dilma ganhar, ela não pode ganhar. Se ganhar, não vai tomar posse. Se tomar posse, não vai governar. E se governar, nós vai derrubar. Na minha mente era assim.

Eu não vou conseguir entrar na faculdade. E se eu conseguir entrar, não vou conseguir aprender. E se eu conseguir aprender, eu não vou conseguir entender. E se eu conseguir entender, no final, não vou conseguir arrumar emprego. A minha mente funcionava assim, contra mim, entendeu? Não era pra mim aquilo dali, entendeu? Eu não acreditava que eu ia conseguir. E como eu disse, eu achava bonito a matemática, as relações físicas, né. E como eu trabalhei de mecânico, eu achava aquela parte técnica... Eu conheci a parte do peão, né? Ir lá e resolver o problema. Tira daqui, põe ali, faz isso e tal. Mas agora o que estava envolvido por trás de tudo aquilo ali eu não conhecia, né. E o que eu queria era conhecer aquilo, né. E é maior barato né, as coisas...Aí eu volto pro campo da fé. Um dia no culto, eu ia no culto, né... Uma outra coisa também que eu gostaria de falar sobre evangélico, é o seguinte, né: já viu pobre indo em psiquiatra, em psicólogo? Não vai, né, em psicólogo. Eu nunca fui em psicólogo. Vou fazer o quê? O que que faz lá no psicólogo, né? Eu não sei, malandro. Mas eu ia pra igreja evangélica, no culto de domingo... No culto de domingo, eu consigo fazer uma hemodiálise espiritual, entendeu? Como se aproximava do ENEM, eu fui pedir a força pra Deus, né? Até então, eu não pensava em fazer engenharia, porque eu acreditava que eu não iria conseguir.

Porque é difícil. Porque não iria dar certo. A minha mente era uma repartição pública agindo contra mim mesmo. E neste culto que eu fui, no final, eu conversei com o pastor. E o pastor falou pra mim o seguinte, que ele ia se formar. “Caraca, Pastor, o senhor vai se formar?”. Ele tinha problema auditivo, ele usava aparelho pra falar. O que ele não falava, a esposa dele falava lá, entendeu? Mas nesse dia, ele falou comigo. Ele veio trocar ideia comigo. E ele falou o seguinte, que ele ia se formar. “Pastor, o senhor vai se formar em quê?” “Engenheiro eletrônico” “Caraca, Pastor, engenheiro eletrônico...” “É, filho...” “Quantos anos o senhor tem?” “46, vou fazer 47.” Quando ele falou isso, eu passei a acreditar que aquilo era um sinal de Deus. Que eu podia escolher engenharia. Que Deus ia fazer por mim, o que eu não conseguia fazer sozinho. Eu passei a acreditar nisso. E aí chegou a prova, o dia do ENEM... Estudei, foi maior barato a prova do ENEM. Maior barato agora, né. Na hora... Estudei pra caramba, estudei e tal... E tinha o professor Júlio, aqui, né... Ele falava meio alto, né. Então as palavras dele ficaram gravadas na cabeça. “Escreva a Redação, tal...” Aí ficava na redação, né, porque ele falava, a redação que vai contar ponto, que a redação não sei o quê. Beleza, né. Então vamos lá fazer a prova. Chegou no segundo dia, que era um sábado e um domingo, né, o segundo dia, eu dei uma lidinha lá na redação, né... Olha o tema da redação... Publicidade infantil. Ah, meu amigo, que isso... Eu estudei sobre os cinquenta anos da ditadura militar, eu estudei sobre a crise da Coreia, dos mísseis, a crise do Irã, a falta d’água aqui de São Paulo, a Zika, Chikungunya, né... que estava aqui, que o bicho estava pegando aqui em São Paulo por causa disso, estudei, aí chegando lá... Publicidade infantil. Meu deus do céu... Foi em 2014. Caracas, o que eu vou falar aqui? Aí fui lá e fiz, né... Fiz lá... Não vai dar certo, né? O que eu vou saber sobre publicidade infantil? Publicidade infantil? Tú imagina? É... eu não estava inserido nesse universo. Uma coisa, uma prova do ensino médio, né? Fala sobre história, sobre o contexto histórico, né? Não, vai fazer um contexto pontual da publicidade infantil, né? Então, no final, o que eu falei, no final, a última frase eu me lembro... A conclusão, né... A interferência social, que fala, né? Vale a pena lembrar que mais da metade dos brasileiros não são consumidores em potencial, e que o problema da publicidade infantil não vai afetar eles diretamente. O que vai afetar eles, é a distribuição de renda. Eu descii essa porrada neles lá, né. E mandei, né, mano... Aí quando cheguei aqui, no dia de ver a nota, né... consegui

700 na redação e a minha média foi... 650. Então... Pra publicidade infantil, né, eu fui bem pra caramba! E aí, eu vim aqui, a Débora, ela me inscreveu no Prouni... Porque eu também tenho um problema, eu sou analfabeto digital. Tenho sérios problemas com a tecnologia. Eu não fui inserido nela. Então, agora eu tenho que aprender na marra. Eu tenho dificuldade de mexer com celular... É que a garotada lá da faculdade, eles me ajudam, principalmente as meninas... As meninas, é mais ligeira que os caras. Pra determinadas coisas é, né? Então sempre que eu vou fazer um trabalho, eu sempre escolho as meninas, porque elas... Eu “escolho”, né? Eu me apresento lá, né. E aí quando ela me inscreveu, né, eu não escolhi engenharia mecânica de primeira. Porque eu tinha visão do seguinte, né? O que dá mais dinheiro...

Eu também tinha um outro sonho, com relação à engenharia, mas um outro sonho... Quando criança eu morava aqui nesse bairro do Mercado, Vila Mathias, Macuco... Eu morei por aqui, depois fui morar no Morro, né... Mas quando morava aqui quando criança, né, morava justamente com o meu pai, tinha esses casarão antigo do bairro do Mercado, e ali... Tanto o meu pai, quanto a minha mãe, as colunas coríntias da Maçonaria, os deuses da mitologia greco-romana, Mércurio, o deus plebeu do comércio... Na prefeitura daqui de Santos tem dois deuses da mitologia romana, que são os mesmos que estão na bolsa do café: Mercúrio, o deus plebeu do comércio, e Ceres, a deusa da agricultura. Ceres dá em Cereal, deusa da agricultura. E eu cresci apaixonado por aqueles casarões, entendeu? Eu acho um crime quando derrubam esses casarões. Porque se você derruba, você acaba com a realização de um povo, é como se eles nunca tivessem existido. Então, a gente vem aqui... A colega falou aqui do capitalismo, ele é voraz, ele não tem escrúpulos, o que ele precisar casar, ele vai... pra ter mais lucro, entendeu? Então, esses casarões, essas casas antigas, aquelas simbologias que tinham, que demonstravam o padrão de vida de uma época, que as pessoas estavam preocupadas, entendeu? Elas estavam preocupadas em demonstrar uma arte, então... em algumas casas aqui tem uma concha... Eu ainda não descobri o significado da concha, mas várias casas aqui parecem que tem uma concha. O que é isso, né? Por que tem uma concha ali, o que significa concha? Mas essas casas antigas aqui, tem aquelas conchas e tinha a coluna jônica, aquela obra prima da arquitetura grega, né? Então, quando a Débora me inscreveu, eu pedi pra ela... Ela perguntou pra mim: “Qual a primeira coisa que

você vai querer fazer?” Engenharia civil. Por que engenharia civil? Segundo os meus sonhos, que agora, né, pela fé, eu estava gabaritado a acreditar, eu ia me formar em engenharia civil, e depois ia fazer arquitetura, e ia voltar pra restaurar os casarões aqui do centro. Só que as coisas não é como a gente quer, né? Eu fiz, me inscrevi, né. Aí fiquei na Unisanta. Passei lá. Outro mundo, né? Como se fosse um estrangeiro em outro país, entendeu? Não tem os haitianos que vêm aqui em Santos? Eles não chegam assim? Os haitianos que vêm aqui em Santos, eles chegam assim, né... Fica todo, né... Aí eu cheguei na faculdade. “Como que faz pra se inscrever no Prouni, e tal?” Aí cheguei na mesa do Prouni, né. Aí a mulher me deu a lista do que que era... e eu sei que ela me perguntou a minha renda. Aí eu falei assim: “Mas eu não consegui a bolsa?”. Aí ela falou assim: “Aqui só 100%, e se tú vier aqui de novo, eu não vou conceder a bolsa, porque eu já sei que tu ganha dinheiro”. Aí eu olhei e falei assim “caraca, mano”. Mas aí o que ela falou, eu falei da minha renda e tal... Não tem jeito e tal, ela deve ter falado alguma coisa dessa, né. E aí eu sai e fui buscar a documentação. (Trecho suprimido 30:19-30:43) Eu precisava buscar meu histórico escolar, né. Aí o Júlio foi lá buscar pra mim. E foi aquele corre-corre, documento e tal, disso, daquele papel... E aí tive que provar, comprovante de residência... Eu morro lá no Morro, como que eu ia fazer? A água estava no nome da minha mulher, né. Por que eu era casado, né. Aí ia juntar com a renda com a minha mulher. Eu sou casado, né. Dona Maria, tá lá em casa. (Risos). E aí, como é que faz? Aí eu tive que dar um jeito. Aí minha mulher, eu falei assim “nega, tú precisa pegar teus holerites”. Mas aí eu estou falando aqui com calma, porque lá, mano, o coração já estava saindo pela boca.

Tinha prazo pra levar a documentação lá. Uma pilha de papel dos holerites dos Correios, os holerites dela, ela foi pegar no banco e o bagulho não saía, aí faltou um mês, e vai e puxa... Falei assim “neguinha, vamos lá, estamos na mão de Deus, vamos lá”. Fomos lá na faculdade, eu e minha mulher, né. Fomos lá no prédio do Prouni, entramos lá... “Dá licença, né, boa tarde”, entreguei a papelada do Prouni e tal, entreguei os papeis lá pra moça, né. Aí ela ficou lá, né, fazendo cálculo, não sei bem direito, lá. Fazendo um cálculo pra ver se a renda bate e isso e aquilo. Aí olhou assim pra mim e falou “não tá batendo por causa de trinta reais”. Aí eu falei assim “nega, você tá de testemunha, nós viemos até aqui”. Porque depois eu ia vim aqui, e falar assim, pra esse pessoal

que tanto me ajudou aqui do Educafro: “Vocês me ajudaram, eu fui até o final, mas eu não consegui.” Mas a mulher olhou pra minha cara, né... E era a mesma mulher, a mesma mulher que falou assim “se tú vier aqui, eu não vou te dar a bolsa”, entendeu? Foi essa mesma mulher, ela olhou assim pra minha cara e falou: “Pera aí, dá aqui o documento de novo. Vai lá embaixo e tira xerox disso aqui pra mim”. Aí eu fui lá, tirei xerox, voltei... Aí ela falou assim: “Parabéns, vai estudar engenharia. Só que não era a opção que você quis, porque não era mais engenharia civil, caiu pra segunda opção. Você vai querer?” Aí eu falei “pô!”. Eu queria engenharia civil, justamente pra fazer isso, e outra coisa, engenharia civil tem mais campo, né, “faz-me rir”, né? Mas como eu trabalhei como mecânico, comecei, né? E fui lá, né, fazer... estudar engenharia. Nossa, mano... Ah, mano, né... Caramba, estou estudando engenharia, né, mano? Caraca, né, mano? Outro mundo, né? Acessei outro mundo. Atravessei o portal, atravessei a fronteira, né? Eu atravessei a fronteira, fui pra outro... Caramba, legal, “tá na faculdade”. Agora tem que se dedicar, né? Só que é o seguinte... começou a luta nos Correios, né? Lá, começou, o cara me tirou do... eu trabalhava na Náutica III, lá na Frei Gaspar, assim... No Marinaldo, academia do Marinaldo que eu treinava lá, né? Frei Gaspar, 3445.Marinaldo Com esse nome não dá pra esquecer, né? E o cara me tirou de lá. O chefe lá, a primeira coisa que ele fez quando eu entrei na faculdade, foi me tirar de lá. Ele me tirou do lugar que eu já estava antes, há anos ali, e começou a me colocar na favela. Alegando que a favela era do lado. A favela do Catarina de Moraes. A favela, mano... não é uma rua retinha, é beco que tú tem que entrar, mano... Tú entrou no beco, tem várias portas lá... Tem que entrar no beco e gritar “Oh, Dona Maria!” E aí a pessoa que tem um sobrenome diferenciado, né, você já vai deixando as cartas, né? Mas e os outros? A maioria é Silva e Santos, Silva, Santos e Souza. Entendeu? Tú vai entregar a carta errada ali? Desgastante, mano. Os becos... Era na época dos assaltos, era na época dos assédios... Porque quando o cara te roubava... O ladrão vinha e roubava o carteiro, beleza, ele veio, colocou a arma, levou a bolsa, eu fui, voltei pros Correios, e fui fazer o B.O. na delegacia. Pior quando eles vinham me intimar, mano. Aí eles passaram a fazer um outro tipo de coisa, entendeu? Que foi... eles pediam o cartão... Começou a dar ruim os assaltos pra eles, lá, né. Então eles começaram a pedir cartão pro banco. Se passava pela pessoa, o banco na ganância deles, mandava pro Correios e Correios mandava

eu entregar. Eu ia lá. Só que quando eu chegava lá naquele lugar lá... “Jennifer, tá aí?” “Não, não tá, mas eu assino por ela” Imagina só... Imagina ficar entregando vários cartões lá na favela, num período de roubo, um cara pegando esse cartão aí, dando o nome. A Polícia Federal uma hora vai descobrir. E quando ela descobrir, ela vai perguntar: “Tú não sabia que o cara...? Você é cúmplice!” Pra não ser cúmplice, eu resolvi não entregar. Até o dia que os caras vieram trocar uma ideia comigo. Falaram o seguinte: “Ou você entrega aqui os bagulhos que a gente tá pedindo pra você entregar, ou você pede pra sair. Porque senão o bicho vai pegar pra tú!” Daí eu fiquei “o que eu faço?”. Aí fui falar com meu chefe. Aí ele falou assim: “Faz um B.O., só posso fazer alguma coisa se tú fizer um B.O.” Mas como é que eu vou fazer um B.O.? Eu vou caguetar o malandro? Eu vou passar por essa? E aí, depois? E aí, a vida? E aí depois de várias coisas desse tipo... eu peguei os B.O. de assalto que eu tinha e me afastei dos Correios. Esse cara aí eu coloquei no pau. Fui lá e coloquei no pau. Porque era muito assédio... Era muita... O pessoal não sabe o que é trabalhar nos Correios, do assédio, entendeu? Tanto por parte do homem e da mulher, quando ela passa pra ser chefe, ela te assedia! Ela vira, entendeu? Não tem essa, mano... É assédio mesmo, é aperto... E eu sabia que eu trabalhava direitinho, eu dava lucro. Existia até uma competição entre nós, quem trabalhava mais, quem entregava mais... O problema foi eu ter entrado na faculdade. Aí eu me afastei durante um ano... E aí eu fiquei muito estressado também e me afastei da faculdade, foi a primeira vez que eu tranquei a faculdade, né. Depois eu retornei pros Correios, tentei novamente... Fiz alguns semestres, né. Até o dia que eu decidi. Falei o seguinte, até gosto de falar que nos anos 80 existia um filme chamado “A escolha de Sofia”. Esse filme fala do seguinte: é uma judia polonesa que foi capturada no gueto de Varsóvia, né, e conduzida pro campo de concentração, Auschwitz, que era na Polônia, né? Só que ela era bonitona. Ela foi pro campo de concentração com dois filhos, um filho e uma filha. Só que ela era bonitona. E quando ela entrou lá, o coronel nazista que comandava, cresceu o olho nela. E aí ele foi se aproximando dela, e ela percebeu ali, um meio de fugir, sair do campo de concentração. Então, ela foi no primeiro contato com ele, seduziu ele, e eles bolaram um plano de fugir dali. Ele ia fugir com ela. Quando ela pegou os dois filhos, descobriram. Então, pegaram ela, e falaram o seguinte pra ela: Que ela podia fugir. Ela até podia fugir, eles iam deixar ela fugir. Mas ela

tinha que escolher, ou levar o filho ou levar a filha. E aí, ela falou que ela ficava, e as crianças iam embora... Ela falou que ela fazia qualquer coisa pra que as crianças fossem liberadas, e os caras não tinham acordo. No auge do stress dela, ela disse que ia levar o menino e ia deixar a menina, porque o menino tinha mais chances de sobreviver. E aí o filme passa ela indo embora com o menino e a menina sendo arrastada pra câmara de gás, gritando “mamãe”.

A minha história não é tão dramática assim, né, mas chegou um ponto que eu me lembrei desse filme, e que eu tive que fazer uma escolha também. É ter um emprego que realmente supre todas as minhas necessidades, um emprego que eu podia ser próspero, porque realmente o Correios é um bom emprego. Ou o meu sonho de fazer uma faculdade, entendeu? De ser engenheiro. E aí, eu escolhi...eu vou continuar estudando. E aí eu fui lá, falei com a pessoa certa nos Correios, fui lá, troquei uma ideia legal com a pessoa certa, consegui um afastamento de três anos, e agora, eu vou lá terminar a faculdade. Bom, resumindo, essa é a minha história. Eu agora tenho 46 anos, né...Tem mais uns dois anos pela frente aí... Peço a Deus força, né. Primeiro lugar Deus, né, que Deus consiga, me ilumine, me dê força, né, me dê sabedoria pra eu saber interpretar... E minha meta é essa. Minha meta é essa. Justamente porque lá atrás, eu consegui comprar um barraco no Morro. Como eu disse, eu alforriei do aluguel. Se tú paga aluguel, você não pode se desligar do trabalho. Você pagou um aluguel, você já tá devendo outro. E uma outra coisa, é que eu tinha um emprego, de mecânico. Minhas despesas são poucas. É água...Minhas despesas é água, internet... e as compras de casa, né? Então, por causa disso, eu consigo dar sequência.

Quando eu falei com o pastor, né, que eu falei que o pastor tinha falado, e que eu acreditei em Deus ia fazer por mim, o que eu não conseguiria fazer sozinho, ali foi o veredicto. Mas no decorrer do Educafro eu fui construindo uma esperança. E de vez em quando, quando eu sou chamado pra falar aqui, eu falo sobre isso, o aluno que vem pra cá, o aluno da periferia, o aluno do Morro, o filho do operário, operário que eu digo é o trabalhador, né? Ele não vem... Eu vejo que muitos vem pra fazer um curso rapidinho, pra arrumar um trampo, dura pouco, um curso rápido pra arrumar logo um trampo pra poder trabalhar. Ele não sonha. Ele não vai pras cabeceira, como o povo fala. Ele não vai pras cabeceira. Ele não vai pra um curso top. Não que sejam todos, mas existe uma parcela que

pensava que nem eu. Precisa arrumar um trampo, precisa ganhar a vida. Ele precisa sair da asa do pai, ele precisa arrumar um jeito de deixar de ser uma despesa pro pai, pra ser uma ajuda pro pai e pra mãe. Entendeu? Eu não tinha pai, não tinha mãe, mas eu vim justamente com esse pensamento, entendeu? E no decorrer de eu estar estudando aqui, eu fui através de exemplos, foi alimentando sonhos, alimentando as esperanças. Principalmente quando eu via outro cara da periferia conseguindo. Se o mano conseguiu também vou conseguir. Eu me inspirava neles. O cara entrou na faculdade, o cara entrou na USP. Caramba, entrou na USP, malandro... Nem sabia o que que era, mas já sabia, caramba, entrou na USP... O cara entrou na USP, eu consegui na Unisanta, né, mano? E foi isso, foi construído isso. Mas naquele dia que eu fui no culto, né que o pastor falou comigo, que ele falou, que ele ia se formar né, ia se formar em engenharia com 46 anos de idade... foi o veredicto. Foi o veredicto. "Eu vou conseguir também!" Entendeu? E o Educafro significou isso, acho que é isso, né... a história. Eu poderia contar um pouco mais a minha história... porque eu também fui envolvido com o tráfico de drogas. Eu vou parar na cadeia com esse vídeo. (Risos). Eu fui envolvido com o tráfico de drogas. Eu fui viciado. Eu fui envolvido com o tráfico de drogas, depois de traficante pé de chinelo, eu passei a ser viciado, fiquei um bom tempo da minha vida sendo viciado, depois eu passei a ser morador de rua. Eu cheguei a ser morador de rua. Lá no começo da entrevista, eu falei sobre a igreja evangélica, né? Quando eu não era ninguém, quando eu não era nada, aquele povo me estendeu a mão. Aquele é o meu povo e aquele é o meu Deus. E aí, comecei... Então, a minha história é o seguinte: um cara que um dia foi morador de rua e aqui, agora, tá passando a ser engenheiro, né? E eu fico vendo que pra muitos ser engenheiro não é nada. Eu fico vendo. Eu vejo lá... E realmente não é nada mesmo. No que diz respeito ao acúmulo de conhecimento, engenheiro não é nada, porque tem muitas outras coisas, né? Mas pra eles, né? Pra mim, eu gosto de parafrasear Neil Armstrong quando chegou na Lua, né? Neil Armstrong quando chegou na Lua, ele falou: um pequeno passo para um homem, um gigantesco salto para a humanidade, né. Pros caras lá, ser engenheiro não é nada. É um pequeno passo. Mas pra mim é um gigantesco salto.

O que podemos verificar nestas três narrativas de trajetórias de vida são as forças das pessoas de sobreviverem num país como o Brasil, marcado por vários preconceitos e desigualdades. Filhos e filha de famílias humildes e trabalhadoras, vindos de escolas públicas com baixa qualidade de ensino, tiveram no Educafro Valongo um lugar de apoio e acolhimento, onde puderam sonhar, se desenvolver e ampliarem suas consciências de classe e, no caso de André Mendes e Débora Camilo, além da consciência de classe a de raça. Os três narram suas dificuldades para sobreviver, as situações difíceis que passaram, seja o de não ter o que comer e passar fome como relata André Mendes, ou ter morado nas ruas como relatou Virgílio Marques. Dois homens que foram capazes de superar enormes dificuldades para poderem ter hoje uma vida melhor, estarem nas universidades, lutando contra todas as adversidades impostas por um país como o Brasil, cheio de desigualdades e preconceitos raciais e de classe.

Débora Camilo também em seu relato fala dos preconceitos encontrados na universidade que estudou por pertencer a classe pobre e estar ali graças às Cotas Universitárias; no entanto, em momento algum deixou de afirmar suas origens e mostrar para todos e todas sua força de mulher negra e da periferia. Foi possível perceber nas três narrativas a importância do Educafro Valongo, das aulas de cidadania e das trocas de experiências e conhecimento com a comunidade de alunos, professores, coordenadores e voluntários do Núcleo Educafro Valongo na vida dos três entrevistados.

Se para André Mendes a convivência nos Educafros trouxe outros meios que não fosse a força física para resolver os conflitos, as desavenças e os preconceitos, que acreditava ser o único meio correto a ser feito *“a base da força, da pancadaria mesmo... Que eu sempre achei que isso era o correto a fazer”* (André Mendes), no Educafro teve a percepção da necessidade de adquirir conhecimentos para lutar de uma maneira melhor e mais efetiva contra o Estado brasileiro opressor e racista, fazendo com as populações negras e pobres tenham sua dignidade garantida.

Já Virgílio Marques em sua narrativa aponta que foi no Educafro Valongo que encontrou pessoas que o ajudou a alimentar, dar suporte e todos os apoios para realizar seu sonho de entrar na universidade.

Por fim, Debora Camilo que apontou em sua entrevista a importância da convivência no Educafro Valongo afirmando que a ajudou muito e a amparou não só nos momentos difíceis que teve que enfrentar na universidade, mas no seu crescimento como mulher negra, militante e guerreira, dizendo que o Educafro foi a base de tudo para ela se conhecer mais e melhor, se identificar como pertencente à classe trabalhadora e pobre, compreender a luta de classes, o funcionamento do sistema ajudando-a a compreender melhor como o racismo opera, se estrutura e produz desigualdades, além de contribuir para sua trajetória como futura liderança do movimento negro brasileiro organizado na Baixada Santista.

Desta forma, através das três entrevistas/narrativas é possível afirmar que sim, o Educafro Valongo foi um espaço importante para os três entrevistados, sendo uma referência de espaços de organização social para a reafirmação da identidade da população negra e pobre do Brasil, visando uma sociedade mais justa e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - Os desafios atuais a uma educação de qualidade para a população negra e pobre frente à Violência do Estado: a importância de espaços educacionais como o Educafro Valongo.

A questão educacional esteve sempre presente nas pautas do movimento negro brasileiro organizado em suas diferentes modalidades, configurações e dimensões, seja quando a instrução era sinônimo de escolaridade, seja quando era reivindicada nas manifestações culturais. Foi sempre destaque na estratégia de luta do movimento negro brasileiro organizado para o acesso à sociedade civilizada e moderna; para buscar uma verdadeira igualdade entre negros e brancos, com oportunidades iguais no mercado de trabalho; com condições básicas de inclusão e consequente mobilidade social; como “instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, com os valores e a cultura de seu povo, reivindicando direitos sociais e políticos, direitos à diferença e ao respeito humano contra os preconceitos e a eterna educação tradicional sempre vinculada aos valores europeus, buscando a padronização da população negra aos valores desta cultura.

Petrônio Domingues (2019) demonstrou que a questão da educação foi considerada o caminho mais eficiente, muitas vezes o único caminho; para a resolução de todos os males da população negra. Aponta que foi possível verificar que a questão da educação esteve e está no centro da questão das desigualdades raciais ao lado da questão das desigualdades de renda. A questão educacional foi responsável por grande parte das variações raciais contra as desigualdades raciais existentes no Brasil ao longo da história das lutas do movimento negro brasileiro organizado.

Os resultados obtidos na pesquisa realizada, possibilita problematizar o direito à educação das populações negras e pobres e de modo especial os mecanismos de acesso e permanência ao ensino superior.

O Educafro Valongo, localizado em Santos/SP, se revelou a partir da entrevista/narrativa dos três estudantes egressos do curso pré-vestibular, um espaço de organização social de referência para a reafirmação da identidade da população negra e pobre da Baixada Santista e do Brasil visando uma sociedade mais justa e antirracista. Seja pelo acolhimento ofertado por este espaço, possibilitando uma identificação e um reconhecimento de si como sujeito de

direito; seja pelo legado das aulas de cidadania que influenciaram em suas posturas frente ao mundo, inclusive na experiência vivida no período do ensino superior. Os resultados alcançados, nos permite problematizar o direito à educação das populações negras e pobres, de modo especial os mecanismos de acesso e permanência ao ensino superior. Foi possível compreender a importância do Educafro Valongo, nas aulas de cidadania e da convivência com trocas de experiências e conhecimento com a comunidade de alunos, professores, coordenadores e voluntários.

Um outro ponto foi a importância do Educafro Valongo como referência para a permanência desses sujeitos no ensino superior, contribuindo na promoção das suas autonomias e também no envolvimento em ações coletivas que sejam contestatórias aos mecanismos e a ordem social excludente, promovida pelo Estado brasileiro violador de direitos.

Com atenção especial à questão das Cotas Universitárias, tão debatida no Educafro Valongo que contribuiu para que os entrevistados se posicionassem a favor dela em suas universidades, se identificando como alunos cotistas sem se sentirem constrangidos.

Os dados obtidos nesta pesquisa revelam que a questão educacional foi responsável, em grande parte, pela construção de proposições no combate às desigualdades raciais demonstrando a importância do Educafro Valongo como um espaço pedagógico com capacidade de gerar um processo de formação e constituição cidadã.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena e ARAUJO, Almica. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. 1983. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n ° 37, p.143-166. janeiro-junho de 2006.

ALMEIDA, Antônio Simplício de Neto SIQUEIRA, Lucília Santos. Direitos humanos e cultura escolar. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2017.

ASSUMPÇÃO, Raiane; FRINHANI, Fernanda; AMADEO, Javier; GOMES, Aline Lúcia; SILVA, Débora da e SILVA, Valéria. “Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição”. Silva | SUR N.27 | jul./2018.

ASSUMPÇÃO, Raiane Severino e Outros “Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição”. UNIFESP, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. .

BOTTOMORE, Tom. Dicionário Do Pensamento Marxista. São Paulo: Ed. Jorge Zahar, 1983.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRETA, Carlos E. S. “Educafro e a sua Luta por Cotas no Ensino Superior: Uma Resistência à Política Neoliberal” (2008). Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalago/1646441602201>

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COSTA, Gabriela M.C. e Gualda Dulce M.R. In: Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença. História, Ciências, Saúde – Manguinhos: Rio de Janeiro, v.17, n.4, out.-dez. 2010, p.925-937.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, n. 23, Rio de Janeiro, p. 108, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos Programa de Pós-Graduação em História – UFES, DIMENSÕES 103. Vol. 21 – 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada. Negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. O Recinto Sagrado Educação e Antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.138, p.963-994, set./dez. 2009.

DOMINGUES, Petrônio. *Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03 / organização*, Frank Marcon; Hippolyte Brice Sogbossi. – São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

FERNANDES, Florestan. São Paulo: O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. — (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33)

FERNANDES, Florestan e BAPTISTE, Roger. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1959.

FONSECA, Marcus Vinícius / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil – Niterói*: EdUFF, 2016.

DEOPS/SP. DELEGACIA DE ORDEM POÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (DOPS/SP). DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. Relatório confidencial. 15 de maio de 1978, OS 1056, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP.

GOMES, Joaquim B. B. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social – A experiência dos EUA – Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

IANNI, Otávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, MW. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1969.

LIEBLICH, Amia; JOSSELSO, Ruthellen A. *The narrative study of lives*. London: Sage Publications, 1998. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126364>

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843 / Karl Marx; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. – 2ª ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2010 tradução de: Zur Kritik der hegelschen rechtsphilosophie. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. São Paulo. Ed. Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”. 1978.

_____ O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Ed., Ed. Boitempo, Livro I. 2014.

_____ O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, [s.d.], Livro II.1985.

_____ A Ideologia Alemã. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

_____ Grundrisse. Trad. De Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____ O 18 de Brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ Miséria da Filosofia Karl Marx; Editora Flama, São Paulo, 1946.

_____ Manifesto do Partido Comunista. 2ª edição, Coletivo das Edições «Avante!» 1997.

MESQUITA, É. Clóvis Moura (1925-2003) Afro-Ásia [en línea] 2004.

_____ Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 557-577

MESQUITA, É. Clóvis Moura (1925-2003) Afro-Ásia [en línea] 2004.

MERELE, CARLAI, Politize. Brasil e sua população carcerária. 01 de março de 2017. São Paulo. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>>.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, nº 117, nov. 2002.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MOURA, Clóvis (1978). A sociologia posta em questão. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Clóvis. A grande insurreição dos escravos baianos. São Paulo: Revista Brasiliense, n. 16, 1958.

MOURA, Clóvis. Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. 3-edição. São Paulo: Ed. Lech Livraria, Editora Ciências Humana LTDA.1981.

MOURA, Clóvis. III Congresso Brasileiro de Sociologia. In.: São Paulo: Revista Brasiliense, n.41, 1962.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil negro. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

MOURA, Clóvis. em: As Injustiças de Clio: O negro na Historiografia Brasileira, Revista Carta Capital. São Paulo. 1990.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988: 10 anos de lutas contra o racismo. São Paulo: Confraria do Livro, 1988. . Programa de Ação. Belo Horizonte, 1982.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Alexandre. Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),1999.

NASCIMENTO, Antonio Luiz do. Cursinhos militantes: Ação Coletiva pela Democratização da Educação Superior. Revista Espaço Acadêmico, nº 29: outubro, 2003.

NASCIMENTO, Ercília do. A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1989.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo", R. de Janeiro — S. Paulo, 1938.

NABUCO, Joaquim. Discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

PAULO: Civilização Brasileira, 1964.

<https://vermelho.org.br/2016/04/10/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>

RATTON, José Luiz; GALVÃO Clarissa e FERNANDES Michelle. O Pacto pela Vida e a redução dos homicídios em Pernambuco. Artigo Estratégico, Instituto Iguapé, 2014.

ROMÃO, Jeruse. História da Educação do Negro e outras histórias. Organização: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Luiz Eduardo Rodrigues de Almeida. "Educafro e a sua Luta por Cotas no Ensino Superior: Uma Resistência à Política Neoliberal". UFRJ, 2008.

SOUSA, José Nilton de; RIBEIRO, Paulo César; ABOUD, Sérgio e CAMACHO, Regina. A Universidade e o Pré-Vestibular Popular. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª ed., São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

TRAPP, Rafael Petry. A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil. (1978-2001). Porto Alegre, 2014.

ANEXOS

- **André Luiz Alves Mendes**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada(o);

Você está sendo convidada (o) a participar em caráter de voluntária (o) da pesquisa intitulada **Lutas, conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitos que experienciaram o Educafro Valongo (Santos/SP)** que tem o objetivo de desenvolver um estudo para a Dissertação de Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais de maneira a contribuir com o debate sobre o acesso à educação no Brasil, a questão étnico-racial e o combate às desigualdades.

O convite está sendo feito a você porque fez parte da experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP), e a narrativa da sua vivência será de grande contribuição nesta pesquisa que busca identificar o significado desse projeto para alunos e alunas, negros (as) e pobres, advindos das escolas públicas, especificamente no que se refere ao acesso ao ensino superior, o desenvolvimento da criticidade e o protagonismo numa perspectiva coletiva

frente à realidade excludente. Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Estudo bibliográfico sobre: a questão étnico-racial, classe social, território, estética periférica e o acesso à educação pública no Brasil;
2. Pesquisa de campo para coleta de narrativas – a partir de roteiro com perguntas abertas -, gravadas e transcritas, de sujeitos que vivenciaram a experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP).
 - a. Os encontros para coleta das narrativas serão agendados previamente de acordo com a disponibilidade do narrador com duração prevista de no máximo 2 horas cada;
 - b. A (o) participante autoriza a gravação em áudio e vídeo que posteriormente será transcrita;
 - c. Todas as informações obtidas neste estudo serão divulgadas e a sua identificação será mantida sob sigilo absoluto. Porém, poderá ocorrer quebra de sigilo dos dados, mas todos os cuidados serão tomados para assegurar que isso não ocorra. Caso haja alguma pergunta que incomode, você tem a liberdade de não responder;
 - d. Mantêm-se a liberdade da (o) participante retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento sem penalização alguma;
 - e. Todos os dados obtidos a seu respeito, assim como qualquer material coletado só serão utilizados neste estudo;
 - f. Em caso de identificação de possíveis riscos relacionados às lembranças dolorosas, cansaço, desconforto ou constrangimento relacionados às perguntas, caso queiram, as participantes serão encaminhadas à rede de serviços municipal para atendimento técnico especializado;
 - g. Sua participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensações financeiras. Se houver gastos, como transporte e alimentação, eles serão ressarcidos;
 - h. A qualquer momento, se for do interesse, a (o) participante poderá ter acesso a todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, ou a respeito dos resultados gerais do estudo;
 - i. Quando o estudo for finalizado, a (o) participante será informada (o) sobre os principais resultados e conclusões obtidas no estudo.

CIÊNCIA:

Fui informada (o) que a pesquisa não trará nenhum risco, que minha identidade não será revelada e que não terei despesas e compensações com o estudo. Concordo que as entrevistas sejam gravadas em áudio e vídeo, sendo transcritas posteriormente e que os resultados obtidos possam ser utilizados para fins acadêmicos, desde que minha identidade seja mantida em sigilo. Estou ciente de que posso deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e que

em caso de algum dano decorrente da pesquisa terei direito a solicitar indenização através das vias judiciais e/ou extrajudiciais conforme a legislação brasileira (código civil, lei 10.406/2002, artigos 927 a 954; entre outras; e resolução cns no 510 de 2016, artigo 19)”. O pesquisador se compromete, em qualquer etapa deste estudo, que terei acesso a ele e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, sito à Av. Ana Costa, 95 – 1º andar – Vila Mathias – Santos/SP. O pesquisador João Domingos da Silva Coelho é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp – Campus Baixada Santista, e pode ser encontrado no seguinte telefone: (13) 99109-2414 e e-mail: jdomingos203108@gmail.com Sua orientadora, a Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção, docente no mesmo curso e campus, pode ser encontrada no seguinte telefone: (11) 98397-1694 e e-mail: raianeps@uol.com.br

Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, pode entrar em contato com o COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DA UNIFESP – RUA BOTUCATU, 740 – VILA CLEMENTINO – CEP: 04023-900. FONES: (11) 5571-1062 E (11) 5539-7162. E-MAIL:

<cepunifesp@unifesp.br> horário de atendimento presencial: segundas, terças, quintas e sextas, das 9 às 12hs.


Acredito ter sido suficientemente informada(o) a respeito do que li ou que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa para o estudo desta dissertação.

Por fim, estou ciente de que esse TCLE será assinado em duas vias originais, sendo que uma delas ficará com a pesquisador e a outra comigo (participante).

Local/Data: Santos, 10 de outubro de 2020.

Nome da participante: André Luís Alves Mendes

Assinatura:




Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Local/Data: Santos, 10 de outubro de 2020.

NOME DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

PROFA. DRA. RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

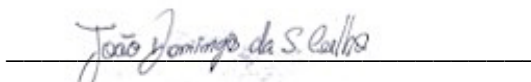
ASSINATURA:



NOME DO AUXILIAR DE PESQUISA:

JOÃO DOMINGOS DA SILVA COELHO

ASSINATURA:



- **Débora Alves Camilo**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada(o);

Você está sendo convidada (o) a participar em caráter de voluntária (o) da pesquisa intitulada **Lutas, conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitos que experienciaram o Educafro Valongo (Santos/SP)** que tem o objetivo de desenvolver um estudo para a Dissertação de Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais de maneira a contribuir com o debate sobre o acesso à educação no Brasil, a questão étnico-racial e o combate às desigualdades.

O convite está sendo feito a você porque fez parte da experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP), e a narrativa da sua vivência será de grande contribuição nesta pesquisa que busca identificar o significado desse projeto para alunos e alunas, negros (as) e pobres, advindos das escolas públicas, especificamente no que se refere ao acesso ao ensino superior, o desenvolvimento da criticidade e o protagonismo numa perspectiva coletiva frente à realidade excludente. Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos:

3. Estudo bibliográfico sobre: a questão étnico-racial, classe social, território, estética periférica e o acesso à educação pública no Brasil;

4. Pesquisa de campo para coleta de narrativas – a partir de roteiro com perguntas abertas -, gravadas e transcritas, de sujeitos que vivenciaram a experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP).

- j. Os encontros para coleta das narrativas serão agendados previamente de acordo com a disponibilidade do narrador com duração prevista de no máximo 2 horas cada;
- k. A (o) participante autoriza a gravação em áudio e vídeo que posteriormente será transcrita;
- l. Todas as informações obtidas neste estudo serão divulgadas e a sua identificação será mantida sob sigilo absoluto. Porém, poderá ocorrer quebra de sigilo dos dados, mas todos os cuidados serão tomados para assegurar que isso não ocorra. Caso haja alguma pergunta que incomode, você tem a liberdade de não responder;
- m. Mantêm-se a liberdade da (o) participante retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento sem penalização alguma;

- n. Todos os dados obtidos a seu respeito, assim como qualquer material coletado só serão utilizados neste estudo;
- o. Em caso de identificação de possíveis riscos relacionados às lembranças dolorosas, cansaço, desconforto ou constrangimento relacionados às perguntas, caso queiram, as participantes serão encaminhadas à rede de serviços municipal para atendimento técnico especializado;
- p. Sua participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensações financeiras. Se houver gastos, como transporte e alimentação, eles serão ressarcidos;
- q. A qualquer momento, se for do interesse, a (o) participante poderá ter acesso a todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, ou a respeito dos resultados gerais do estudo;
- r. Quando o estudo for finalizado, a (o) participante será informada (o) sobre os principais resultados e conclusões obtidas no estudo.

CIÊNCIA:

Fui informada (o) que a pesquisa não trará nenhum risco, que minha identidade não será revelada e que não terei despesas e compensações com o estudo. Concordo que as entrevistas sejam gravadas em áudio e vídeo, sendo transcritas posteriormente e que os resultados obtidos possam ser utilizados para fins acadêmicos, desde que minha identidade seja mantida em sigilo. Estou ciente de que posso deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e que em caso de algum dano decorrente da pesquisa terei direito a solicitar indenização através das vias judiciais e/ou extrajudiciais conforme a legislação brasileira (código civil, lei 10.406/2002, artigos 927 a 954; entre outras; e resolução cns no 510 de 2016, artigo 19)”. O pesquisador se compromete, em qualquer etapa deste estudo, que terei acesso a ele e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, sito à Av. Ana Costa, 95 – 1º andar – Vila Mathias – Santos/SP. O pesquisador João Domingos da Silva Coelho é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp – Campus Baixada Santista, e pode ser encontrado no seguinte telefone: (13) 99109-2414 e e-mail: jdomingos203108@gmail.com Sua orientadora, a Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção, docente no mesmo curso e campus, pode ser encontrada no seguinte telefone: (11) 98397-1694 e e-mail: raianeps@uol.com.br

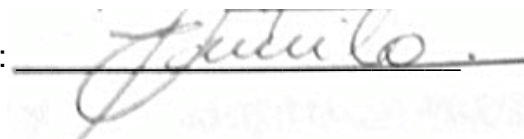
Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, pode entrar em contato com o COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DA UNIFESP – RUA BOTUCATU, 740 – VILA CLEMENTINO – CEP: 04023-900. FONES: (11) 5571-1062 E (11) 5539-7162. E-MAIL:

<cepunifesp@unifesp.br> horário de atendimento presencial: segundas, terças, quintas e sextas, das 9 às 12hs.

Acredito ter sido suficientemente informada(o) a respeito do que li ou que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa para o estudo desta dissertação.

Por fim, estou ciente de que esse TCLE será assinado em duas vias originais, sendo que uma delas ficará com a pesquisador e a outra comigo (participante).

Local/Data: Santos, 11 de outubro de 2020.
 Nome da participante: Débora Alves Camilo

Assinatura: 

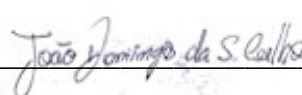
Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Local/Data: Santos, 11 de outubro de 2020.

NOME DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL:
 PROFA. DRA. RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

ASSINATURA: 

NOME DO AUXILIAR DE PESQUISA:
 JOÃO DOMINGOS DA SILVA COELHO

ASSINATURA: 

- Virgílio Marques Júnior

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada(o);

Você está sendo convidada (o) a participar em caráter de voluntária (o) da pesquisa intitulada **Lutas, conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitos que experienciaram o Educafro Valongo (Santos/SP)** que tem o objetivo de desenvolver um estudo para a Dissertação de Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais de maneira a contribuir com o debate sobre o acesso à educação no Brasil, a questão étnico-racial e o combate às desigualdades.

O convite está sendo feito a você porque fez parte da experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP), e a narrativa da sua vivência será de grande contribuição nesta pesquisa que busca identificar o significado desse projeto para alunos e alunas, negros (as) e pobres, advindos das escolas públicas, especificamente no que se refere ao acesso ao ensino superior, o

desenvolvimento da criticidade e o protagonismo numa perspectiva coletiva frente à realidade excludente. Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos:

5. Estudo bibliográfico sobre: a questão étnico-racial, classe social, território, estética periférica e o acesso à educação pública no Brasil;

6. Pesquisa de campo para coleta de narrativas – a partir de roteiro com perguntas abertas -, gravadas e transcritas, de sujeitos que vivenciaram a experiência do projeto Educafro Valongo na Baixada Santista (SP).

- s. Os encontros para coleta das narrativas serão agendados previamente de acordo com a disponibilidade do narrador com duração prevista de no máximo 2 horas cada;
- t. A (o) participante autoriza a gravação em áudio e vídeo que posteriormente será transcrita;
- u. Todas as informações obtidas neste estudo serão divulgadas e a sua identificação será mantida sob sigilo absoluto. Porém, poderá ocorrer quebra de sigilo dos dados, mas todos os cuidados serão tomados para assegurar que isso não ocorra. Caso haja alguma pergunta que incomode, você tem a liberdade de não responder;
- v. Mantêm-se a liberdade da (o) participante retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento sem penalização alguma;
- w. Todos os dados obtidos a seu respeito, assim como qualquer material coletado só serão utilizados neste estudo;
- x. Em caso de identificação de possíveis riscos relacionados às lembranças dolorosas, cansaço, desconforto ou constrangimento relacionados às perguntas, caso queiram, as participantes serão encaminhadas à rede de serviços municipal para atendimento técnico especializado;
- y. Sua participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensações financeiras. Se houver gastos, como transporte e alimentação, eles serão ressarcidos;
- z. A qualquer momento, se for do interesse, a (o) participante poderá ter acesso a todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, ou a respeito dos resultados gerais do estudo;
- aa. Quando o estudo for finalizado, a (o) participante será informada (o) sobre os principais resultados e conclusões obtidas no estudo.

CIÊNCIA:

Fui informada (o) que a pesquisa não trará nenhum risco, que minha identidade não será revelada e que não terei despesas e compensações com o estudo. Concordo que as entrevistas sejam gravadas em áudio e vídeo, sendo transcritas posteriormente e que os resultados obtidos possam ser utilizados para fins acadêmicos, desde que minha identidade seja mantida em sigilo. Estou

ciente de que posso deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e que em caso de algum dano decorrente da pesquisa terei direito a solicitar indenização através das vias judiciais e/ou extrajudiciais conforme a legislação brasileira (código civil, lei 10.406/2002, artigos 927 a 954; entre outras; e resolução cns no 510 de 2016, artigo 19)". O pesquisador se compromete, em qualquer etapa deste estudo, que terei acesso a ele e sua orientadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, sito à Av. Ana Costa, 95 – 1º andar – Vila Mathias – Santos/SP. O pesquisador João Domingos da Silva Coelho é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp – Campus Baixada Santista, e pode ser encontrado no seguinte telefone: (13) 99109-2414 e e-mail: jdomingos203108@gmail.com Sua orientadora, a Profa. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção, docente no mesmo curso e campus, pode ser encontrada no seguinte telefone: (11) 98397-1694 e e-mail: raianeps@uol.com.br

Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, pode entrar em contato com o COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DA UNIFESP – RUA BOTUCATU, 740 – VILA CLEMENTINO – CEP: 04023-900. FONES: (11) 5571-1062 E (11) 5539-7162. E-MAIL:

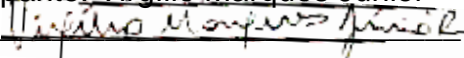
<cepunifesp@unifesp.br> horário de atendimento presencial: segundas, terças, quintas e sextas, das 9 às 12hs.

Acredito ter sido suficientemente informada(o) a respeito do que li ou que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa para o estudo desta dissertação.

Por fim, estou ciente de que esse TCLE será assinado em duas vias originais, sendo que uma delas ficará com a pesquisador e a outra comigo (participante).

Local/Data: Santos, 11 de outubro de 2020.

Nome da participante: Virgílio Marques Júnior

Assinatura: 

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Local/Data: Santos, 11 de outubro de 2020.

NOME DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL:
PROFA. DRA. RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

ASSINATURA: 

NOME DO AUXILIAR DE PESQUISA:
JOÃO DOMINGOS DA SILVA COELHO



ASSINATURA: _____

ANEXO II

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE ENTREVISTA/NARRATIVA

Para a pesquisa **Lutas, conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitos que experienciaram o Educafro Valongo (Santos/SP)** adota-se a narrativa como um ato de expressar e de revelar o modo pelo qual os sujeitos concebem e vivenciam as suas experiências²¹. O roteiro tem o objetivo de elencar informações que são essenciais para responder as questões motivadoras da pesquisa, portanto, deve conter dados sobre a trajetória de vida dos entrevistados, o sentimento e consequências decorrentes da vivência como alunos e alunas do Educafro Valongo.

1) - Trajetória de vida

- Dados pessoais: nome completo, endereço, data de nascimento, idade, cor, profissão, religião/crença (praticante ou não?), filiação política, estado civil, etc.;
- Dados familiares: composição familiar, profissão dos familiares, escolaridade dos familiares, etc.
- Rotina: hobbies, locais que frequenta, se há dedicação a alguma atividade fora do ambiente doméstico.
- Escolaridade
- Tempo de Vivência no Educafro Valongo
- A Vida na Universidade.

²¹ DELORY, M. C. A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, M. H. M. B; PASSEGGI, M. (Org.) Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica: Tomo I. Natal: EDUFRRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012. P. 71-93.

2) - Informações da Experiência Educacional no Educafro Valongo.

- Escola: Como foi sua experiência na escola?
- O Educafro Valongo: Como era o Educafro Valongo?
- Comparação entre a Escola e o Educafro Valongo?
- A Vivência Educacional do Educafro Valongo: Qual a importância do Educafro Valongo na sua vida.
- Universidade e o Educafro Valongo: A importância da experiência educacional no Educafro Valongo para sua vida acadêmica.
- Mudanças na Concepção de Vida após a experiência educacional Educafro Valongo.
- Relação com o Movimento Negro: Conhecia já o Movimento Negro Organizado?
- Outro movimento social? Conheceu outros movimentos sociais?